



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL E CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO SUDOESTE DE GOIÁS**

JESIEL SOUZA SILVA

Araras

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL E CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO EM
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO SUDOESTE DE GOIÁS**

JESIEL SOUZA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586as

Silva, Jesiel Souza.

Análise sócio-espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no sudoeste de Goiás / Jesiel Souza Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
169 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Agroecologia. 2. Quilombolas. 3. Conhecimento tradicional. 4. Etnobotânica. 5. Desenvolvimento rural. 6. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

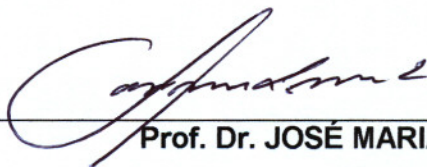
CDD: 630 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE

Jesiel Souza Silva

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM **03 DE MAIO DE 2010.**

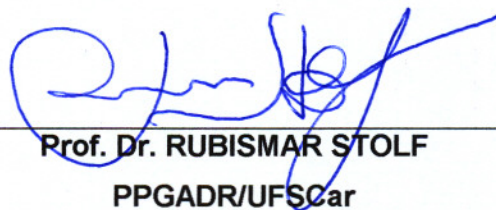
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

ORIENTADOR

PPGADR



Prof. Dr. RUBISMAR STOLF

PPGADR/UFSCar



Prof. Dr. MIGUEL ÂNGELO DA SILVEIRA

EMBRAPA MEIO AMBIENTE

*Se não houver frutos,
Valeu pela beleza das flores,
Se não houver flores,
Valeu pela sombra das folhas,
Se não houver folhas,
Valeu pela beleza da semente.*

“Diretas já, 1984” Henfil

DEDICO,

A Deus, a minha fortaleza e refúgio.

Aos meus pais, Augustinho Francisco da Silva e Juraní Rosa de Souza Silva, pela vida, amor, dedicação, educação e apoio integral em todos os momentos.

Sem eles, meus passos não seriam os mesmos.

Ao meu irmão Abimael Silva, pela ajuda e apoio, que foram fundamentais na minha vida. A você minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade de concluir mais esta importante etapa em minha vida;

Ao professor Doutor José Maria Gusman Ferraz, pela confiança, incentivo e paciência na orientação deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos e Embrapa Meio Ambiente.

À professora Sandra Antonini, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos e Embrapa Meio Ambiente.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Aos professores Dr^a. Janice Borges, Dr. Rubismar Stolf e Dr. Miguel Ângelo da Silveira, pelas sugestões e participação na banca de qualificação.

Ao amigo Gilberto pelo apoio, ajuda preciosa na coleta de dados na Comunidade do Cedro e pelas brilhantes sugestões.

Ao Sr. Gilmar Anú, pela confiança do trabalho na comunidade.

Ao Sr. Nondas, cedrino que muito contribui em suas conversas e causos.

À Luceli, tataraneta de Chico Moleque, por saber unir o conhecimento tradicional e científico no fortalecimento da comunidade. Suas falas deram contribuições ímpares à esse trabalho.

À amiga Carmem Alves, carioca que adotou a Bahia de coração. Nossas longas conversas até altas horas contribuíram para meu crescimento intelectual.

À professora Dr^a. Zilda de Fátima Mariano e Dr^a. Dinalva Donizete Ribeiro, exemplos de profissionalismo na minha trajetória acadêmica.

À ONG Núcleo de Geoprocessamento Oreades, pela concessão dos mapas da Comunidade do Cedro e Mineiros, muito importante neste trabalho.

À minha avó Judith, pelos seus ensinamentos que levarei por toda a vida.

Aos entrevistados, por suas informações que permitiram a realização desse trabalho.

Aos professores, bolsistas e estagiários, colegas do NEAF – Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar, pelas conversas que enriqueceram a discussão desse trabalho.

As amigadas conquistadas nesta caminhada.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização e sucesso deste trabalho.

Obrigado!!!

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	01
1.1 Objetivos.....	06
1.1.1 Objetivos Gerais.....	06
1.1.2 Objetivos Específicos.....	06
2. REVISÃO DA LITERATURA	07
2.1 Quilombos.....	07
2.1.1 Escravidão no Brasil e os Quilombos.....	07
2.1.2 Resistência Quilombola.....	11
2.1.3 Palmares.....	13
2.2 As Comunidades Quilombolas.....	17
2.2.1 Situação Fundiária no Brasil e Comunidades Quilombolas.....	17
2.2.2 Regulação Fundiária das Comunidades Quilombolas.....	24
2.2.3 O Negro e as Comunidades Quilombolas em Goiás.....	36
2.3 Conhecimento Tradicional e sua Importância nos Estudos Etnobotânicos.....	42
2.4 Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	49

2.5. Estudo de Caso.....	56
3. MATERIAIS E MÉTODO	60
3.1 Localização da Área de Estudo.....	60
3.1.1 O Município de Mineiros.....	60
3.1.2 A Comunidade Quilombola do Cedro.....	67
3.2 Procedimentos Metodológicos.....	70
3.2.1 Coleta e Análise dos Dados.....	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
4.1 Dados Ethnohistóricos.....	75
4.2 Entrevistas e Características dos Entrevistados.....	80
4.3 Características Gerais da Comunidade.....	85
4.3.1 Organização da Comunidade do Cedro.....	85
4.3.2 Caracterização das Residências Cedrinhas.....	87
4.3.3 Aspectos Populacionais.....	91
4.3.4 Religiosidade e Lazer Cedrino.....	94
4.3.5 Alimentação Cedrina.....	97
4.3.6. Educação Cedrina: Da Escola do Quilombo à Escola da Cidade.....	99
4.3.7 Características Econômicas.....	103
4.3.8 Características das Propriedades e Produção Cedrina.....	105
4.3.9 Aspectos de Saúde em Cedro.....	116
4.4 Etnobotânica Cedrina.....	118
4.4.1 Centro de Plantas Medicinais do Cedro.....	118
4.4.2 Conhecimento Etnobotânico na Comunidade do Cedro.....	125
5 CONCLUSÕES	147
6 REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICES.....	160

ÍNDICE DE TABELAS

	Pagina
Tabela 1. Comunidades Quilombolas certificadas em Goiás.....	40
Tabela 2. Área plantada e produção dos principais produtos agrícolas: 2002 – 2007.....	62
Tabela 3. Faixa Etária dos Entrevistados.....	81
Tabela 4. Condição dos Entrevistados na Unidade Familiar.....	81
Tabela 5. Escolaridade dos Entrevistados.....	82
Tabela 6. Número de Filhos dos entrevistados.....	83
Tabela 7. Estado Civil dos Entrevistados.....	83
Tabela 8. Número de Pessoas residentes nos Domicílio Entrevistados....	92
Tabela 9. Responsável pela Unidade Familiar	94
Tabela 10. Base Alimentar da Comunidade do Cedro	98
Tabela 11. Principais Hortaliças e Frutas mais Consumidas no Cedro.....	98
Tabela 12. População Economicamente Ativa e Não Economicamente Ativa.....	105
Tabela 13. Relação de espécies frutíferas encontrada nos quintais na Comunidade do Cedro.....	110
Tabela 14. Principais Doenças na Comunidade do Cedro.....	117
Tabela 15: Aspectos Gerais das plantas medicinais utilizadas na Comunidade do Cedro.....	137

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pagina
Figura 1. Mapa do Estado de Alagoas por meso, micro-regiões geográficas e municípios.....	16
Figura 2. Distribuição das Comunidades Quilombolas por Estados.....	28
Figura 3. Titulação de Terras Quilombolas, 1995-2008.....	35
Figura 4. Certidões de Autodefinição das Comunidades de Remanescentes de Quilombo.....	36
Figura 5. Kalunga em Monte Alegre (GO).....	41
Figura 6. Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.....	51
Figura 7. Vista Panorâmica de Mineiros/GO.....	61
Figura 8. Unidade da Perdigão em Mineiros/GO.....	62
Figura 9. Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Mineiros, 2007.....	65
Figura 10. Comunidade de Remanescente de Quilombo do Cedro.....	69
Figura 11. Local de Nascimento dos Entrevistados.....	84
Figura 12. Famílias descendentes de Chico Moleque.....	85
Figura 13. Igreja Nossa Senhora da Abadia na Comunidade do Cedro....	87
Figura 14. Laboratório de Informática na Comunidade do Cedro.....	87
Figura 15. Tipo de Habitação na Comunidade do Cedro.....	88
Figura 16. Material predominante da Cobertura das Residências.....	89
Figura 17. Residências cedrinhas.....	90
Figura 18. Residências cedrinhas.....	90
Figura 19. Faixa Etária nos Domicílios Entrevistados.....	93
Figura 20. Religiosidade.....	94

Figura 21. Roda de Capoeira no Cedro.....	97
Figura 22. Acesso a escola cedrina.....	102
Figura 23. Escola desativada na Comunidade do Cedro.....	102
Figura 24. Número de pessoas que contribuem para a renda familiar.....	103
Figura 25. Erosão na Comunidade do Cedro.....	107
Figura 26. Erosão na Comunidade do Cedro.....	107
Figura 27. Plantio em área de proteção permanente, às margens do Rio Verde.....	107
Figura 28. Mutirões em quitais da comunidade do Cedro.....	108
Figura 29. Agrofloresta Cedrina.....	109
Figura 30. Quintal Cedrino.....	109
Figura 31. Roçado Cedrino.....	112
Figura 32. Roçado Cedrino.....	112
Figura 33. Acúmulo de Bagaço no Engenho São Rafael.....	115
Figura 34. Farmácia do Centro de Plantas Mediciniais do Cedro.....	120
Figura 34. Medicamentos a Base de Plantas Mediciniais no Cedro.....	120
Figura 36. Hábito de Crescimento das Plantas Citadas.....	128
Figura 37. Disponibilidade no Ambiente das Plantas Mediciniais na Comunidade do Cedro.....	129
Figura 38. Parte da Planta Utilizada nas Preparações.....	131
Figura 39. Número de espécies relacionadas as suas indicações terapêuticas ou formas de ação.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT/CF: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal

AGDR: Agência Goiana de Desenvolvimento Regional

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APP: Área de Proteção Permanente

CELG: Centrais Elétricas de Goiás

CI: Conservação Internacional

CDR: Comitê de Decisão Regional

COMIVA: Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia

DOU: Diário Oficial da União

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FNMA-Fundo Nacional do Meio Ambiente

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEEB/PADIS: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAHN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MOPS: Movimento Popular de Saúde

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMS: Organização Mundial de Saúde

PPP- Programa de Pequenos Projetos

PNE: Parque Nacional das Emas

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SANEAGO: Saneamento de Goiás S/A

SEAGRO: Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Goiás

SEPLAN: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento

SEPIN: Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

SEPPIR: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPU: Secretaria do Patrimônio da União

SUS: Sistema Único de Saúde

ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL E CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO SUDOESTE DE GOIÁS

Autor: JESIEL SOUZA SILVA

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

RESUMO

Os quilombos são os maiores símbolos de resistência frente ao sistema escravocrata que perdurou no território brasileiro por muitos anos. Espalhados por todo o território brasileiro estas comunidades criaram estratégias de sobrevivência frente ao modelo fundiário concentrador e conservador e lutam principalmente para terem seus territórios reconhecidos e respeitados. Neste contexto a comunidade do Cedro, no sudoeste de Goiás, é constituída de descendentes de escravos que se reconhecem como portadores de uma identidade baseada na mesma origem e numa cultura comum distinta dos demais grupos circunvizinhos. Esse trabalho busca mostrar de que forma essa comunidade se estabeleceu espacialmente em um território onde há predominância de monocultura latifundiária e de que forma o conhecimento etnobotânico se configura nesse território. Foram analisados dados de 25 unidades familiares, referentes à moradia, modo de vida, formação sócio-espacial, saúde, educação, valores, cultura, atitudes, opiniões dos sujeitos entrevistados e conhecimento tradicional referente ao uso de plantas medicinais, sendo citadas 94 espécies vegetais utilizadas para fins medicinais, sendo as folhas a parte predominante nas medicações. Essa comunidade mantém práticas centenárias trazidas pelos seus ancestrais. Uma das causas da intensa relação entre essa mesma comunidade e o meio em que está inserida é o fornecimento de inúmeros recursos que a natureza dispõe a ela e que são fundamentais para a sua sobrevivência e reprodução.

Palavras - chaves: Quilombolas, etnobotânica, resistência e conhecimento tradicional.

SOCIAL ANALYSIS - SPACE AND A COMMUNITY ETHNOBOTANY TRADITIONAL SOUTHWESTERN GOIÁS

Author: JESIEL SOUZA SILVA

Adviser: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

ABSTRACT

Quilombos are the greatest symbols of resistance against the system of slavery that continued in the Brazilian territory for many years. Spread throughout the Brazilian territory these communities have created strategies model of survival against the hub and conservative land, and fight mainly to have their territory recognized and respected. In this context the community of Cedar, in southwest Goiás, is a community made up of descendants of former slaves and who recognize themselves as bearers of an identity based on the same origin and a common culture distinct from other groups surrounding. This paper seeks to show how this community of spatially established in a territory where there is predominance of monoculture and how to setup ethnobotanical knowledge in this area. We analyzed data from 25 family units, relating to housing, lifestyle, socio-spatial training, health, education, values, culture, attitudes, opinions of the individuals interviewed and traditional knowledge regarding the use of medicinal plants, were mentioned 94 plant species used for medicinal purposes, and leaves the predominant part in the medications. This community maintains practices brought by their ancestors centuries. One reason for the intense relationship between this community and environment in which it operates is providing numerous resources that nature provides to this community and are essential for their survival and reproduction.

Keywords: Quilombolas, ethnobotany, resistance and traditional knowledge.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos (séculos XVI, XVII, XVIII E XIX), sendo esse, o último país a abolir a escravidão, mediante uma lei que praticamente arremessa estes ex-escravos em uma sociedade onde não encontram as mínimas condições de sobrevivência (SIQUEIRA, 1995).

Esses escravos se organizaram ao longo dos anos, formando verdadeiros redutos de resistência frente ao processo escravista e ao processo de exclusão imposta pelo regime e sociedade brasileira.

Até poucos anos, só se falava de quilombos nos livros didáticos e como algo do passado. Porém, em razão das lutas de vários grupos e movimentos, as comunidades remanescentes de quilombos, que ainda vivem nas mesmas terras, estão tendo uma maior visibilidade (CORREA; COSTA; BALBINO, 2007). Porém, em muitos casos, essa visibilidade, não representa políticas de desenvolvimento sustentável, voltadas para elas.

Siqueira (1995, p. 3), descreve os quilombos como sociedades político-militares, que surgiram de movimentos que proclamavam a queda do regime escravocrata. Nesta mesma linha de pensamento, Andrade (1997), afirma que a fuga era uma das formas de resistência ao sistema escravocrata vigente, que muitas vezes resultava na união de escravos formando os quilombos.

Uma série de fatores poderia ser favorável ao crescimento de um quilombo, dentre eles podemos citar: o isolamento maior, melhor fertilidade do solo e possibilidade de recrutar novos membros para o grupo entre a população escrava. Esses quilombos, quando cresciam por estas circunstâncias favoráveis tinham de se organizar de forma sistemática, criando uma estrutura para a comunidade. Longe da idéia de ser um grupo de negros “bárbaros”; no início quando ainda pequenos tinham a necessidade de uma vida predatória para a sua subsistência,

mas à medida que estes redutos cresciam, procuravam se organizar internamente, surgindo forma de governo, religião, família, propriedade e economia. No geral, os quilombos eram “comunidades que possuíam uma economia cujo conteúdo se chocava com o latifúndio escravista” (MOURA, 1983, p. 42).

Mesmo este processo de aquilombamento ocorrendo em todo o território brasileiro, as comunidades que descendem desses, ficaram esquecidas por vários anos, ficando igualmente esquecidas suas lutas para manter seu rico patrimônio histórico e cultural.

As comunidades quilombolas mantêm, ainda hoje, práticas centenárias trazidas pelos seus ancestrais do continente africano. Essas práticas, além de culturais, dizem respeito à religiosidade, política e formas de produção, envolvendo técnicas agrícolas, formas de manejo do solo, formas de plantio, se constituindo em uma íntima relação dessas comunidades com o ambiente em que estão inseridas, a partir do desenvolvimento de técnicas conservacionistas e utilização racional dos recursos naturais, garantindo desta forma a manutenção da biodiversidade, para utilização das gerações futuras.

Uma das causas da intensa relação entre estas comunidades e o meio em que estão inseridas é o fornecimento de inúmeros recursos que a natureza dispõe a elas e que são fundamentais para a sua sobrevivência e reprodução.

Um dos fatores que contribui para a continuação dos quilombos, garantindo a sobrevivência dessa população é o grande conhecimento e domínio sobre os recursos naturais das áreas onde estão localizados.

Desta forma, as comunidades quilombolas, assim como as comunidades tradicionais, preservam um valioso conhecimento sobre plantas medicinais. Este conhecimento vem, ao longo dos anos, se constituindo em um importante fator sócio-econômico das comunidades rurais, sendo repassado de geração em geração. Em muitas comunidades rurais, o conhecimento e utilização de plantas representam a única opção de tratamento de enfermidades, em razão do restrito acesso aos programas de saúde.

O conhecimento acumulado pelas populações locais se constitui em uma ferramenta das quais desenvolvimentistas e conservacionistas podem se valer no planejamento e manutenção dessas áreas.

No Sudoeste goiano, onde há uma predominância de monoculturas latifundiárias, principalmente de soja, milho e algodão, houve uma desterritorialização de grande contingente de pessoas que com o êxodo rural migrou para a cidade.

Mesmo assim a Comunidade Quilombola do Cedro, localizada em Mineiros, no Sudoeste de Goiás, resiste e hoje é um grupo social centenário, constituído em sua maioria por negros, descendentes de escravos, que se reconhecem como portadores de uma identidade baseada na mesma origem e numa cultura comum distinta dos demais grupos circunvizinhos.

A Comunidade do Cedro ocupa-se de métodos e formas tradicionais de organização cultural e social, por intermédio das quais preserva uma das grandes riquezas da comunidade: o conhecimento etnobotânico.

Formada em 1885, a comunidade do Cedro luta principalmente para manter as suas características culturais, tendo sua história sido iniciada mesmo antes da compra da terra, quando por volta de 1870 já se tinha notícia da existência no local de aproximadamente 30 escravos, que tinham fugido das fazendas da região e de outros estados, de forma a resistir política, social e culturalmente à escravidão¹.

No ano de 1885, Chico Moleque, adquiriu uma gleba de terras da fazenda Flores do Rio Verde, que na época fazia parte do Município de Jataí. Chico Moleque era um escravo que aos domingos trabalhava em outras propriedades e durante a semana trabalhava para seu senhor. Com o dinheiro do seu trabalho em outras fazendas, comprou a sua liberdade e suas próprias terras, que hoje pertencem à Comunidade do Cedro. A maioria absoluta dos cedrinos é descendente de Chico Moleque.

A Comunidade do Cedro ainda resguarda traços da cultura africana, como ocupação de espaço, laços de parentesco e vizinhança, relação de compadrio,

¹ Relatório de uma diagnose preliminar da situação social vistoriada in loco no povoado de Cedro. Informativo da Procuradoria da República de Goiás. Fev. 2003. Ano VII. Nº 57.

lealdade e solidariedade o que leva as trocas simbólicas que reforçam a produção biológica e cultural semelhante a outros quilombos como os Kalungas, uma comunidade quilombola da região Norte de Goiás.

Porém, a comunidade tem sofrido fortes impactos causados pelo avanço da cidade sobre sua área, ocasionando mudança na estrutura da ocupação da terra, onde foi destinado um lote individual a cada família.

A expansão urbana levou também à venda de muitos lotes e à imigração da população jovem para o centro urbano, fazendo a comunidade sofrer um decréscimo populacional entre os anos de 1977 e 1997. Com a proximidade da zona urbana e com as mudanças ocorridas no Sudoeste de Goiás, principalmente após a década de 1970, os cedrinos passaram a ter uma dependência maior da cidade.

A situação vivida por eles, não se difere das outras comunidades quilombolas encontradas em outras regiões do Brasil: falta de coleta de lixo, de esgoto, de escola e inexistência de ações públicas que visem a geração de renda e emprego.

Essa situação ganhou novas perspectivas após a criação do Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro, que vem desde 1998 servindo como uma estratégia para manutenção do conhecimento etnobotânico existente na comunidade e que possibilitou atender a demanda da região próxima à comunidade, com remédios populares. Através das plantas medicinais são produzidos xaropes para combater anemia, antialérgicos, expectorantes, garrafadas para combater diversos tipos de infecções, gastrites, úlcera, alergia, antibióticos, xampu, xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes, comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras.

Ações estão sendo desenvolvidas pela comunidade cedrina visando à manutenção de sua identidade cultural, destacando o trabalho de resgate da capoeira, símbolo da resistência escrava e os trabalhos desenvolvidos com plantas medicinais, para a manutenção do conhecimento etnobotânico dos cedrinos.

A opção por este objeto de pesquisa passa pela necessidade de compreender a realidade dessa comunidade, assim como a sua formação sócio-espacial, fortalecendo a área de estudo da população afro-brasileira e goiana, focalizando assim o grande conhecimento tradicional, principalmente em relação ao uso de plantas medicinais destas comunidades, buscando conhecer o processo de reprodução que se dá dentro das comunidades quilombolas, conhecendo as dificuldades enfrentadas principalmente quanto à acessibilidade aos meios de promoção social.

Esta proposta é justificada pelo fato de se tratar de uma área que vem nos últimos anos despertando grande interesse na sociedade brasileira e goiana no plano cultural e na formação cultural, social e política, cumprindo o papel de fortalecimento do debate de persistência das comunidades e seu modo de vida. Isso justificou o desenvolvimento dessa pesquisa que tem o papel de contribuir para a valorização da história de resistência desse povo. O conhecimento do uso de plantas medicinais vem sendo repassado aos descendentes cedrinos no decorrer de vários anos. Porém, assim como afirmado por Pila, Amorozo; Furlan (2006), à medida que há uma transformação na relação com a terra, imposta pela modernização do campo e intensificação do contato destas comunidades com a sociedade nacional, a rede de transmissão de conhecimento sobre plantas, pode sofrer algumas alterações.

É importante destacar que os “estudos do conhecimento ecológico de comunidades autóctones sobre as plantas” vêm contribuindo para resgatar hábitos, formas e uso dos recursos da flora e têm sido úteis para dimensionar a biodiversidade dos ecossistemas, como colocado por Castellucci et al (2000).

Entretanto, registrar o conhecimento etnobotânico cedrino, suas fórmulas, usos e técnicas terapêuticas é uma forma de fortalecimento para que esse conhecimento não seja perdido na intensificação do contato dessa comunidade com a sociedade, promovendo a valorização da medicina popular cedrina.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Resgatar e entender o processo de formação sócio-espacial da Comunidade Quilombola do Cedro e as estratégias de resistência frente à pauperização imposta pelos processos de modernização agrícola, tomando como foco o conhecimento etnobotânico.

1.1.2. Objetivos Específicos:

Analisar a importância do conhecimento tradicional na sustentabilidade da comunidade como fator de fortalecimento no processo produtivo;

Levantar a riqueza Etnobotânica dentro da comunidade;

Conhecer a finalidade do uso, parte da planta utilizada, modo de preparo e fonte de obtenção e coleta das plantas medicinais cedrinhas;

Analisar a formação sócio-espacial, caracterizando a situação e os impactos da organização social, na questão da terra, produção e a existência de novas dinâmicas da produção familiar camponesa em Cedro;

Caracterizar o perfil demográfico e socioeconômico dos moradores da comunidade, com ênfase nos fatores diretamente ligados a agricultura tradicional;

Gerar informações que orientem políticas públicas voltadas à sustentabilidade da população local;

Avaliar as principais estratégias de subsistência frente às principais mudanças sócio-espacial do município de Mineiros e região.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. QUILOMBOS

2.1.1. Escravidão no Brasil e os Quilombos

O período de escravidão no Brasil é um período sombrio nas páginas da história brasileira. Os negros trazidos do continente africano para a América eram transportados em condições precárias e desumanas, viajando amontoados pelos porões dos navios, praticamente sem alimentação, eram acometidos de doenças que em inúmeras vezes os levavam a morte. De 20 a 30% da carga viva se perdia nas condições precárias destas viagens que duravam cerca de 4 semanas para se chegar aos postos de condicionamento de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (FIABANI, 2007).

Este processo de escravidão trouxe milhares de pessoas do continente africano para o Brasil para servir de mão de obra barata nas lavouras canavieira, mineração e nas lavouras de café (ANDRADE, 1997).

Para Siqueira (1995), os quilombos foram uma das maiores expressões de lutas organizadas no Brasil em resistência ao sistema colonial – escravista, agindo sobre questões estruturais, em distintos momentos históricos – culturais do país, sob a liderança de africanos escravizados e/ou seus descendentes no Brasil. Moura (1983), afirma que os quilombos se constituíam em uma força de resistência a uma sociedade escravista e opressora:

O quilombo...constitui-se em pólo de resistência que fazia convergir para o seu centro, os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental, a escravidão (MOURA, 1983, p. 31)

Segundo a resposta do rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, quilombo era “toda habitação de negros

fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (MOURA, 1983, p. 16). De acordo com esta definição, quilombo não foi um fenômeno esporádico, mas se espalharam por todo o território nacional.

De acordo com a metrópole, no Brasil havia muitos quilombos de variados tamanhos, porém todos eles exerceram importante contribuição para a compreensão de nossa história social. A existência de quilombos no período da escravidão no Brasil, não estava restrita a apenas uma parte do território brasileiro, mas pontilhara todo o território no período da escravidão. Além disso, os quilombos eram estruturados de acordo com o número de habitantes. Os quilombos pequenos tinham uma estrutura simples: eram formados de grupos armados. Para os grandes quilombos eram exigidas organizações mais complexas (MOURA 1983).

Exemplo de que havia quilombos por todo território brasileiro é a presença deles na Amazônia, mesmo que alguns autores trabalhem com a hipótese da inexistência de escravidão ponderável na Amazônia e conseqüentemente a inexistência de quilombos. Porém, face ao afirmado por Moura,(1983), houve a presença de quilombos no Pará e Amazonas, sendo os quilombos de Inferno e Apótema, os dois mais antigos da região amazonense. O quilombo da Bacia do Rio Trombetas e do Baixo Rio Amazonas são muito representativos da Região Amazonas. Pelo nível de desenvolvimento que alcançaram, ao realizar intercâmbios, os quilombolas do Baixo Amazonas são relevantes não só do ponto de vista político, mas econômico e social (SIQUEIRA, 1995).

Para Melo (2006, p. 3) os quilombos que constituíam e se espalharam pelo território brasileiro, traziam consigo duas práticas insurrecionais: uma relacionada à ocupação da terra, que era realizada fora do padrão estatal da compra e venda ou mesmo da sucessão hereditária e a segunda “que guarda relação com o próprio questionamento do regime servil e que contribui para a sua derrocada”

O apossamento de um território quilombola significava uma medida duplamente insurgente e aí se encontrava a grandeza da luta histórica dos escravos foragidos que lograram trazer, a despeito da distância continental, um pedaço da África para o Brasil no tocante ao território e cultura, ajudando a que o país se livrasse da maldição de manter pessoas ativas servindo a outras sem liberdade, mas também foi a

primeira demonstração de que a posse da terra como instituto independente da propriedade poderia ser utilizada em sua função social para afirmar a moradia, produção e trabalho aos rebelados do sistema escravagista (MELO, 2006. p. 3)

Do ponto de vista da organização, princípios, valores, de práticas de socialização e regime de propriedade, os quilombos se constituíam em sociedades avançadas e suas dimensões “variavam de acordo com a proporção de habitantes, tamanho das terras ocupadas e estrutura da produção agrícola organizada nos lugares onde eram estruturados” (SIQUEIRA, 1995). Além do tamanho e estrutura interna, os quilombos variavam na forma e origem, ocupando em muitos lugares as fazendas, onde permaneciam até serem desalojados (MOURA 1983).

Para Fiabani (2007), o quilombo podia reproduzir-se quase naturalmente. Após serem instalados, esses cresciam, tomando consistência à medida que recebiam novos sujeitos. A ampliação dos quilombos se dava principalmente por agregação de membros advindos do seu exterior, como por exemplo, os nativos, homens livres e pobres e acima de tudo cativos fugitivos do campo e das cidades.

A vitalidade desses quilombos tinha como principal causa a aliança desses com os escravos das senzalas. Muitas vezes as forças policiais eram destinadas a destruir estes redutos. Essas forças se concentravam nas áreas onde os quilombos eram considerados extintos, mas se reorganizavam. O contato com grupos marginalizados em maior ou menor escala proporcionaram a continuidade dessa luta e sua importância. (MOURA, 1983).

Os contatos dos quilombolas com outros grupos marginalizados se davam de formas diferentes, de acordo com o seu tamanho:

Quando o quilombo era pequeno, móvel, quase que em permanente movimento, esses contatos se restringiam a simples trocas esporádicas de objetos roubados ou a um escambo rudimentar...Quando o quilombo conseguia manter-se, ampliar-se, estender-se geograficamente em uma região, capaz de permitir-lhe uma agricultura permanente e intensiva, esses contatos mudavam de conteúdo e adquiriam importância maior (MOURA, 1983, p. 28).

Siqueira (1995, p. 4), afirma que nos quilombos se mesclam africanos de diferentes grupos étnicos, como uma maneira de “resistir a uma determinação política anterior de separá-lo de tudo o que significasse expressão identitárias de

um povo: línguas, famílias, costumes, religiões, tradições”. Porém estas expressões eram retomadas em todos os momentos da resistência quilombola, na reinvenção de políticas e de estratégias de luta pela liberdade. Para a autora:

Esses núcleos de resistência têm continuidade e interagem com os quilombos através de suas quilombolas tradições, valores, costumes, mitologias, rituais, formas organizativas, organização familiar, experiência de socialização, o que alguns autores denominam de comunismo africano.

Os quilombos tinham contato com insurreições negras urbanas, grupos de bandoleiros e guerrilheiros comuns nas estradas. Esses grupos muitas vezes informavam os quilombos sobre a aproximação de expedições punitivas contra eles. Os escravos das senzalas, muitas vezes auxiliavam os quilombolas, escondendo-os quando eles faziam incursões aos engenhos.

Essa solidariedade, conforme afirmado por Moura (1983) foi responsável pela existência desses quilombos ao longo dos anos, pois quando as expedições policiais se aproximavam, eles já haviam se retirado do local, quase sempre levando consigo mantimentos produzidos pela economia quilombola.

Os quilombos em muitos casos se localizavam em regiões onde havia uma grande concentração de escravos, afastados dos grandes centros urbanos e em locais de difícil acesso. Estes núcleos com o tempo foram se transformando em aldeias que se dedicavam à economia de subsistência e às vezes ao comércio, levando à prosperidade de alguns. Porém, devido ao seu isolamento, principalmente no período do regime escravocrata, existe uma grande dificuldade em obter informações precisas e tornar amplo o conhecimento da população sobre essas comunidades. Siqueira (1995, p. 3), cita que “os quilombolas viviam nas florestas, nas matas, nas montanhas e ao mesmo tempo, em contato com a sociedade envolvente que a rodeava, as vigiava, controlava e perseguia”.

O isolamento existente na localização dessas comunidades fazia parte de uma estratégia de sobrevivência e que garantiu a permanência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando uma identidade étnica e cultural específica.

2.1.2. Resistência Quilombola

O que caracterizava o quilombo era a resistência e autonomia e não o isolamento, a homogeneidade étnica ou a fuga da escravidão. Eram necessários para os quilombos se imporem e se exporem para resistir e sobreviver à dinâmica sócio-econômica do mundo que os cercava (PASSOS, 2007).

Siqueira (1995) cita que os quilombos surgiam dos levantes, insurreições, revoltas armadas, entre outras lutas que ocorriam em diferentes lugares onde houvesse a negação da liberdade, dominação, desrespeito aos direitos, preconceitos, desigualdades e racismo. Dentre as particularidades dos levantes havia as permanentes ligações entre os escravos e quilombolas, além da interação com alguns segmentos e núcleo oprimidos pela sociedade escravista. Em algumas regiões do Brasil, o relacionamento entre os escravos quilombolas e os engenhos foi uma importante característica destes movimentos (MOURA 1983).

A grande insurreição, ou a revolta de 1835, na Bahia, não foi apenas uma eclosão violenta e desorganizada surgida por um incidente qualquer, mas foi uma revolta planejada nos seus detalhes após um período de organização e preparação, ligando-se a sua liderança da massa escrava de várias nações. Em sua fase de preparação e organização, esses escravos se reuniam secretamente em vários locais em Salvador. Os escravos de engenho e os quilombolas da periferia faziam parte da articulação do movimento. A junção dos negros urbanos, dos engenhos e quilombos da periferia de Salvador era uma das maiores preocupações das autoridades. Após a derrota da insurreição houve uma brutal repressão com uma série de prisões entre escravos e libertos, com uma devassa completa e a invasão dos lugares onde moravam os africanos e seus descendentes brasileiros. A cidade passou a ser patrulhada com frequência, sendo vasculhadas as casas de negros escravos e negros alforriados. Os principais líderes do movimento foram julgados e quase todos condenados a vários açoites em praça pública, além do que, cinco deles foram condenados à

morte por se recusarem a viver no cativeiro ou com ele não concordarem (MOURA 1983).

Os quilombolas e insurretos urbanos nunca tiveram o apoio do movimento abolicionista, pois o negro era visto como “bárbaro” e “selvagem” e por este motivo, sem a mínima capacidade de executar ações de políticas contra o estatuto que o oprimia. Neste processo a maioria dos abolicionistas moderados via o problema como uma simples substituição de mão-de-obra, ou seja, os escravos não podiam ter papel decisório no processo, pois se isso tivesse acontecido, o programa abolicionista seria diferente, assim como a situação dos ex-escravos. O negro foi excluído como agente histórico pelos próprios abolicionistas. Esta atitude ainda é expressa com o discurso liberal que não aceita a luta dos escravos como um fator político, mas uma simples manifestação de homens que nunca poderiam participar do processo de mudança social no qual eles eram os principais interessados e a principal classe atingida (MOURA 1983).

Moura (1983) deixa claro que desde o início, os quilombolas se dedicavam à sua preparação militar, em razão de ter que se defender constantemente da repressão dos senhores. Os quilombos viviam dentro da situação de negação à ordem escravocrata, sendo que no início o pequeno quilombo era um grupo armado. Os médios e grandes tinham o objetivo de defender sua população e consequentemente sua economia.

Para isso tinham que manter uma hierarquia militar e um contingente armado que mantivessem a tranquilidade dos que trabalhavam contra as armações dos escravistas. Essas forças, inicialmente organizadas para ataques e escaramuças contra elementos armados das fazendas, engenhos e povoados que eram invadidos pelos quilombolas, como o tempo foram sendo modificados e estruturados em nível de uma tropa que visava fundamentalmente defender a área, a população e a economia do quilombo, passando a ter um papel definido (MOURA, 1983, p 44-45).

A economia agrícola dos quilombolas se organizava e se desenvolvia como um enclave à agricultura latifundiária e monocultora. Muitas vezes as expedições destruíam os quilombos, dizimando parte da população aquilombada e destruindo tudo que representava economia e armazenamento dos quilombolas, como paióis, armazéns, plantações, criações, dentre outros. Com tanta mortalidade existente

nessas expedições, supunham as autoridades haver terminado com os atos de rebeldia e fuga dos escravos. Porém, ao contrário do que se imaginava, o fim desses quilombos era apenas ilusão, pois em muitos casos nos mesmos locais, surgiam outros quilombos e às vezes maiores (MOURA 1983).

De acordo com Carril (2006), os quilombos desenvolveram uma relação peculiar com a natureza e assim, de escravos eles se transformaram em camponeses, sendo que o relacionamento com a terra passou a ter uma importância fundamental como meio de sobrevivência na sociedade escravista.

Para Moura (1983), a religião foi o elemento ideológico mediador entre a situação que existia e a consciência dessa situação “alienadora” somente podendo ser expressa em nível de inteligibilidade coletiva por meio da forma religiosa.

Cada quilombo teve uma história diferente. Apesar de existir os grandes núcleos de resistência, existiam quilombos que se mantinham inseridos no contexto social e econômico da região, sendo que muitos desses grupos, mesmo perseguidos sobrevivem até hoje (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009).

Palmares era o maior exemplo de grande quilombo; ele era considerado uma Confederação de Quilombos, composta principalmente por: Zumbi, Acotirene, Tabocas, Dambrabangas, Macaco, Subupira, Osenga, Serinharém, Amaro, Andalaquituche, Alquatune, além de vários outros menores. O mais importante era a Cerca Real do Macaco, situado onde atualmente se localiza a cidade de União dos Palmares no Estado de Alagoas (MOURA 1983).

2.1.3. Palmares

Palmares foi um núcleo de resistência formado em 1604 por cerca de 40 negros foragidos e reunia diversos quilombos. Sofreu durante 100 anos ataques de portugueses e holandeses (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009). O quilombo dos Palmares, localizado em área pertencente ao estado de Alagoas, resistiu por muitos séculos ao regime estabelecido na época na sociedade brasileira e o seu mito transformou-se em um símbolo brasileiro da resistência ao regime escravocrata.

Localizado na atual região de União dos Palmares (figura 1), no Estado de Alagoas, Palmares que no início tinha apenas pequenos grupos que inspecionavam pelas redondezas, passou a estruturar um exército. Para promover a segurança para um grande número de pessoas e sua extensa área, Palmares teve que desenvolver um sistema defensivo e eficaz que assegurasse a tranquilidade de seus habitantes. Para isso teve que aumentar consideravelmente o seu efetivo, além de construções de fortificações, sendo um exército bem armado cujas armas eram lanças, flechas, arcos e armas de fogo, tomadas das expedições punitivas, ou até mesmo compradas dos elementos com os quais mantinham intercâmbio. O exército de Palmares se torna muito forte, a ponto de ser recebido pelas autoridades portuguesas.

Ganga Zuma foi o penúltimo rei de Palmares e foi morto pelo sobrinho de Zumbi, que não aceitou o acordo feito entre Ganga Zuma e os portugueses prometendo que os habitantes dos quilombos colocariam fim ao rapto de negros ainda escravizados pelos fazendeiros (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009).

Zumbi foi líder da resistência heróica que terminou com a destruição do quilombo e a sua morte em 20 de novembro de 1695. Esta data foi escolhida para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra.

A religião era um cristianismo sincretizado com valores africanos. A família era poligâmica e em cada mocambo o chefe era o senhor absoluto, porém nas guerras reuniam-se para deliberar conjuntamente.

De acordo com Moura (1983), a agricultura policultora era a base da sua economia, formada principalmente por milho, que era colhido duas vezes por ano. Os outros produtos cultivados era feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. A agricultura era de subsistência, porém o excedente era trocado com os vizinhos.

Depois de alimentada toda a população, atendido os gastos coletivos e guardadas em celeiros as quantidades destinadas às épocas de más colheitas, guerras e festividades, ainda sobrava algo para trocar por produtos essenciais das povoações luso-brasileiras. O caráter nitidamente antieconômico do sistema escravista é ilustrado por este contraste entre o rendimento do trabalho do negro quando livre e quando escravo. Era por ser escravo, não por ser negro, que ele produzia pouco e mal nas plantações dos engenhos (MOURA, 1983, P. 40).

Palmares era um reduto em franco crescimento, mesmo com toda a ameaça permanente sobre ele, vivia em um regime comunitário, organizado à base da agricultura e criação de animais para subsistência. A capacidade de oposição e seu poderio militar foram demonstrados pela resistência à todas as expedições punitivas de 1630 a 1695. Além de Palmares, outros quilombos tinham um forte poderio militar. Isso é comprovado pelos efetivos que eram mobilizados para destruí-los (MOURA 1983).

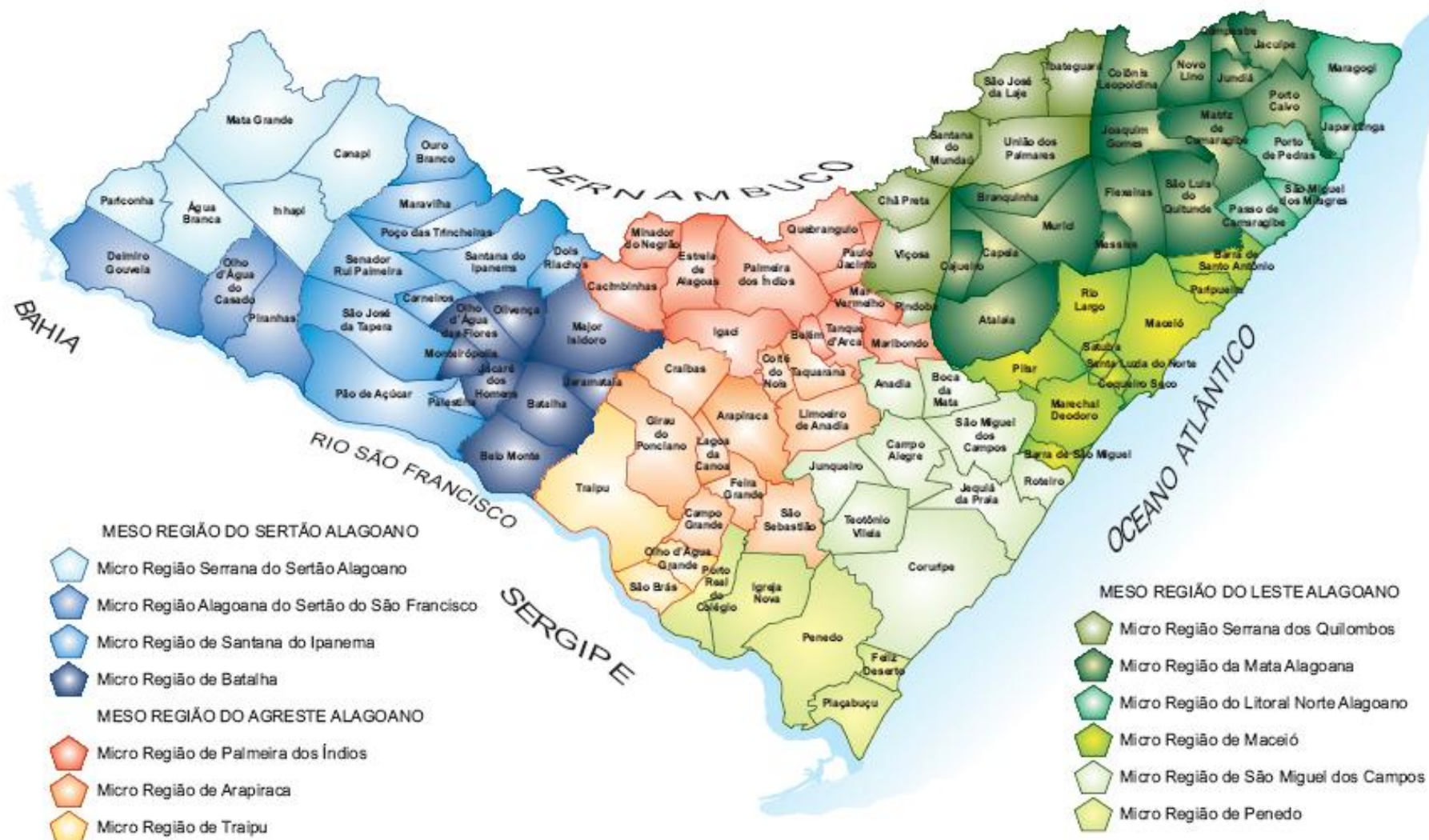


Figura 1: Mapa do Estado de Alagoas por meso, micro-regiões geográficas e municípios
 Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas

2.2. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

2.2.1. Situação Fundiária no Brasil e Comunidades Quilombolas

No período que antecede a abolição da escravidão no Brasil, houve várias formas jurídicas de aquisição de terras. Em um primeiro momento houve a distribuição de terras por meio das Cartas de Sesmaria, das quais as concessões eram outorgadas por Portugal a determinadas famílias ou que tinham amizade com o reino português (MELO 2006).

O sistema de Sesmaria inicialmente havia sido criado por Portugal no fim do século XVI, com o objetivo de não permitir que as terras ficassem sem cultivos, impondo a obrigatoriedade do uso do solo a fim de solucionar o grande problema de abastecimento do país, colocando fim à grave crise de gêneros alimentícios (MOTTA, 2004).

Após a abolição do sistema escravocrata, pouco mudou na vida dos escravos em relação às condições materiais de existência, sendo essas em muitos casos, semelhantes com as dos cativeiros. Porém juridicamente, os escravos passaram a ter autonomia sobre o seu trabalho, não sendo preciso a fuga para dominar sua força de trabalho (FIABANI, 2007).

Mesmo após a Independência do Brasil, o sistema fundiário não mostrou alteração (MELO 2006). A lei 601 de 1850, mais conhecida como a Lei de Terras, definiu que as terras devolutas seriam aquelas que “não estão sob o domínio dos particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal” e proibiu a partir de então “toda e qualquer aquisição de terras devolutas se não fosse por compra” (AZANHA, 2001, p. 1).

A Lei Eusébio de Queiróz (1885) que reprime o tráfico de africanos e puni com rigor os selvagens contrabandistas de pessoas, é do mesmo ano da Lei de Terras, ou seja, preparava-se para abolir a escravidão no Brasil, mas ao mesmo tempo os latifúndios eram consolidados nas mãos das oligarquias rurais, evitando

que o escravo, ao “ter” a sua liberdade, não tivesse acesso à propriedade em razão do preço e pela “proibição de legitimar posses posteriores à referida Lei de Terras”, privilegiando a propriedade “em detrimento da função social da posse que afirma a dignidade da pessoa humana por assegurar, por exemplo, o direito ao trabalho e a moradia que são valores constitucionais inderrogáveis” (MELO 2006, p. 4).

Os quilombos não foram formados apenas no período da escravatura no Brasil. Mesmo depois da abolição da escravidão, continuou a formação de novos quilombos. Isso ficou provado por estudos e pesquisas ocorridas na segunda metade do século passado, num momento caracterizado pela descolonização do continente africano e pelo debate sobre a identidade nacional, onde vários historiadores mostraram as experiências de organização quilombola sob uma nova perspectiva, ou seja, não só com o recurso útil para a sobrevivência física e cultural dos quilombolas, mas principalmente como instrumento de preservação da dignidade dos descendentes africanos traficados para o Brasil que lutavam para reconquistar o direito à liberdade e conviver de acordo com a sua cultura tradicional (SEPPIR, 2004).

Deste modo, a formação de quilombos após a abolição formal da escravatura se dá em razão desses continuarem a ser, para muitos, a única possibilidade de viver a liberdade, pois constituir um quilombo tornou-se condição de sobrevivência, visto que a Lei Áurea os deixou abandonados à própria sorte: desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo em absoluta miséria e tendo ainda que enfrentar as resistências e os preconceitos de uma sociedade que desprezava sua cultura, sua visão de mundo e seu modo de vida.

Vários termos são utilizados para designar os “grupos sociais afro-descendentes, trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes, onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole” (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009). Os termos mais utilizados são: quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos,

comunidades negras rurais, camponeses negros, remanescentes de comunidades de quilombos ou quilombo.

Para Passos (2007) o termo, “remanescentes de quilombo” que está no texto constitucional, remete à noção de resíduo, ou de algo que já se foi e restaram apenas algumas lembranças. Desta forma, para o autor, esse é um termo que não corresponde à maneira que os próprios grupos utilizavam para se autodenominar e tampouco ao conceito empregado pela antropologia e pela história, mas mostra o olhar do Estado “como sendo aquele com a competência necessária para definir quem é ou não comunidade quilombola”.

Desta forma, considerando as afirmações de Passos (2007), não concordando com o termo, “remanescentes”, institucionalizado através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e por ora usado nesse trabalho, apenas quando os autores citados assim se referir ou os textos oficiais. Na discussão do mesmo utilizaremos o termo “comunidade quilombola”.

Essas comunidades resistem desde a sua formação inicial e lutam para continuar existindo e por constituírem grupos que ao longo dos séculos “desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. Desta forma:

São grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. Identidade étnica, numa perspectiva de em processo de autoidentificação bastante dinâmico, resultado de uma confluência de fatores que variam desde uma ancestralidade comum, forma de organização política e social a elementos lingüísticos e religiosos. Elementos definidos pelos próprios quilombolas e não mais por um olhar externo. (PASSOS, 2007, P. 04)

A identidade étnica é a base para a formação e organização de um grupo e de sua relação com os demais grupos e sua ação política. A definição da identidade de um grupo social se dá pela junção de alguns fatores escolhidos pela própria comunidade: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos, etc.

Quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de autoidentificação dinâmico, que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como por exemplo, a cor da pele (SEPPIR, 2004).

As comunidades quilombolas mesmo sendo ignoradas e perseguidas neste processo constituíram-se numa rica dinâmica de “diálogo cultural”, de afirmação da identidade, de resistência étnica, de luta e uso da terra, de relacionamento peculiar com a natureza que nos remete à compreensão de sua pertença a terra, de solidariedade interétnica, de sua ancestralidade de todos os valores civilizatórios ligados à África e preservados mediante séculos de tradição (PASSOS, 2007).

Os quilombos continuam sendo sociedades livres, igualitárias, justas/soberanas em busca de felicidade. Eram sociedades políticas militares, que nasceram de movimentos de insurreições, levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravocrata. Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos à semelhança de Palmares. Os quilombos existiram em múltiplos pontos do país em decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares onde houvesse negação de liberdade, dominação, desrespeito a direitos, acrescidas de preconceitos, desigualdades e racismo (SIQUEIRA, 1995, p. 3).

Atualmente a ligação dessas comunidades com o passado não se dá pelo isolamento geográfico e nem pela homogeneidade física e biológica de seus habitantes, mas pela manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida em um local determinado. Assim a principal característica que aproxima a dimensão do quilombo do período colonial às formas de organização dos quilombos contemporâneos está “nas práticas econômicas desenvolvidas, cujos modelos produtivos agrícolas estabelecem uma necessária integração à micro-economia local, com vistas à consolidação de um uso comum da terra” (SEPPPIR, 2004).

As comunidades de remanescentes de quilombos, em muitos casos ainda não são conhecidas, divulgadas e valorizadas. Muitas delas ainda vivem às margens da sociedade brasileira que foi construída em cima dos trabalhos de seus ancestrais. (CÂNTIA; BOLONI, 2004). Mesmo que no imaginário popular seja comum a associação dos quilombos a algo apenas ligado ao passado, e que teria desaparecido com o fim do regime da escravatura, essas comunidades quilombolas, existem em grande número e se fazem representadas praticamente em todo o território brasileiro.

Recentemente a questão quilombola tem tido uma maior visibilidade, o que exige uma revisão nos modelos de gestão utilizados para a implementação de políticas públicas (SEPPIR, 2004).

A questão fundiária deve ser levada em consideração, pois a terra é de extrema importância para a continuidade do grupo e condição exclusiva para a existência do mesmo. O território não estaria restrito ao espaço geográfico, abarcando objetos, atitudes e relacionamentos, ou seja, tudo o que afetivamente lhe diz respeito (SEPPIR, 2004).

Desta forma:

Territórios e identidades estão inteiramente relacionados enquanto um estilo de vida, uma forma de viver, fazer e sentir o mundo. Um espaço social próprio específico, com formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais para a comunidade. Bens esses que se transformarão no legado de uma memória coletiva, um patrimônio simbólico do grupo (SEPPIR, 2004, p. 11).

Outra dimensão é incorporada na questão fundiária, pois enquanto a terra é uma necessidade econômica e social, o território, enquanto espaço geográfico e cultural de uso coletivo é uma necessidade cultural e política, ligado ao seu direito de autodeterminação. A terra é uma necessidade econômica e social (SEPPIR, 2004).

Desta forma, Assunção (2006, p.4) afirma que para essas comunidades, a terra é o bem fundamental, pois é dela que são retirados os produtos para subsistência do grupo familiar, além de ser o espaço de trabalho e de vivência. A terra é “o elemento unificador do grupo social, no qual se constrói a história cotidiana de homens e de mulheres, dotando-se de significados a vida e o mundo dessas comunidades negras”.

Essas comunidades detêm grandes conhecimentos tradicionais e muitos destes foram trazidos do continente africano, enquanto outros foram descobertos por elas no Brasil ao longo dos anos, mediante vários experimentos.

As comunidades remanescentes de quilombo caracterizam em sua maioria pelo grande vínculo com o meio em que ocupam, observando grande grau de preservação da biodiversidade. Elas sobrevivem da agricultura de subsistência, com uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar, assegurando os produtos

básicos para o consumo. Para completar a renda familiar, são criados animais de pequeno porte, como, galinhas, porcos, patos e cabritos (VICENTE, 2004).

Para Nascimento (1980), apud Siqueira (1995), a memória dos afro-brasileiros não se inicia com o tráfico de escravos africanos para o Brasil, nem no início da escravidão dos africanos no século XV, pois os africanos já trouxeram consigo saberes a respeito das diversas áreas do conhecimento como culturas, religiões, línguas, artes, ciências, tecnologias, etc.

A presença quilombola é “estranha e ameaçadora pelo olhar oficial e ideológico que inventa e faz desaparecer o outro”. O quilombola é uma presença marcante na história brasileira, mas ao mesmo tempo “inviabilizada pelo medo que essa sociedade não fosse a homogeneidade ocidentalizante sonhadora desde o século XIX” (PASSOS, 2007, p. 5). Essas comunidades ficaram à margem do processo de modernização durante mais de um século de república, fruto do processo de “negação do Brasil”, viveram ameaçadas e desrespeitadas em suas expressões culturais e sem acesso à titulação das suas terras.

As comunidades quilombolas lutam pela continuidade dos princípios que na dinâmica atual revivem valores sociais, culturais e políticos das civilizações africanas que em sua essência constituem a sociedade brasileira, assim como a cultura nacional (SIQUEIRA, 1995). Vivendo diferentes situações de contato com a sociedade nacional, aos poucos vão despertando para a importância da sua cultura buscando espaço na sociedade que os manteve discriminados e isolados ao longo dos séculos. Apesar das pressões das frentes de ocupação, procuram resgatar e resguardar antigas tradições. Em várias comunidades quilombolas, festas e danças lembram os ritmos da África.

Existem inúmeras ameaças que ainda rondam essas comunidades, sendo as principais: a falta de titulação, pois sem esta não há como as comunidades quilombolas garantir o domínio e posse da terra e assegurar alternativas viáveis para a sua sobrevivência com dignidade, recuperando e renovando sua cultura; a falta de reconhecimento dos direitos das populações tradicionais na legislação ambiental, o que muitas vezes favorece tensões e conflitos nas áreas, e frequentemente inviabilizam sua permanência na terra; e a educação, que

apresenta várias deficiências, sendo que muitas das escolas em funcionamento nas comunidades de remanescentes de quilombos, não têm a manutenção garantida e nem valoriza a cultura local (SEPPIR, 2004).

Um número muito grande de quilombos no Brasil vive em situações consideradas alarmantes e em muitos casos localizadas em lugares afastados e sem condições necessárias para desenvolver uma agricultura de maior qualidade até mesmo por falta de uma documentação que lhes concede o direito de conseguir financiamentos, empréstimos e subsídios para a sua produção, mesmo sendo estas ações denunciadas e atestadas por organismos internacionais ligados a Organizações das Nações Unidas-ONU. Isso tem de certa forma, servido como pressão nos últimos anos, para que o governo brasileiro adote medidas mínimas de atenção política a essas comunidades (PASSOS, 2007).

Os problemas enfrentados por essas comunidades são principalmente na busca da manutenção de seu território. A Fundação Palmares (2009), assinala que as comunidades quilombolas que foram localizadas na Bacia do Rio Trombetas, norte do Pará, em 1989, estão enfrentando principalmente a invasão de empresas mineradoras, fazendeiros e madeireiras, na Bahia próximo a Bom Jesus da Lapa; 300 famílias da Comunidade de Rio das Rãs enfrentaram ação de um grileiro de terras e depois de muita luta conseguiram uma liminar na justiça que lhe garantiu a posse da terra.

A intervenção do Estado por intermédio de algumas ações se apresenta como uma ameaça a essas comunidades como é o caso da política de construção de hidrelétricas no Vale do Ribeira, que ameaça atingir terras dos quilombolas, o que interferirá no modo de vida das comunidades que esta ligada à questão da territorialidade (YAGUI, 2006).

Paré, Oliveira e Velloso (2007), ressaltam que até recentemente a existência de quilombos no Rio Grande do Sul era ignorada pela historiografia, mesmo com registros do século XVIII que citam as fugas de escravos, assim como a nomeação de capitães-do-mato para capturar escravos aquilombados nos arredores das regiões mais produtoras do estado. Atualmente o estado do Rio

Grande do Sul apresenta várias comunidades quilombolas, que em sua maioria encontra-se em situação de expropriação de suas terras e de difícil sobrevivência.

Cercados espacialmente por comunidades de origem alemã e italiana, carecendo de infraestrutura adequada, os quilombos gaúchos são locais de resistência negra significativos numa região onde a população afrodescendente é notadamente minoria (cerca de 15% da população do estado) e busca sua visibilidade numa cultura local altamente europeizada. (PARÉ; OLIVEIRA; VELLOSO, 2007, p. 219)

As 100 famílias de negros do quilombo Mocambo em Sergipe estão em litígio com fazendeiros da região. Os Kalunga em Goiás, espalhados em áreas dos municípios de Cavalcanti, Terezinha de Goiás e Monte Alegre, enfrentam pressão de Furnas que inundará cerca de 50 % das terras onde estão as roças dessas comunidades, para encher o lago da hidrelétrica que está sendo construída. Até pouco tempo atrás, para se chegar aos núcleos onde vivem os Kalungas de Goiás, somente por meio de uma longa viagem em lombo de burro pelos caminhos difíceis ao longo de um terreno acidentado. Algumas pessoas idosas nunca deixaram o antigo quilombo para conhecer a cidade. Porém, a população jovem já começa a se interessar pelo mundo fora do núcleo (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009).

2.2.2. Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas

Para Passos (2007), os grupos étnicos tradicionais, representados principalmente por comunidades negras, indígenas e quilombolas, somente a partir das últimas décadas, passaram a ser tratadas pelo Estado como sujeitos de direitos constitucionais e símbolo da resistência aos regimes racistas e escravocratas que prevaleceram por muitos séculos no Brasil. Até então essas comunidades eram tratadas pelo Estado como uma ameaça ou um inimigo dentro do próprio território nacional em uma perspectiva de isolamento e marginalização.

Suas passaram automaticamente pelo período de redemocratização do país, no qual o movimento negro e lideranças das comunidades quilombolas intensificaram a luta por direitos que garantissem a essas comunidades a cidadania. Esses movimentos garantiram o início de seus direitos quando envolvidos nos processos de elaboração da Constituição de 1988, asseguraram o direito à preservação de sua identidade e cultura, bem como o direito à titulação das terras ocupadas por vários anos por um povo que se contrapôs ao regime escravocrata e constituíram um novo modelo de sociedade e relação social.

O Brasil nas últimas décadas tem assumido sua dívida social secular para com as comunidades tradicionais. Essas comunidades, em sua maioria localizada na zona rural, ainda vivem sem acesso aos bens mínimos da vida social como moradias dignas, água potável, energia elétrica, educação e saúde de qualidade. Muitas vezes a legislação não favorece e os passos são lentos. Atualmente várias comunidades são marginalizadas por segmentos refratários da sociedade brasileira e pela mídia que representa os interesses destes. Após muitos séculos de opressão e resistência os quilombolas saem da posição da invisibilidade social, do silenciamento e da grilagem de suas terras para um período de luta por paz, cidadania e dignidade (PASSOS, 2007).

As áreas dessas comunidades são reconhecidas a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que em seu artigo 68 prevê o reconhecimento da propriedade da terra dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Porém, somente após 15 anos da promulgação da Constituição Federal, foram instituídas as formas legais que regularizam os procedimentos administrativos para a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos no Brasil, mediante Decreto nº. 4887 de 20/11/2003 e da Instrução Normativa nº. 16 de 24/03/2004 do INCRA (SOGAME; SCARIM, 2005).

O processo de reconhecimento dos territórios quilombolas é um meio de saldar parte do débito social da sociedade e do Estado para com a população negra, escravizada no passado sendo que atualmente uma parte significativa ainda vive em condições de discriminação e marginalização.

O artigo 68 da Constituição Federal representou o primeiro passo significativo na mudança de paradigma entre o Estado e as comunidades quilombolas, isso se deu a partir da mobilização e organização de movimentos sociais negros. Surge, então, uma nova conceituação de quilombo, ao tratar e criar o termo “remanescentes das comunidades de quilombo”, que para o autor é um conceito ambíguo e esta nova conceituação acaba derrubando a visão criada pela história e enraizada no senso comum de serem quilombos “as comunidades formadas por escravos fugidos, logo isolados e constituídos apenas por negros” (PASSOS, 2007, p. 02). Isso explica o espanto quando se fala sobre comunidades quilombolas existentes na cidade e no campo depois de mais de um século do fim do sistema escravista.

Porém, o termo quilombo é reconhecido pela Constituição Federal como um termo que designa uma situação bem mais extensa e histórica dos segmentos negros em diferentes regiões do Brasil, se referenciando a terras que resultaram:

- a) Da compra por negros libertos;
- b) Da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica;
- c) Da ocupação e administração das terras doadas aos santos e aos padroeiros, ou,
- d) Terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos. Assim;
- e) Os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das “terras de uso comum”, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem que façam uso do artigo constitucional.

Apesar de muito amplo na sua interpretação, o art. 68 da Constituição Federal, não apontava quais seriam os mecanismos e os procedimentos que o Estado deveria seguir para garantir a legalização das terras dessas comunidades.

Somente em novembro de 2003, o Decreto nº 4.887/03 assinado pelo presidente Luz Inácio Lula da Silva, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse decreto tem a sua fundamentação na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais.

Para a Fundação Palmares (2009), hoje, esses grupos são reconhecidos como descendentes de negros dos quilombos, tornando mais fácil colocar em prática o direito garantido pela Constituição Federal de 1988. A população que reside ao redor dos núcleos de descendentes de escravos sempre se refere a esses locais como quilombos, mocambos ou terra de negros. O processo de mapeamento das comunidades remanescentes de quilombo tem sido um trabalho lento, sendo que somente o Estado do Maranhão conta com um trabalho abrangente, onde já foram localizadas 41 comunidades negras.

No Brasil não existe um número preciso de comunidades de remanescentes de quilombos. Para o Instituto Pró-índio de São Paulo (2009), existem mais de 2 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro, que se mantêm vivas e distantes, e lutam pelo direito da propriedade de suas terras.

No território brasileiro cerca de 2 milhões de pessoas moram em áreas quilombolas, ocupando território equivalente ao Estado de São Paulo, representando além de uma extensão da África, a reinvenção da vida em solo brasileiro, desde o período da escravidão até pós abolição (PASSOS, 2008).

Porém, em um levantamento realizado pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, foram mapeadas 3.524 comunidades de quilombos (SEPPIR, 2009). Dessas 1,1 mil já estavam certificadas até 2008 (figura 2). É consenso dos pesquisadores da temática que estes números podem chegar a mais de cinco mil comunidades espalhadas pelo território brasileiro de acordo com outras fontes.

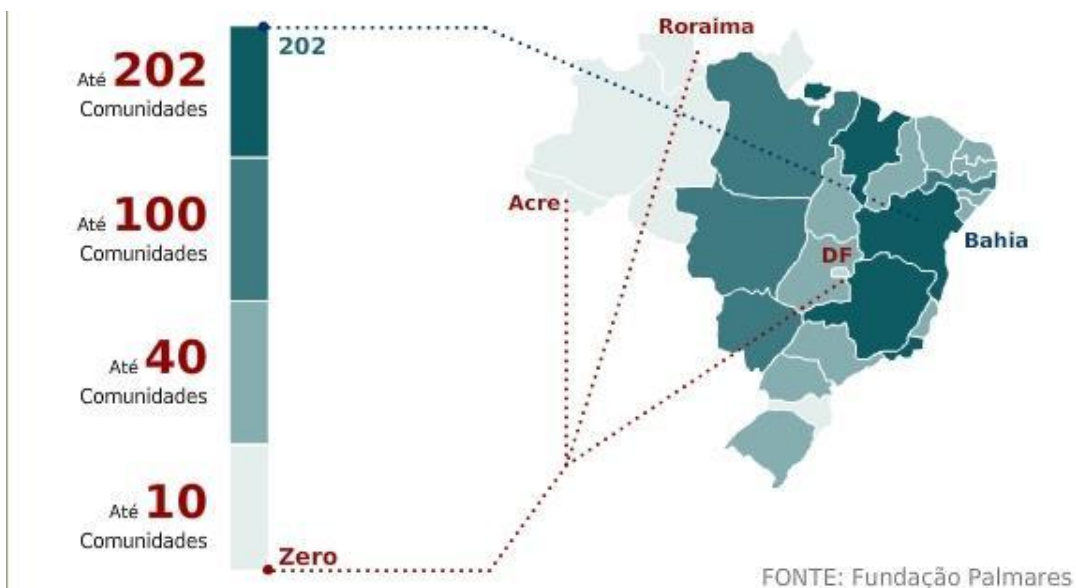


Figura 2: Distribuição das Comunidades Quilombolas por Estados
Fonte: Fundação Palmares

A Fundação Cultura Palmares, do Ministério da Cultura é o órgão responsável pela certificação das comunidades remanescentes de quilombos. Os documentos são determinantes para a regularização fundiária junto ao INCRA, pois atestam o reconhecimento da presença dos quilombos em determinados territórios e a demarcação das terras por meio de estudos científicos com laudos antropológicos e históricos. A emissão do título de posse das terras é a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento.

O processo de titulação das comunidades quilombolas deve ser devidamente autuado, protocolado e numerado com início a partir da entrada do pedido de representante da comunidade ou de qualquer outro interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas, na Superintendência Regional do INCRA. O pedido do processo pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.

No pedido de titulação pode constar a pretensão de titulação da área e seu tamanho aproximado, croqui, mapa, artigos e estudos relacionados à comunidade. A partir disso o INCRA abre um processo administrativo e nomeia um Grupo Técnico, composto de pelo menos um engenheiro agrônomo, um agrimensor e um

antropólogo, que iniciará os trabalhos com audiências públicas na comunidade, sendo que essas deverão ser registradas em atas.

Todo o processo parte da questão da autodeterminação das comunidades que se define de quilombos, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os povos indígenas e tribais. Desta forma nenhum documento, laudo ou atestado se faz necessário para que essas comunidades sejam aceitas no âmbito público como comunidades quilombolas.

O inciso 3º do artigo 2º do Decreto 4887/03, delinea bem os critérios que deverão ser levados em consideração no levantamento a ser realizado pelo INCRA.

§ 3º Para medição e demarcação de terras, serão levado em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultativo à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

A definição da área de abrangência do território quilombola é uma das primeiras e mais importantes tarefas do Grupo Técnico. Logo após definir o período da área de pretensão, o INCRA inicia um levantamento de sobreposições do polígono, como: terrenos de marinha, áreas consideradas como de segurança nacional, áreas de preservação, proprietários a qualquer custo e posseiros não quilombolas, fazendo cadastro e verificação no Cartório de Registro de Imóveis de todos os ocupantes da área ou se são clientes de reforma agrária. Isso irá possibilitar que o INCRA possa quando atender aos dispositivos previstos no art. 13 e 14 do Decreto 4887/03 (BRAGA, 2006).

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias

de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Após o levantamento de todos os ocupantes não quilombolas, aqueles considerados como clientes de reforma agrária, deverão ser transferidos para áreas em projetos de assentamentos. Em seguida deverá ser realizada a identificação dos ocupantes quilombolas e não quilombolas. É assegurada aos quilombolas a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação está previsto no art. 10 da Instrução Normativa nº 20 de 19 de setembro de 2005, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por quilombolas de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Este relatório deve ser produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, com objetivo de identificar e delimitar o território reivindicado pelos quilombolas, abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas.

O RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação deverá ser composto pelo relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades quilombolas, mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo.

Art. 10. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação será feito por etapas, abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas,

obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, e compor-se-á das seguintes peças:

I – relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do território quilombola identificado, devendo conter a descrição e informações sobre:

- a) as terras e as edificações que englobem os espaços de moradia;
- b) as terras utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural do grupo humano a ser beneficiado;
- c) as fontes terrestres, fluviais, lacustres ou marítimas de subsistência da população;
- d) as terras detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer da comunidade;
- e) as terras e as edificações destinadas aos cultos religiosos;
- f) os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.

II - planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área;

III – cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do SIPRA;

IV – cadastramento dos demais ocupantes e presumíveis detentores de títulos de domínio relativos ao território pleiteado;

V – levantamento da cadeia dominial completa do título de domínio e de outros documentos similares inseridos no perímetro do território pleiteado;

VI – levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, ou situadas em terrenos de marinha, em terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou SPU e em terras dos estados e municípios;

VII – Parecer conclusivo da área técnica sobre a legitimidade da proposta de território e a adequação dos estudos e documentos apresentados pelo interessado por ocasião do pedido de abertura do processo.

Após a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional – CDR e ser publicado na forma de edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais da União e do Estado, assim como afixado em mural da Prefeitura.

Ao final da fase de campo, inicia-se a fase de escritório e de análise das demais informações. Nesta fase parte-se para a regularização dos territórios quilombolas em terras públicas, ou desapropriação e/ou compra, no caso de áreas particulares. Em caso de áreas de preservação ambiental onde existem territórios de quilombos, como é o caso de florestas nacionais ou reservas biológicas, administradas pelo IBAMA, em alguns casos existem acordos revendo o perímetro da reserva, desafetando a parte ocupada pelos quilombos. A aprovação da comunidade de quilombo deve ser realizada em assembléia, juntada ao processo

e feita a publicação do resumo do RTID no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e fixado na Prefeitura Municipal onde está localizado o território quilombola, além de ser comunicado aos órgãos do IPHAN, IBAMA, SPU, FUNAI, Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, Fundação Cultura Palmares, a fim de que se manifeste em um prazo de trinta dias algum interesse na área, de acordo com o art. 8 do Decreto 4.887/03.

Art. 8º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

- I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;
- VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Todos os interessados têm o período de 90 dias para contestações. Após esse período o CDR fará o julgamento do RTID. Quando houver contestações, as mesmas serão analisadas e julgadas pelo CDR, ouvindo os setores técnicos e a Procuradoria Regional. Da decisão contrária, cabe recurso ao Conselho Diretor do INCRA. Se forem procedentes, o edital publicado precisa ser retificado e republicado; caso contrário, o RTID é aprovado em definitivo. A partir de então, o Presidente do INCRA publica portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. A Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola é publicada no Diário Oficial da União e do Estado.

Logo depois será feita a desinversão da área se houver posseiros ou proprietários, ou acordos com os órgãos públicos que detêm direitos sobre a mesma. Os processos de desapropriação ou de indenização de benfeitorias deverão ser abertos de forma individual. Não se discutirá a titulação dos territórios de quilombos, mesmo que os imóveis sejam considerados com restrição para serem desapropriados e a discussão deverá prosseguir quanto aos valores das indenizações, em razão do preceito constitucional do art. 68 da ADCT/CF. Após os

acordos ou a desintração, é realizada a demarcação física do perímetro do território e logo após a sua titulação, sendo que a Superintendência Regional do INCRA expedirá o título e fará o registro no Cartório de Registro de Imóveis da jurisdição, onde se encontra o território dos quilombos, e no IPHAN, porém no caso das áreas já pertencerem ao INCRA, à SPU, ou serem terrenos de Marinha, municipais ou estaduais, as comunidades têm a faculdade de solicitarem a emissão de título em caráter provisório, o Título de Concessão de Direito Real de Uso, de que nos fala o art. 23 da Instrução Normativa do INCRA (BRAGA, 2006).

Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares fica responsável por garantir assistência jurídica, em todos os graus, aos quilombolas para defesa da posse, para a proteção da integridade territorial da área que ora delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem essa assistência. Quando os órgãos da Defensoria Pública representar em juízo os interesses dos quilombolas, a Fundação Palmares prestará assessoramento a esses órgãos.

A titulação será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade. A fim de garantir maior segurança a essas comunidades.

A Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), é a responsável por coordenar os programas de etnodesenvolvimento, destinado aos quilombolas, integrado por um representante na Casa Civil da Presidência da República; nos Ministérios: (Justiça; Educação; Trabalho e Emprego; da Saúde; Planejamento, Orçamento e Gestão; Comunicações; Defesa; Integração Nacional; Cultura; Meio Ambiente; Desenvolvimento Agrário; Assistência Social; Esporte; Previdência Social; Turismo; Cidades) no Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; nas Secretarias Especiais da Presidência da República (Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Aquicultura e Pesca; e dos Direitos Humanos).

No processo de titulação e reconhecimento ainda está garantido que os quilombolas receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamentos, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

O processo de expedição do título e registro cadastral a ser procedido pelo INCRA ocorrerá sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área reconhecida.

Para Melo (2006, p. 16), a opção de desapropriação dos imóveis com consequente pagamento de verba indenizatória à pessoa cujo nome estiver registrado a terra ocupada é inconstitucional por afrontar de forma direta a norma contida no artigo 68 do ADCT. Este ato de indenização incorre em desvio de finalidade, pelo fato de comprometer o tesouro com a indenização “para quem já perdeu a titularidade da propriedade por força de um comando constitucional dirigido a uma posse que conta com mais de cem anos de longevidade”.

O artigo 68 do ADCT não dá margem a dúvidas em relação a sua auto-aplicabilidade e eficácia no tocante a aquisição da propriedade pelos quilombolas que poderão ser representados pela respectiva associação de moradores na titulação feita pelo Estado se o bem for público ou na propositura de não declaratória se o bem for particular (MELO, 2006, p. 16).

Melo (2006, p. 17), ainda sobre o processo de desapropriação afirma que: a desapropriação ensejará a que o estado outorgue títulos de concessão de uso como direito real resolúvel, fato que se afasta completamente da intenção social e política do instituto trazido pela Lei Maior, que objetiva, em última análise, fazer justiça histórica àqueles que após a abolição da escravidão viram-se sem o reconhecimento da propriedade e conseguiram manter-se na posse até outubro de 1988, resistindo ao cerco jurídico da terra que foi imposto à população negra. O fato é que a grande maioria dos descendentes de escravos foi expulsa de suas áreas de posse, sendo compelidos a formar guetos e bolsões de miséria em torno das cidades, o que comumente chamamos de "favelas".

Desta forma, o autor faz os seguintes questionamentos: de fato, como o estado "expropriará" e "concederá" título a quem, a bem da verdade, já é o verdadeiro proprietário na forma do que disciplina o artigo 68 do ADCT? Será que os próprios quilombolas receberão indenização? Para ele, “qualquer solução nesse sentido é absurda”. Estes recursos gastos nestas indenizações, ou seja, destinados a “comprar” a terra de quem na verdade não é mais o titular, seriam

bem alocados se investidos na infraestrutura das comunidades quilombolas, “promovendo a sua emancipação, proporcionando uma justiça, ainda que tardia, aos africanos que foram trazidos violentamente para o Brasil e aqui contribuíram para a formação do povo brasileiro” (MELO 2006, p. 18)

Desde o ano de 2005, foram publicados 81 RTIDS, totalizando 516.586,93 hectares beneficiando 10.625 famílias; 40 portarias de reconhecimento do território publicadas, totalizando 216.068,0231 hectares reconhecidos em benefício de 3.755 famílias; e 105 títulos emitidos (SEPPPIR, 2008). Existem mais de 851 processos abertos em todas as Superintendências Regionais do INCRA, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre (MPF, 2009)

No ano de 2008, foram publicados 17 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTDS, beneficiando 4.889 famílias em uma área de 160.351,217 hectares. Nesse mesmo ano foram publicadas 14 portarias de reconhecimento, correspondentes à área de 26.686,3234 hectares e ao número de 773 famílias. Em parceria com os Institutos de Terras do Pará – ITERPA e do Piauí – ITERPI, foram emitidos 13 títulos totalizando 32.900,6936 hectares e beneficiando 1.078 famílias (SEPPPIR, 2008).

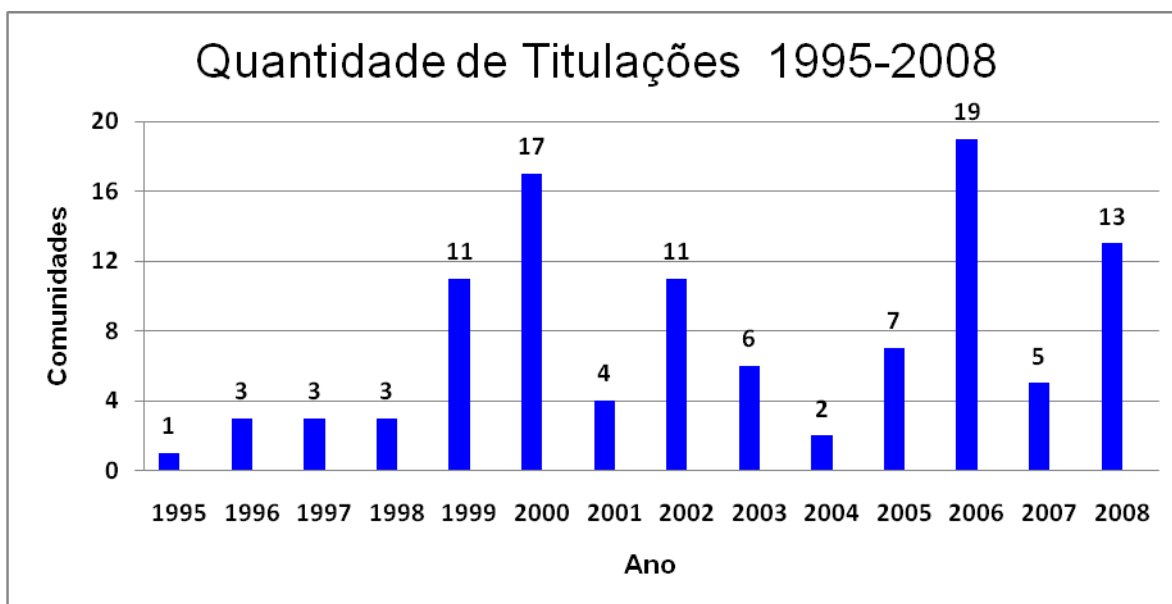


Figura 3: Titulação de Terras Quilombolas, 1995-2008.
Fonte: SEPPPIR, 2008

Em 2008, a Fundação Cultural Palmares certificou 127 comunidades. Ao todo, são 1087 Certidões emitidas e publicadas no Diário Oficial da União – DOU que beneficiam 1305 comunidades. A maioria das 1087 Certidões emitidas e publicadas no Diário Oficial da União – DOU, foram nos anos de 2005 e 2006, totalizando nestes anos 722 certidões.

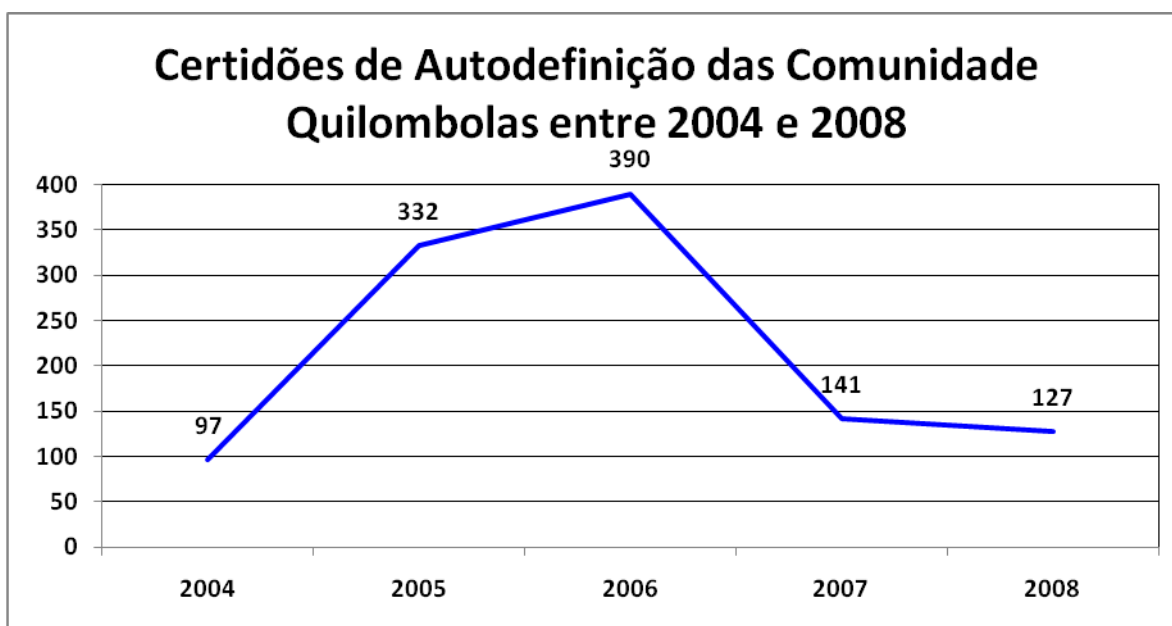


Figura 4: Certidões de Autodefinição das Comunidades de Remanescente de Quilombo, 2004-2008.

Fonte: SEPPPIR, 2008.

2.2.3. O negro e as Comunidades Quilombolas em Goiás

Existem poucas obras que tratam sobre a população negra em Goiás e estas pesquisas são ainda mais escassas quando se trata das Comunidades Quilombolas. Ribeiro (2005) diagnosticou a escassez de estudo sobre o negro na região Centro-Oeste, mostrando que apenas 3% das pesquisas sobre o negro e educação foram realizadas nesta região do Brasil.

Um fator importante sobre os trabalhos sobre o negro em Goiás é colocado por Ribeiro (2009, p. 7), quando afirma que esta temática tem sido pouco

explorada, mesmo assim os trabalhos que existem têm mostrado a existência da discriminação em todos os setores da vida social, mostrando o alto índice de desigualdade racial, além da omissão do poder público em relação à educação em territórios de remanescente de quilombos.

Entre as principais obras que tratam sobre a temática no estado, estão: *Sombra dos quilombos* (1974) e *Quilombos do Brasil Central* (2003) de Martiniano J. Silva; *Peões, pretos e congos* (1976), *A festa do santo preto* (1985) e *O divino, o santo e a Senhora* (1978) de Brandão e *Negros de Cedro* (1983) de Mari de Nazaré Baiocchi. Além dessas, existe um número limitado de dissertações sobre o tema.

Desde o início da formação histórica do Estado de Goiás, o negro desempenhou um papel importante, colaborando com a formação étnica e evolução sociocultural do estado. A entrada do negro em Goiás iniciou-se com as bandeiras colonizadoras, seguindo o movimento minerador do ciclo do ouro e mais tarde no movimento migratório em busca de terras para lavouras e pastagens para o gado (BAIOCCHI, 1983).

A ocupação das Minas de Goyases - nome de um povo indígena que vivia na região, onde havia muito ouro – se deu em meados de 1700 quando os Senhores Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva Ortiz iniciaram a colonização na região provocando um processo de povoamento. Para Baiocchi (1983), o povoamento e colonização do Estado de Goiás, se deu em pleno século XVIII, onde a “sede de ouro” movia a todos. Desta forma Goiás nasce e cresce sob o símbolo do ouro e da garimpagem, sendo o negro o “motor propulsor” da estrutura montada.

O negro chegou em Goiás como escravo, braço para o trabalho nas minas que estavam se formando. O sul da capitania foi a porta de entrada para o negro, que depois se desloca para o norte, Meio-Norte, Nordeste e mais tarde para o Sudoeste. Desta forma o negro foi o elemento principal que possibilitou a colonização do extenso território goiano a partir do século XVIII como minerador e já no século XIX, figurando na pecuária e lavoura (BAIOCCHI, 1983). “O negro em Goiás foi um elemento civilizador, excelente desbravador. Desmontou cascalhos,

revirou grupiaras, deslocou rochedos, fez obras de engenharia com aterros e cortes por dezenas de quilômetros” (ARTIAGA, 1961, apud BAIOCCHI, 1983, p. 19). Assim como no restante do país, a situação do negro em Goiás enfrentou uma dura rotina de trabalho com uma jornada exaustiva, péssimas condições de moradias, trabalho e alimentação.

A agropecuária, que exerceria uma função secundária durante o ciclo do ouro em Goiás, com o esgotamento da mineração, passa a ser a principal atividade econômica do estado.

A economia mineira desenvolveu-se em Goiás paralelamente a agropecuária, e foi dominante até fins do século XVIII; o alvorecer do século XIX, porém coloca a agropecuária, que já existia, em primeiro plano, voltando-se para ela não só a região mineradora, mas todo o Brasil (PINTO 1969, apud BAIOCCHI, 1983).

No estado de Goiás, estabeleceram-se dois tipos de agricultura: inicialmente a de subsistência, no século XVIII e depois a agricultura de exportação no século XIX. A agricultura de subsistência era destinada ao consumo familiar, ao consumo dos escravos e ao comércio interno da Província. Logo essa produção se expande e junto a pecuária passa a abastecer o mercado provinciano e a fornecer produtos para exportação. “Desta forma a agricultura na região mineradora passa a ser produto de exportação, entra no mercado nacional e extrapola mais tarde as fronteiras do país” (BAIOCCHI, 1983, p. 35).

A princípio, quando sobressaia a agricultura de subsistência, produziam-se em Goiás principalmente a mandioca, o milho, o feijão, o arroz e o algodão. Mais tarde com a produção de algodão, são introduzidas as fábricas de fiação e logo depois há uma diversificação da agricultura com a plantação de cana e a introdução de engenho para a produção de açúcar, rapadura e aguardente.

A pecuária encontrou no estado de Goiás um ambiente propício para o seu desenvolvimento: relevo apresentando planícies e chapadas, com pastos nativos e uma abundante rede hidrográfica. A criação extensiva de gado inicia-se no Nordeste goiano ainda no século XVIII e estende-se para outras regiões do estado chegando a atingir a fronteira de Mato Grosso no século XIX.

Para a pesquisadora Maria de Nazaré Baiocchi, os escravos das minas diferem-se dos escravos das plantações do Nordeste açucareiro;

Ele logo a princípio consegue afrouxar os laços de domínio: dentro das minas, como fiscador, e na agricultura e pecuária, como vaqueiro, agregado, camarada, roceiro. Os escravos não se dedicavam somente a mineração. Nas solidões em que viviam não se dedicavam exclusivamente às lavras, mas trabalhavam também na lavoura e em outros misteres durante grande parte do ano. O trabalho só se fazia durante seis meses, ou menos ainda. Aos fiscadores livres, que durante o ano inteiro só se cuidavam de seus serviços de mineração, se deve juntar ainda a maioria dos escravos que aos domingos e dias de santo, se entregavam a faiscação (BAIOCCHI, 1983, p. 49).

Apesar da dificuldade de levantamento da origem étnica do negro que veio para Goiás, para Ramos (1969) apud Baiocchi (1983), as procedências do negro que adentrou Goiás pelo bandeirismo devem ter sido Angola, Congo e Moçambique. O negro teve um papel de fundamental importância na mestiçagem da população de Goiás. “O negro, participante da construção das riquezas e oprimido como escravo, parte como indivíduo e em grupo para a organização étnica das mais variadas formas, em Goiás, como em todo o Brasil” (BAIOCCHI, 1983, p. 28).

Goiás foi palco da resistência escrava contra o sistema escravocrata instalado no Brasil e conseqüentemente nesse estado. As fugas eram muito constantes e quando os escravos eram recapturados, recebiam castigos muito severos. Porém, mesmo com o risco de serem capturados, eles continuavam tentando fugir em busca da liberdade. Exemplo desta resistência imposta pelos escravos são os vários redutos formados por essas populações. De acordo com Silva (2001), em Goiás houve a implantação de vários quilombos, dentre esses se destacam: Quilombo dos Kalungas que abrange os municípios de Cavalcante, Teresinha e Monte Alegre de Goiás, Quilombo do Ambrósio, na região onde está localizado o Triângulo Mineiro e que pertencia a Goiás até o ano de 1816, Quilombo do Planalto Central, no atual território do Distrito Federal, Quilombo do arraial de Três Barras, em Vila Boa, Quilombo do Morro do São Gonçalo, em Vila Boa, Quilombo do Muquém em Niquelândia, Quilombo do Bauzinho, em Pires do Rio, Quilombo do Mesquita em Luziânia, Quilombo de Meia Ponte em Pirenópolis,

Comunidade Negra de Água Limpa na Cidade de Goiás, Quilombo do Cedro no município de Mineiros, entre outros.

O Estado de Goiás abriga em seu território diversas comunidades quilombolas. Até o ano de 2009, das 1.342 comunidades certificadas, 21 se localizavam em Goiás (tabela 1). O ano de 2006 foi o ano no qual foram emitidas mais certificações para comunidades quilombolas do estado de Goiás.

Tabela 1: Comunidades Quilombolas certificadas em Goiás

Fonte: Fundação Palmares

Ano: 2004			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	Almeida	Silvânia	25/05/2005
02	Quilombo do Magalhães	Nova Roma	04/06/2004
Ano: 2005			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	Cedro	Mineiros	08/06/2005
02	Kalunga	Monte Alegre, Terezina e Cavalcanti	19/04/2005
03	Pombal	Santa Rita do Novo Destino	25/04/2005
04	Porto Leocádio	São Luíz do Norte	20/01/2006
Ano: 2006			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	Baco Pari	Posse	07/06/2006
02	Buracão	Mineiros	13/12/2006
03	Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida	Crominia	07/06/2006
04	Fazenda Santo Antonio da Laguna	Barro Alto	13/12/2006
05	Mesquita	Cidade Ocidental	07/06/2006
06	Pelotas	Monte Alegre de Goiás	28/07/2006
07	Quilombo de Minaçú	Minaçú	12/05/2006
Ano: 2007			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	Brejão	Campos Belos	13/03/2007
02	Jardim Cascata	Aparecidae de Goiania	02/03/2007
03	Taguarussu	Campos Belos	13/03/2007
Ano: 2008			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	Forte	São João D´aliança	05/03/2008
02	Tomas Cardoso	Goianésia	04/08/2008
03	Antonio Borges	Barro Alto	09/12/2008
Ano: 2009			
NÚMERO DE ORDEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA - PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO
01	José de Coletto	Colinas do Sul	05/05/2009
02	Vó Rita	Trindade	05/05/2009

Apesar de haver alguns autores que já escreveram sobre essas comunidades, a maioria das pesquisas e estudos ainda se concentram nos povos quilombolas Kalunga. A origem dessas comunidades Kalungas se dá no período em que a mineração estava em grande expansão pelo Brasil colônia e os Bandeirantes adentravam pelo sertão. Os negros sofridos, já cansados de serem explorados, acabaram por se rebelar e fugir, se escondendo nas matas, entre serras, em lugar de difícil acesso.

Os Kalungas são cerca de 300 famílias, totalizando aproximadamente cinco mil pessoas que vivem espalhadas por 30 comunidades nos municípios de Monte Alegre, Cavalcante e Abadia de Goiás. Essas comunidades mantiveram isolamento cultural e geográfico por 300 anos, sendo caracterizadas principalmente pela preservação da identidade cultural. Somente na década de 1980 foi estabelecido o primeiro contato e os kalungas obtiveram visibilidade nacional. Somente em 1995, o Governo goiano demarcou cerca de 200 mil hectares.

Os Kalungas são descendentes de escravos que fugiram dos cativeiros e organizaram quilombos, passando a viver por muitos anos em relativo isolamento, construindo uma identidade e uma cultura própria, com elementos africanos. A área Kalunga abrange uma área de Cerrado protegido, sendo considerada a maior comunidade de remanescente de quilombos do Brasil.



Figura 5: Kalunga em Monte Alegre (GO)
Fonte: Daniela Cestarollo

Os Kalungas possuem um calendário de festas ao longo de todo ano, marcado por vários rituais cerimoniais, como Festas do Império e Levantamento de Mastro. Essas festas atraem centenas de visitantes a essas comunidades. As festas e as danças são movidas por antigas canções acompanhadas por instrumentos que os Kalungas produzem com frutos do cerrado.

Porém, outras comunidades quilombolas em Goiás necessitam de atenção por parte dos estudiosos. Sobre essas comunidades as informações ainda são esparsas mostrando uma enorme necessidade de pesquisas que contribuam no desenvolvimento das suas perspectivas.

As comunidades quilombolas em Goiás são pouco conhecidas pela população do Estado e mesmo os próprios moradores das regiões onde elas estão localizadas não as conhecem.

Além das Comunidades dos Kalungas na região norte de Goiás, existem outras comunidades quilombolas distribuídas por outras regiões do Estado, como a do município de Santa Rita do Novo Destino, onde está localizada a comunidade quilombola de Pombal, que abriga cerca de 100 famílias e que, em 2005, foi reconhecida pela Fundação Palmares; na região sudoeste de Goiás está localizada a Comunidade do Cedro principal objeto dessa pesquisa; e a comunidade quilombola do Buracão.

2.3. CONHECIMENTO TRADICIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NOS ESTUDOS ETNOBOTÂNICOS

O termo “etnobiologia” surgiu com a linha de pesquisa conhecida como Etnociência que a partir da década de 1950, ganhou impulso com alguns autores norte-americanos, que começaram a desenvolver pesquisas, principalmente junto às populações da América Latina. Apesar dos estudos mais antigos possuírem uma característica semelhante aos estudos etnobiológicos dos últimos anos, o termo etnobiologia ainda é muito recente (HAVERROTH, 1997).

Antonio Carlos Diegues, na obra “*O Mito da Natureza Intocada*” (1996, p. 78), afirma que “a etnociência parte da linguística para estudar o conhecimento de diferentes sociedades sobre os processos naturais, buscando entender a lógica subjacente ao conhecimento humano sobre a natureza, as taxonomias e classificações totais”.

Richard Evans Schultes, um botânico sistemata foi um dos pioneiros nos estudos etnobotânicos, quando trabalhou com índios do noroeste da Amazônia e descreveu o preparo e a utilização de inúmeras plantas empregadas como alucinógenos, medicamentos, anticoncepcionais, etc. Em 1985, foi empregado pela primeira vez o termo “etnobotânica” pelo botânico norte-americano J. W. Harshberger para descrever o estudo de plantas utilizadas pelos povos aborígenes (AMOROZO, 1996).

Somente a partir da década de 1980, as pesquisas etnobiológicas começam a ser mais frequentes no Brasil, embora desde o século XX muitos trabalhos possam ser considerados etnobiológicos. Porém, a maioria dos trabalhos nessa área é de autoria de estrangeiros, mesmo sendo realizados no Brasil (HAVERROTH, 1997).

“a etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo” (POSEY, 1987, p. 15):

Dentro da visão etnobiológica, um dos campos que mais se desenvolveu, foi a Etnobotânica (ALBURQUEUE; ANDRADE, 2002). Para Haverroth (1997, p. 1), a etnobotânica é um campo dentro da etnobiologia e podem existir vários tipos de estudos etnobiológicos ou suas variáveis:

Por exemplo, trabalhos de levantamento botânico realizados em áreas indígenas são chamados de “etnobotânicos” pelo fato de serem efetivados em local habitado por uma população étnica e culturalmente diferenciada, mesmo que os contatos com essa população sejam insignificantes para a pesquisa. Por outro lado, trabalhos de levantamento botânico em locais com essas mesmas características, com coleta de informações junto a população nativa a respeito da nomenclatura das plantas na língua daquele grupo, usos que fazem e significados culturais dessas plantas, também são chamados de etnobotânicos.

Ao longo dos anos, houve uma evolução do conceito de etnobiologia à medida que as pesquisas iam sendo realizadas. Para Almeida (2001), a etnobotânica por muitos anos apenas levou em consideração os aspectos específicos do uso de plantas por indígenas, posteriormente passou a dedicar-se também à pesquisa entre outros grupos humanos.

A etnobotânica aborda a forma como diferentes grupos humanos interagem com a vegetação (AMOROZO, 2002). Para Baldini e Silva (2007) atualmente a etnobotânica aborda o conhecimento sobre os recursos vegetais entre as mais diferentes sociedades, sendo uma ferramenta importante para conhecer, proteger e conservar recursos naturais, em função da biopirataria e dos processos de degradação.

Um conceito mais completo de Etnobotânica é dado por Fonseca-Kruel; Peixoto (2004, p. 177) onde definem a Etnobotânica como “o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas”. Aspectos importantes são incorporados por Amorozo (1996), quando afirma que a Etnobotânica é “a disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal; esse estudo engloba tanto a maneira como um grupo social classifica as plantas, como os usos que dá a ela”.

A etnobiologia vem contribuindo no fornecimento de dados que confirmam que as práticas locais e indígenas ou mesmo campesinas são ecologicamente sustentáveis e que fornecem alternativas para as práticas implantadas pelos cientistas que muitas vezes sobrepõe a realidade local. Inúmeras comunidades possuem sistemas próprios de manejo que são resultados de experiências que foram acumuladas durante séculos de relação com a natureza que permite suprir suas necessidades com um prejuízo ambiental mínimo. Várias dessas técnicas de manejo são bem mais produtivas do que as aplicadas pelos cientistas, pois além de estarem adaptadas às condições locais de clima, estão adaptadas ao relevo, vegetação e a outros fatores locais (ALBURQUEQUE; ANDRADE, 2002).

Conforme Ming (2009), a Etnobotânica é uma ciência que começa a se desenvolver no Brasil, procurando estudar e entender as mais variadas relações existentes entre as populações tradicionais e as plantas, em um equilíbrio dinâmico local, representando hoje uma ferramenta para compreensão de vários fatores referente ao desenvolvimento e conservação de espécies úteis e populações que habitam todo o território brasileiro.

No Brasil a Etnobotânica tem a sua importância maior em razão de possuir a maior biodiversidade vegetal do planeta distribuída por todos os biomas e grande parte desta diversidade ainda é desconhecida. A combinação da rica diversidade vegetal, o grande número de comunidades indígenas e a presença de populações européias, africanas, asiáticas, etc., que se instalam no Brasil em diferentes momentos de nossa colonização, permitiu o desenvolvimento de uma infinidade de vegetais cultivados e manejados em diferentes tipos de sistemas e em regiões edafo-climáticas diversas (MING, 2009).

A Etnobotânica no Brasil apresenta algumas características e potencialidades. Existem várias abordagens possíveis nos trabalhos etnobotânicos, entre elas a abordagem utilitarista que tem como principal resultado o conhecimento das espécies utilizadas por determinadas comunidades. Isso tem permitido que outras pessoas possam fazer uso dessas espécies que anteriormente não utilizavam, aumentando o uso de outras espécies para os mais diversos fins, como alimentação, medicamentos, fibras, corantes, artesanatos, etc. (MING, 2009).

Desta forma o conhecimento tradicional se torna uma ferramenta expressiva e fundamental dentro dos estudos etnobotânicos.

No Brasil cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais, ocupando 25% do território nacional (BRASIL, 2006), e detêm de 15 a 20% da biodiversidade mundial, sendo que além deste acervo, o Brasil possui também rica diversidade cultural e étnica, resultado de um acúmulo considerável de conhecimento e tecnologias tradicionais, passados de geração a geração, se destacando o vasto acervo de conhecimento sobre manejo e uso de plantas

medicinais (BRASIL, 2005), sendo que apenas uma pequena parcela desta foi estudada.

Mesmo existindo grande tradição do uso de plantas medicinais em vários biomas brasileiros, como o Cerrado, a Amazônia e a Mata Atlântica, o Brasil ainda praticamente não dispõe de estatísticas que expliquem o mercado, o consumo e os costumes dos usos dessas plantas (VEIGA JÚNIOR, 2008).

Para Amorozo (2002, p. 1), as populações tradicionais detêm um importante conhecimento em relação à diversidade local:

O conhecimento local, ou indígena, tem mostrado seu valor através dos tempos basta lembrarmos todas as plantas domesticadas ou em processo de domesticação que os europeus aqui encontraram à época dos primeiros contatos, e que logo adotaram para seu consumo, bem como aquelas cujo emprego medicinal foi primeiro observado entre os povos autóctones. Estes ainda detêm uma grande quantidade de informação inexplorada pela ciência oficial sobre formas de se lidar com ambientes biologicamente diversificados, como as florestas tropicais, que podem ser úteis para nossa compreensão destes ecossistemas e para o desenvolvimento de atividades produtivas menos predatórias e homogeneizadoras do ambiente, como as comumente compreendidas pela sociedade industrializada.

O Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que reconheceu as comunidades tradicionais no Brasil e que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu artigo Art. 3º, considera povos e comunidades como:

I (...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Neste mesmo artigo os territórios tradicionais são considerados como:

II (...) os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

De acordo com Jorge e Morais (2003), o conhecimento em comunidades tradicionais aparece sempre ligado ao seu aspecto prático, o saber ligado ao fazer, ou seja, os saberes estão interligados a uma vivência, a uma interferência

real no ambiente que a comunidade ocupa, sendo, muitas vezes essa ação, o fator de surgimento novo saberes.

Os hábitos das comunidades tradicionais estão intimamente submetidos aos ciclos naturais, “e a forma como apreendem a realidade e a natureza é baseada não só em experiências e racionalidade, mas em valores, símbolos, crenças e mitos” (MONTELES; PINHEIRO, 2007). O que permite que essas comunidades acumulem grande conhecimento sobre os recursos naturais disponíveis em seus territórios, é a relação entre o homem e a natureza (DIEGUES, 1996).

O conhecimento adquirido e acumulado pelas comunidades tradicionais ao longo dos séculos tem mostrado a existência de uma estreita relação delas com o meio em que vivem, mostrando ser fundamental para a manutenção da diversidade biológica, utilizando racionalmente os recursos naturais (MING, 2009). Cunha e Almeida (2002, p. 13), tratando do conhecimento local na *Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá, práticas e conhecimentos das populações*, tratando de comunidades que sobrevivem da floresta amazônica, afirma que “não existe e não persiste um saber desvinculado da prática”, ou seja, quando “não mais subsistir da floresta , todo um mundo de conhecimentos e de possibilidades de descoberta será perdido”.

Credita-se assim o saber tradicional ao simples apetite de comida. Mas as populações pesquisam e especulam sobre a natureza muito além do que seria necessário ou racional do ponto de vista econômico. Há um “excesso” de conhecimentos somente justificado pelo mero prazer de saber, pelo gosto de detalhe e pela tentativa de ordenar o mundo de forma intelectualmente satisfatória. “Dentre os apetites, o apetite de saber é dos mais poderosos” (CUNHA; ALMEIDA, 2002).

O conhecimento local não é apenas transmitido de geração a geração. As verdades culturais não impedem a prática de observação, mas ao contrário, estimulam-na e orientam a especulação e a experimentação é largamente praticada. Assim, o conhecimento local “envolve por um lado a pesquisa, experimentação e observação e por outro, raciocínio, especulação, intuição. Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informações”. Neste processo a observação e a experimentação são comandadas pelas práticas e

verdades. O processo de observação é minucioso, detalhado e cada indivíduo está atento ao que vê e ouve. (CUNHA; ALMEIDA, 2002, p. 14).

Em razão desse vasto conhecimento tradicional, principalmente em relação aos vegetais, é necessário aferir uma forma de proteção legal específica aos conhecimentos, práticas tradicionais e inovações e assegurar a essas comunidades tradicionais, um tipo de compensação pelos benefícios gerados mediante a exploração da riqueza biogenética brasileira com a utilização de seus conhecimentos. As comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, agricultores) que ao longo do tempo descobriram, selecionaram e manejaram várias espécies, não tem assegurado nenhum direito sobre esses conhecimentos ou sobre os benefícios gerados por ele (SANTILLI, 2009).

A Etnobotânica pode ser utilizada como estratégia de soberania alimentar, pois em toda a extensão do território brasileiro há comunidades que conhecem outras espécies utilizadas como alimentos. Desta forma não se pode aceitar que a base alimentar do mundo e do Brasil fique restrita a apenas algumas espécies de vegetais, correndo o risco de comprometer a sobrevivência humana caso ocorra alguma doença nessas espécies (MING, 2009).

Além dos variados tipos de alimentos e medicamentos, o conhecimento tradicional é verificado nos sistemas de domesticação e/ou manejo de plantas. Em várias comunidades, técnicas agroflorestais são utilizadas em uma produção harmoniosa de diferentes espécies. As modificações realizadas pelos indígenas ao longo dos séculos levaram às chamadas “florestas culturais”, que são as modificações antropogênicas realizadas pelas populações indígenas que modificaram a estrutura das florestas. A conservação é outro enfoque nessas comunidades à medida que elas preservam as espécies úteis por meio de manejo adequado com uso de tecnologias agrícolas menos agressivas, prezando a conservação das florestas (MING, 2009).

O contato dessas populações com sociedades nacionais e as modificações introduzidas nas formas de vida dessas populações, estão fazendo com que exista o abandono ou inadequação das antigas estratégias de manejo local e muitas vezes levam à exploração abusiva dos recursos naturais devido ao aumento da

densidade populacional humana, e/ou à inserção na economia de mercado (AMOROZO, 2002).

Mesmo com diferentes abordagens e ênfases, a partir de pontos de vista diversos, tanto a Ciência, quanto o Saber Local, são sistemas de conhecimento que, trabalhando em conjunto, trazem resultados mais férteis do que se realizados em separado. O conjunto desses conhecimentos é de extrema importância para lidar com o complexo problema do uso e conservação dos recursos biológicos (AMOROZO, 2002).

2.4. AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O homem ao longo do tempo intensificou a sua forma de exploração dos recursos naturais, tornando suas práticas cada vez mais predatórias em busca do crescimento econômico. Desta forma, por vários anos, a preocupação da humanidade, ficou restrita apenas ao crescimento da economia, não preocupando de que forma estaria atingindo esse crescimento.

Entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos de 1960, não havia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, sendo tratados como sinônimos. Porém, mesmo quando um país alcançava altas taxas de crescimento, as condições de vida de muitas populações continuavam sem melhoras, muitas vezes piorando, provocando uma grande insatisfação (DENARDI et al, 2000).

Os problemas ambientais somente tiveram maiores destaques após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, na década de 1960, pela jornalista norte-americana Rachel Carson, que alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente.

Dernardi et al (2000, p. 4), observa que a idéia de desenvolvimento foi incorporando uma série de aspectos sociais como emprego, saúde, educação, equidade, sendo que mais recentemente “percebeu-se que as bases ambientais

de qualquer progresso futuro, poderiam estar sendo comprometidas por um crescimento econômico predatório de recursos naturais e altamente poluidor”

A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida I Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em 1972, foi um marco na questão ambiental em âmbito internacional, sendo onde se manifestou claramente a temática do desenvolvimento sustentável em uma tentativa de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Resultado da Conferência de Estocolmo, o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, posteriormente se tornou um instrumento chave nas discussões sobre sustentabilidade conceituando esta como “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (CMMAD, 1988). Porém para Denardi et al (2000), este termo foi resultado da consciência mundial sobre danos ambientais exigindo uma qualificação por meio do termo “desenvolvimento sustentável” que busca um compromisso entre desenvolvimento e preservação ambiental, sendo esse termo consagrado na Conferência Rio-92.

Para Romeiro (1998), na Conferência de Estocolmo surgiu o conceito de ecodesenvolvimento e deste, o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que “a novidade do conceito de ecodesenvolvimento estava na negação da visão prevalecente de crescimento econômico como condições necessária e suficiente para o progresso”. Para ele, o desenvolvimento sustentável deve ser economicamente eficiente, ecologicamente prudente e socialmente desejável. Ehlers (1999), afirma que o desenvolvimento sustentável deve conciliar por longo tempo, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais. Já para Moreira (1999, p. 196), o desenvolvimento sustentável “está associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro”. O desenvolvimento sustentável é um processo que está em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações e exploração dos recursos, devendo cumprir as demandas atuais e futuras (SACHS, 1990)

Mesmo não encontrando consenso em relação ao conceito de Desenvolvimento Sustentável ou sustentabilidade, esforços estão sendo feitos para que diminuam as ambiguidades e contradições que giram em torno do termo.

O padrão agrícola baseado na Revolução Verde, como solução para resolver o problema da fome no mundo, levou a uma situação de desequilíbrio ambiental sem precedentes e não resolveu o problema da fome, da miséria e do desemprego (LUZZARDI, 2006).

É neste ambiente que para Luzzardi (2006), nasce a Agricultura Sustentável, dando suporte a uma transição de estilos de agriculturas sustentáveis, contribuindo para o estabelecimento de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Barbosa (2008) cita que o desenvolvimento sustentável deve ser resultado da junção do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental, conforme visualizado na Figura 6.



Figura 6: Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fonte: BARBOSA, 2008

O conceito de sustentabilidade é muito importante na agricultura, porque ele pode ser a base para a criação de políticas públicas e práticas que objetivam um

Desenvolvimento Rural igualitário e ambientalmente sadio (LUCON, 2004). Para Silveira e Ferraz (2004) existe um consenso entre diversos autores de que a questão da sustentabilidade vai muito além da tentativa de redução da mecanização e quimificação aliada à diminuição de custos.

Para Assis (2006), “a utilização do conceito de sustentabilidade exige uma reflexão sobre a possibilidade de se instituir políticas públicas para alcançar um desenvolvimento rural de caráter sustentável”.

Para Sachs (1990; 2000), as principais dimensões da sustentabilidade são: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial, política nacional e política internacional. A sustentabilidade social está ligada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais, ou seja, melhor qualidade de vida à população. A sustentabilidade econômica refere-se ao fluxo constante de inversões públicas e privadas e destinação e administração eficiente dos recursos naturais. A sustentabilidade ecológica se refere ao uso eficaz dos recursos disponíveis com a mínima degradação ambiental e manutenção dos estoques naturais. A sustentabilidade ambiental busca a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas frente às pressões antrópicas. A sustentabilidade cultural busca a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente voltada para a manutenção dos valores culturais diferenciados. A sustentabilidade territorial busca o fim das diferenças inter-regionais, assim como a destinação igualitária de investimentos públicos e conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento.

Para que o desenvolvimento sustentável seja implementado é necessário haver harmonia e racionalidade não somente na relação homem e natureza, mas principalmente entre os seres humanos, onde as pessoas devem ser sujeitos no processo de desenvolvimento, respeitando as características étnico-culturais e melhorias de qualidade de vida para as mais diversas populações, principalmente as mais pobres (ASSIS, 2006).

Para Lucon (2004), a falta de sustentabilidade da agricultura está relacionada com a sustentação de um sistema-político social que pode perpetuar situações de distribuição e utilização de recursos extremamente desiguais. Desta

forma, para que haja uma agricultura sustentável é necessário efetuar mudanças que promovam transformações político-econômicas e sociais.

De acordo com Lucon (2004, p. 2), “os princípios para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, por ser um processo complexo e dinâmico, envolve simultaneamente as perspectivas sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas”, desta forma:

...a agricultura sustentável é aquela que é produtiva, mantendo ou melhorando a produção; é estável, reduzindo os seus possíveis riscos; ambientalmente sadia, protege e recupera os recursos naturais, prevenindo a degradação dos solos, preservando a biodiversidade e mantendo a qualidade do ar e da água; viável economicamente; igualitária, assegura igual acesso ao solo, água, outros recursos e produtos para todos os grupos sociais; autônoma, pois garante a subsistência e autonomia de todos os grupos envolvidos na produção; participativa, construída coletivamente por processo democrático; humana, pois satisfaz as necessidades básicas dos envolvidos e liberdade para as gerações atuais e futuras; preserva a cultura local, das comunidades que criaram e preservam seus recursos genéticos.

Altieri, Silva e Nichols (2003, p. 166), afirmam que “a agricultura sustentável geralmente refere-se a um modo de produção que tenta proporcionar colheitas e retornos rentáveis ao longo do tempo através de tecnologias de manejo ecologicamente sintonizadas”, onde a agricultura deve ser tratada como um ecossistema, tendo a produção agrícola e a pesquisa relação com a otimização do sistema como um todo.

O problema rural brasileiro enfrenta uma grave situação, reflexo da alta concentração de terras existente no país, uma herança colonial, agravado com os problemas advindos da Revolução Verde, refletindo nos territórios das comunidades tradicionais, fazendo com que estas cada vez mais ocupem áreas menores. Desta forma o Desenvolvimento Rural Sustentável, cada vez mais se torna importante para estas áreas, sendo um grande desafio.

As comunidades quilombolas, assim como todas as comunidades tradicionais, necessitam de políticas eficientes, que promovam o Desenvolvimento Rural Sustentável dos seus territórios.

Assim, a Agroecologia tem-se mostrado uma das variáveis mais importantes na luta pelo fortalecimento das comunidades rurais, propiciando a sustentabilidade do território de vários povos. A agroecologia não é simplesmente

uma forma de produzir alimentos, mas vai além disso, propiciando uma nova forma de relação homem e meio, favorecendo através desta nova relação um novo modelo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os cientistas e agricultores ao redor do mundo são influenciados por duas principais correntes do pensamento agroecológico: a norte-americana e a europeia, sendo que essas duas correntes descendem principalmente dos trabalhos realizados por cientistas de diversas áreas que atuaram em algum momento no México. A diferença básica entre as duas correntes é que a norte-americana é focada mais nos estudos dos problemas ecológicos da propriedade com uma sustentabilidade sociológica e antropológica; e a europeia tenta dialogar entre as ciências naturais e sociais para a resolução dos problemas do desenvolvimento rural. Porém, ambas correntes vêem os agricultores familiares como os “principais protagonistas do desenvolvimento rural sustentável (MOREIRA; CARMO, 2007)”.

Para Glisman (2000), a agroecologia é o estudo de processos econômicos de agroecossistemas, sendo também um importante agente de mudanças sociais e ecológicas complexas. Para ele:

“A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente crescente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre as portas para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a discussão entre produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLISMAN, 2000 p. 54).

Costabeber (1999, p. 107), sustenta que a transição agroecológica “pode ser definida como o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção convencional... a outros sistemas de produção que incorpore principais metas e metodologias com base ecológica”.

Para Assis (2006) a substituição de insumos convencionais por orgânicos é uma etapa importante no processo de transição agroecológica, porém não pode ser considerado como etapa final dessa transição, que deve objetivar a garantia

da sustentabilidade em suas dimensões econômicas, sociais, ecológicas e agronômicas.

Desta forma, como afirmado por Caporal e Costabeber (2004), não se pode entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia, a agricultura que apenas não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. Para estes autores o enfoque agroecológico se faz da função de várias áreas do conhecimento na sustentabilidade do agroecossistema

O enfoque agroecológico corresponde a aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que queremos que seja mais sustentáveis através do tempo (CAPORAL E COSTABEBER , 2002, p. 14)

De acordo com Balem e Silveira (2003, p. 2), “a discussão sobre Agroecologia está vinculada às discussões de modelo de desenvolvimento sustentável e para isso uma mudança radical de paradigma”. Para eles a agroecologia cumpre papel importante na construção do desenvolvimento sustentável, ao se constituir em um referencial na relação Homem-Natureza. Para Assis (2006, p. 82), os modelos de políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável não devem desconsiderar os contextos históricos e culturais, mas devem responder às necessidades naturais e sociais de tais contextos:

O que se está propondo é que para a implementação de formas de desenvolvimento rural sustentável deve ser construída uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura, ou seja, em contraposição à lógica vigente, que dificulta caminhar nessa direção ao vincular-se à agricultura patronal em detrimento de outras formas de organização social da produção agrícola, como a agricultura familiar, fundamentais na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais. Deve-se considerar, inclusive, que a possibilidade de reprodução dessas diversas formas de organização social da produção agrícola é um bom indicador econômico-social de sustentabilidade.

As ações de desenvolvimento devem “priorizar os investimentos e programas que tenham como lastro tecnologias e projetos comunitários que procurem sempre despertar a solidariedade e mobilização por objetivos comuns dos grupos envolvidos (ASSIS, 2006)”.

Para Moreira e Carmo (2007) os princípios agroecológicos devem conferir as seguintes características aos programas de desenvolvimento rural sustentável: harmonia e equilíbrio; autonomia de gestão e controle; minimização das atividades negativas; manutenção e fortalecimento dos círculos curtos de comercialização; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; pluriatividade, seletividade e complementaridade de rendas onde esses programas com essas características podem ser denominados integrais, endógenos e sustentáveis.

Quando da montagem de um modelo de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas, conjuntamente com a integração de cinco outras dimensões – sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política – devem ser valorizadas, ressaltadas e priorizadas as especificidades e diferenças socioculturais dessas comunidades. As dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais são significativas para a construção e atualização da identidade quilombola, sendo que as comunidades buscam a equidade de maneira específica, alimentando a discussão do desenvolvimento imbricado na questão de identidade (SEPPIR, 2004).

2.5. ESTUDO DE CASO

A pesquisa pautada na metodologia de estudo de caso, é um tipo de pesquisa qualitativa que não necessita ser meramente descritivo, podendo ter um profundo alcance analítico e interrogativo da realidade, e confrontar a situação com outras já conhecidas e também com as teorias existentes, contribuindo para a geração de novas teorias (RODRIGO, 2008).

Neste mesmo sentido, Ventura (2007, p. 386), enfatiza as principais vantagens deste tipo de estudo.

Com base nas aplicações apresentadas, evidenciam-se as vantagens dos estudos de caso: estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam

simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

A utilização do estudo de caso como metodologia de investigação possibilita a definição de quatro fases que são apontadas por Gil (2002): a) delimitação da unidade de estudo; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados, e d) elaboração de relatório. A primeira fase consiste na delimitação da unidade de estudo. Isso exige grande habilidade do pesquisador para perceber quais os dados que levarão à compreensão do objeto como um todo. A segunda etapa, que consiste na coleta de dados deve ser feita com vários procedimentos qualitativos e quantitativos, podendo ser: observações, análise de documentos, entrevista formal e informal, história de vida, aplicação de questionários, levantamentos de dados, entre outros. A terceira etapa é conjunta e paralela: seleção, análise e interpretação dos dados. A seleção dos dados deve ser de acordo com os objetivos delimitados na investigação. O plano de análise deve ser definido antecipadamente pelo pesquisador, considerando as limitações dos dados obtidos. A quarta fase representa a elaboração do relatório parcial e final devendo especificar de que forma foram tratados e coletados os dados, qual a teoria que embasou a caracterização destes dados e a demonstração da validade e a fidedignidade dos dados obtidos.

Os estudos de caso são utilizados em um grande número de pesquisa, principalmente pesquisa exploratória. Para Ventura (2007), por ser flexível, este tipo de metodologia é recomendável nas fases iniciais de uma pesquisa sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. É aplicada na exploração de novos processos e comportamentos e novas descobertas, por ter importantes funções de gerar hipóteses ou novas teorias. Nas pesquisas comparativas o estudo de caso é bastante utilizado, principalmente quando é essencial compreender os “comportamentos e as concepções das pessoas em diferentes localidades e organizações”. Um dos equívocos existentes relativo à aplicação dos estudos de caso se refere ao entendimento de que representa uma pesquisa muito fácil de ser realizada. Porém esta é uma falsa idéia e que “simplifica o nível de complexidade envolvido nesta modalidade de

pesquisa e o rigor científico necessário ao seu planejamento, análise e interpretação” (VENTURA, 2007, p. 386).

Dentro da pesquisa, a fase de coleta de dados exerce um papel fundamental e imprescindível em uma pesquisa científica de estudo de caso. Nessa fase é necessário manter alguns cuidados, com o objetivo de garantir a fidedignidade dos resultados. Para Cervo e Bervian (1996), o processo de coleta de dados envolve diversos passos: determinação da população a ser estudada, elaboração dos instrumentos de coleta, a programação da coleta e a própria coleta.

De acordo com Dias (2000), os métodos mais utilizados dentro de uma pesquisa para coleta de dados são: observação, observação participante, entrevista individual semi ou não estruturada, grupo focal e análise documental.

O questionário é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações, também chamado de survey (pesquisa ampla). Esta técnica de custo razoável garante o anonimato das pessoas. Quando aplicada criteriosamente apresenta elevada confiabilidade. Pode ser aplicada com o objetivo de medir atitudes, comportamentos, opiniões e outras questões relativas à pesquisa. Sua aplicação requer o uso de materiais simples, principalmente papel, lápis e formulário, podendo ser aplicada individualmente ou em grupos e inclui questões abertas, fechadas, de resposta numérica, de múltiplas escolhas ou do tipo sim ou não (BARBOSA, 1998).

Silva e Menezes (2001) consideram que a entrevista é a forma de obter informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Para Barbosa (2008), é um método flexível de obter informações qualitativas em uma determinada pesquisa. Porém esse método, para ser bem-sucedido precisa de um bom planejamento prévio e o entrevistador precisa ter habilidade para seguir um roteiro de questionamento introduzindo durante a sua aplicação, as variações que se fizerem necessária.

A observação não participante é uma técnica considerada o ponto de partida da investigação social, pois ajuda o pesquisador na identificação e

obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A observação direta é utilizada para coleta de dados que se baseia na atuação de observadores para obter determinadas informações sobre impactos, processos. Esse método depende principalmente da habilidade do pesquisador em captar informações através dos cinco sentidos, julgá-las sem nenhuma interferência e registrá-las com fidelidade. De “modo geral, é aplicado com o pesquisador completamente fora das situações, fatos ou pessoas que estão observando”. Nesse método não há necessidade do pesquisador se preocupar com as limitações das pessoas em responder as questões (BARBOSA, 2008, p. 3). Isso é ressaltado por Silva e Menezes (2001), quando afirmam que o método da observação se dá quando o pesquisador utiliza os sentidos para obter dados de determinado aspecto da realidade. Marconi e Lakatos (2008) mencionam que a observação não consiste em apenas ver e ouvir, mas também no processo de examinar fatos e fenômenos que se deseja estudar. Essa técnica permite ao investigador um contato mais direto com a realidade.

3. MATERIAL E MÉTODOS:

3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1.1. O município de Mineiros

Mineiros se localiza geograficamente em uma das maiores altitudes brasileiras com uma variação de 700 a 1100m, na Serra dos Caiapós (PREFEITURA MUNICIPAL DE MINEIROS, 2009), situado na zona do Alto Araguaia na microrregião Sudoeste de Goiás sob as coordenadas, latitude Sul 17° 34' 10", e longitude Oeste 52° 33' 04" (BORGES et al, 2007). Limita-se com os municípios de Caiapônia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis em Goiás e ainda com os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mineiros possui uma população de 48.329 habitantes e densidade demográfica de 5,34 hab./km², com uma taxa geométrica de crescimento no período de 2000 a 2008 de 2,49% (SEPIN, 2009). De acordo com o IBGE em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), era de 0,780. A taxa de população alfabetizada de Mineiros chega 88%. Entre 1996 e 2000, a cidade de Mineiros teve um crescimento de 3,70% (IBGE, 2005).

Localizado a 433 km de Goiânia, com uma área de 8.896 km², em sua maioria formada por terras planas e agriculturáveis (SILVA, 2006), Mineiros ostenta um dos maiores divisores de água da América do Sul, no município brotam inúmeras nascentes d'água, formando importantes rios, como o Rio Araguaia, Rio Verde, Formoso e Jacuba (SOUZA, 2007). O município de Mineiros é atravessado pela BR-364 no sentido Leste-Oeste em uma extensão de 100 km,

pela GO-194 com 125 km de extensão no sentido Sul-Norte, pela GO-306 com 120 km de extensão e pela GO-341 no sentido Norte-Sul em uma extensão de 125 km.

O clima predominante é o tropical sub úmido, com duas estações bem definidas, com grande ocorrência de chuvas na primavera e verão e no outono e inverno baixas temperaturas com raras precipitações. A temperatura média anual de Mineiros é de 24.64° C. A precipitação pluviométrica anual média do município é de 1600 mm.

Para Borges et al, (2007), a fauna de Mineiros é muita bem representada e diversificada, contando com a presença de bandos de animais e animais que andam juntos em menor número. A flora tem a predominância da vegetação do Cerrado, que apresenta diferentes fisionomias, de campestres e florestais, sendo mais comum a presença de árvores dispersas, baixas, retorcidas e de casca grossa, mantendo por baixo um tapete de cobertura vegetal rasteira com predomínio de gramíneas.



Figura 7: Vista Panorâmica de Mineiros/GO
Fonte: Seplan/Sepin

A economia de Mineiros se baseia principalmente na agropecuária, destacando a pecuária de leite e corte e a produção de monoculturas. Segundo Souza (2007), o município de Mineiros tem grande vocação agropecuária, destacando entre os principais produtos agrícolas a soja, milho, sorgo e algodão,

3º, 4º, 5º e 2º maior produtor de Goiás, respectivamente, se destacando também na pecuária com um plantel de rebanho bovino superior a 300 mil cabeças, sendo na pecuária leiteira o 5º maior rebanho de vacas ordenhadas e o 5º maior produtor de leite do Estado com uma produção de 54.000 litros.

Tabela 2: Área plantada e produção dos principais produtos agrícolas: 2002 – 2007

Produtos	2002		2004		2006		2007	
	Área (há)	Prod. (t)	Área (há)	Prod. (t)	Área (há)	Prod. (t)	Área (há)	Prod. (t)
Milho	29.000	123.000	28.000	158.000	25.500	115.500	45.500	219.000
Soja	110.000	316.000	132.000	369.600	133.000	319.200	118.000	339.840
Sorgo	15.000	36.000	25.000	45.000	18.000	37.800	12.000	25.200

Fonte: Seplan/Sepin

Em 2006, foram aprovados para o município R\$ 75,7 milhões de recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), que se destinaram na maioria, para a atividade da agroindústria, motivados pela instalação da Perdigão, que programou a construção de 200 módulos de produção de aves (SOUZA, 2007).

Em 2007, foi inaugurado o Complexo Agroindustrial da Perdigão em Mineiros, composto de dois abatedouros e um incubatório, a unidade tem capacidade para processar 81 mil t/ano de produtos à base de carne de aves (peru, cheddar e frango), e empregar 2 mil funcionários.



Figura 8: Unidade da Perdigão em Mineiros/GO
Fonte: Seplan/Sepin, 2007

O município de Mineiros é caracterizado pela forte influência da agricultura “moderna” e grandes investimentos agroindustriais e tem despertado a atenção de vários empreendimentos no ramo de abates de animais e aves nos últimos anos. Souza (2007), afirma que desde abril de 2006, o Marfrig Frigorífico e Comércio de Alimentos Ltda, está presente no município, quando adquiriu o Frigoestrela. O frigorífico possui uma capacidade de abate de 2.000 animais/dia e emprega aproximadamente 2.000 colaboradores diretos. Cerca de 70% de sua produção é destinada ao mercado externo principalmente o Mercado Comum Europeu, o Oriente Médio e a Rússia.

Um dos fatores de atração para a instalação de grandes unidades de armazenamentos de grãos é o fato de o município estar localizado próximo aos grandes centros produtores. As principais unidades de armazenamentos de grãos instaladas no município são: Bunge, Comigo, Coimbra, Gradual, Caramuru, Granol e Comiva (SILVA, 2006).

Apesar da agropecuária ainda ser a principal base da economia do município, a estrutura produtiva vem se transformando nos últimos anos, deixando de concentrar-se na atividade agropecuária e tendo a atividade industrial ocupando cada vez mais o seu espaço. Isso é comprovado através dos dados que mostra que a participação do setor industrial aumentou 218,7% de 2002 a 2005. Desta forma a estrutura da economia verificada em 2005 em Mineiros foi de 31,4% agropecuária, 19,0% indústria e 49,6 serviços (SOUZA, 2007). Para Silva (2006), Mineiros passa por um processo de industrialização e isso tem atraído inúmeras empresas com maior capacidade de agregar valor aos produtos agropecuários. Porém mesmo com este grande crescimento da indústria, a origem do dinamismo do município encontra-se na agropecuária, em razão de ser ele um grande produtor de soja, milho, sorgo, algodão, além de gado de corte e leite.

Originalmente o município era todo coberto por Cerrado, o que foi ao longo do tempo substituído em grande parte pela agricultura. Em 2007, mais de 343.304 ha era ocupado pela pecuária (figura 9), representando 37,85% do território. O restante está ocupado pelo Cerrado (21,20%), campo (16,33%), mata (10,19%),

agricultura (13,89%), corpos d`água (0,24%). A área urbana representa 0,27% do território do município.

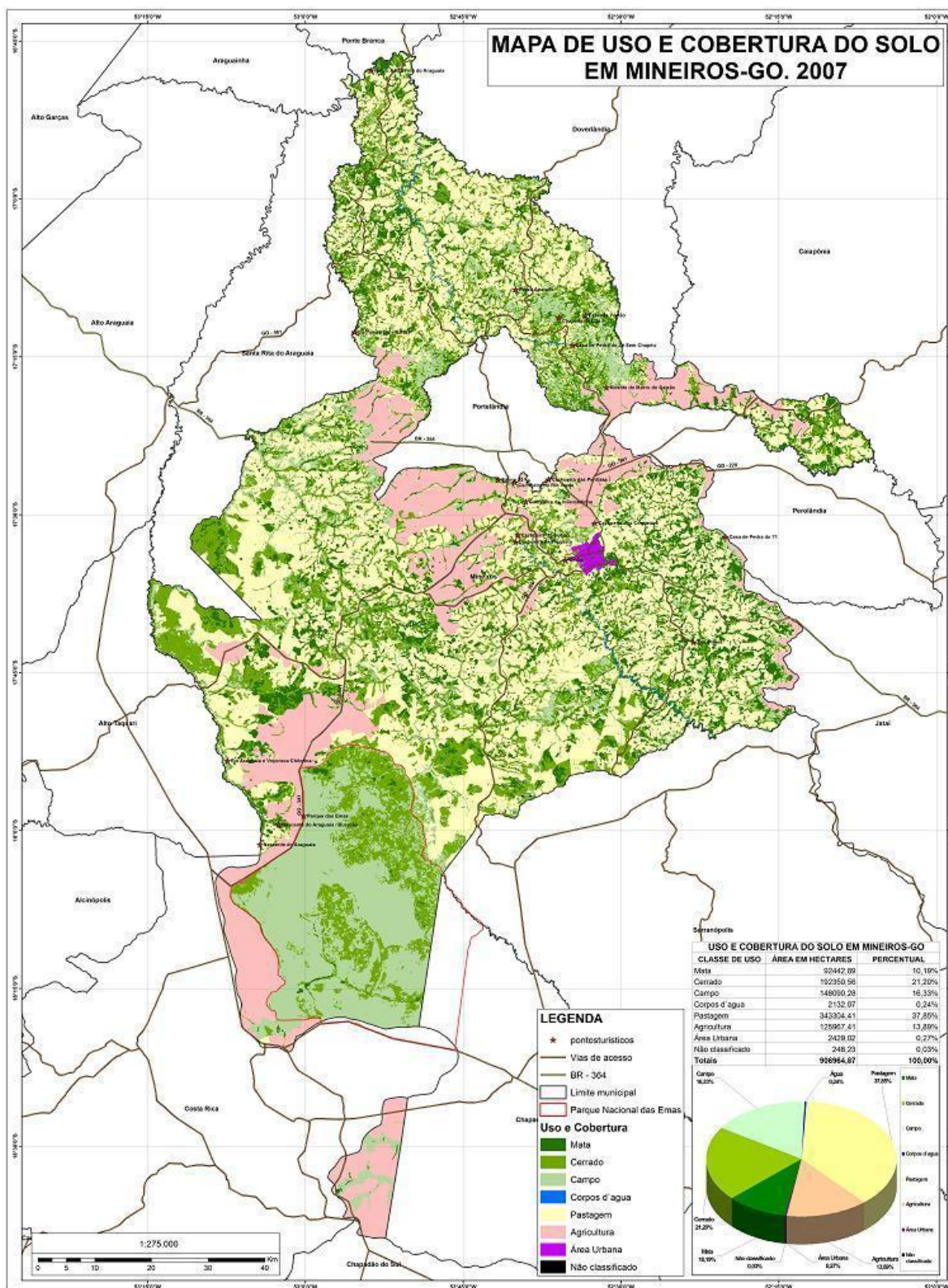


Figura 9: Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Mineiros, 2007

Fonte: Oreádes, 2007

O turismo está em grande expansão devido à quantidade de atrativos naturais existentes. Mais de trinta cachoeiras já foram catalogadas, aumentando assim o seu potencial turístico (SILVA, 2006). O turismo ecológico é um dos maiores potenciais do município, pois lá está localizada uma das maiores reservas do Cerrado: o Parque Nacional das Emas, com área de 31.800 ha, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade. O Parque Nacional das Emas foi criado em 1961, seus limites estão compreendidos entre as latitudes 17° 51` e 18° 21` S e as longitudes 52° 43 e 53° 01`W, conta com duas entradas: uma via Chapadão do Céu pelo portão do Guardião e outra via Mineiros pelo portão do Jacuba. É uma das mais importantes Unidades de Conservação do Cerrado devido à sua extensão, fauna rica, bem como pela presença de espécies raras e ameaçadas de extinção (SEPLAN, 2005).

O relevo que predomina no PNE é a chapada. Os campos arbustivos formam 70% da vegetação e 1,2% é formado por matas. É possível encontrar no interior do parque muitas árvores frutíferas, como a fruta-de-ema, caju e muricis. No interior do Parque Nacional das Emas encontra uma grande variedade de espécie de animais, entre eles a onça-pintada, onça-parda, tatu-canastra, queixada, lobo-guará, anta, veado-campeiro, jaguatirica, cachorro-do-mato, ema, entre outros.

É o único no Brasil que abriga os diversos tipos de vegetação do Cerrado. Há flora variada, com a presença das árvores mais altas do Cerrado, gramíneas do campo limpo e buritizais das matas ciliares. A grande diversidade de ambientes faz do Parque Nacional das Emas um imenso zoológico a céu aberto. Seu rico bioma o torna propício para estudos e pesquisas científicas. Sua vegetação não é muito densa, tornando possível ao visitante admirar os animais sem grandes dificuldades. Dada a fragilidade do ecossistema, é necessário que a exploração turística seja muito bem planejada, com a utilização de guias. Um dos maiores problemas ainda é a falta de estrutura para o turista, mas com certeza o Parque Nacional das Emas representa um grande potencial a ser explorado (SEPLAN, 2005, p, 5 e 6).

O Parque Nacional das Emas é banhado pelos rios Formoso e Jacuba. Ambos formam o Rio Corrente. Os rios se mostram volumosos, principalmente pela conservação da área de varjão em suas margens, onde “brota” água que é levada para o interior dos rios. Desta forma essas áreas servem como captação

de água abastecendo os rios. É visível a mudança de formas de vegetação no interior do parque. As que mais prevalecem é o cerradão, campo sujo, campo úmido e campo limpo. Porém enquanto a área do PNE é conservada, o mesmo não acontece ao seu redor. Extensas lavouras de milho e soja foram implantadas no entorno do parque.

O município de Mineiros possui várias outras riquezas naturais, como sítios arqueológicos, cachoeiras (cachoeira do Rio Verde, Cachoeira do Ribeirão Invernadinha, Cachoeira Dois Saltos, Cachoeira do Sucuri e Cachoeira da Pinguela), rios (Rios Araguaia, Verde, Babilônia, Diamantino, Jacuba, Formoso, Matrinchã, Salto e Ribeirão Grande), etc.

O turismo hospitalar é muito comum no município. Isso se deve ao fato dele ser um centro de referência na área médica particular; conhecida como “Cidade Saúde”, é um referencial do ramo na região, pelo bom desempenho no atendimento médico-hospitalar, resultando em importante papel no desenvolvimento do município, contando com quatro hospitais da rede privada e um da rede pública, além de diversas clínicas e um Centro Diagnóstico com exames de alta complexidade (SOUZA, 2007).

O turismo de negócios vem crescendo, abrindo possibilidades para novos empreendimentos hoteleiros. Em relação à estrutura urbana, o município conta com 99% da população servida por água tratada e esgoto, além da tranquilidade típica das pequenas cidades do interior (SEPLAN, 2005).

3.1.2. A Comunidade do Cedro

A Comunidade do Cedro está localizada nas coordenadas de 17° 34' 17" S e 52° 35' 14" W, com aproximadamente 790 metros de altitude, no município de Mineiros situado na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás. Fundada por escravos no ano de 1885 é formada por 48 famílias, sendo 35 delas consideradas descendentes de quilombo, que lutam principalmente para manter as suas características culturais.

Cedro se localiza a aproximadamente cinco quilômetros da cidade e em suas terras conta com a presença de dois principais rios: Rio Verdinho, afluente do Rio Paranaíba e Rio do Cedro. Existem duas teorias para a denominação de Cedro para a comunidade. Martiniano José Silva (2003) relata que o nome foi dado ao local em razão da presença de grande quantidade de árvore de cedro. Já a professora Maria de Nazaré Baiocchi, em *Negros de Cedro* (1983), afirma que a denominação de cedro foi em razão de um dos rios que fazia divisa com a Fazenda Flores do Rio Verde, ser conhecido como Cedro.

A área onde se localiza a comunidade é uma área privilegiada do Estado de Goiás, nas proximidades do Parque Nacional das Emas, declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco em 2001 e área núcleo da reserva da Biosfera do Pantanal². Apesar disso, um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade, é a dificuldade de encontrar algumas espécies de plantas medicinais, em razão de ser o Cerrado uma das regiões mais ameaçadas de extinção do planeta. Para vários autores apenas 20% do Cerrado encontra-se em seu estado intacto. A área do Cerrado compreendia cerca de 2.000.000 km² em 12 estados brasileiros. Hoje existem apenas 400.000 km², diminuindo assim a sua biodiversidade e sendo de fundamental importância em sua área a utilização sustentável dos recursos naturais para proteção dos fragmentos remanescentes.

² A Reserva da Biosfera do Pantanal abrange os estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e pequena parcela de Goiás. Cobre a região de abrangência do Pantanal Mato-Grossense e de áreas de influência das cabeceiras dos rios que estruturam o sistema hídrico da planície pantaneira.

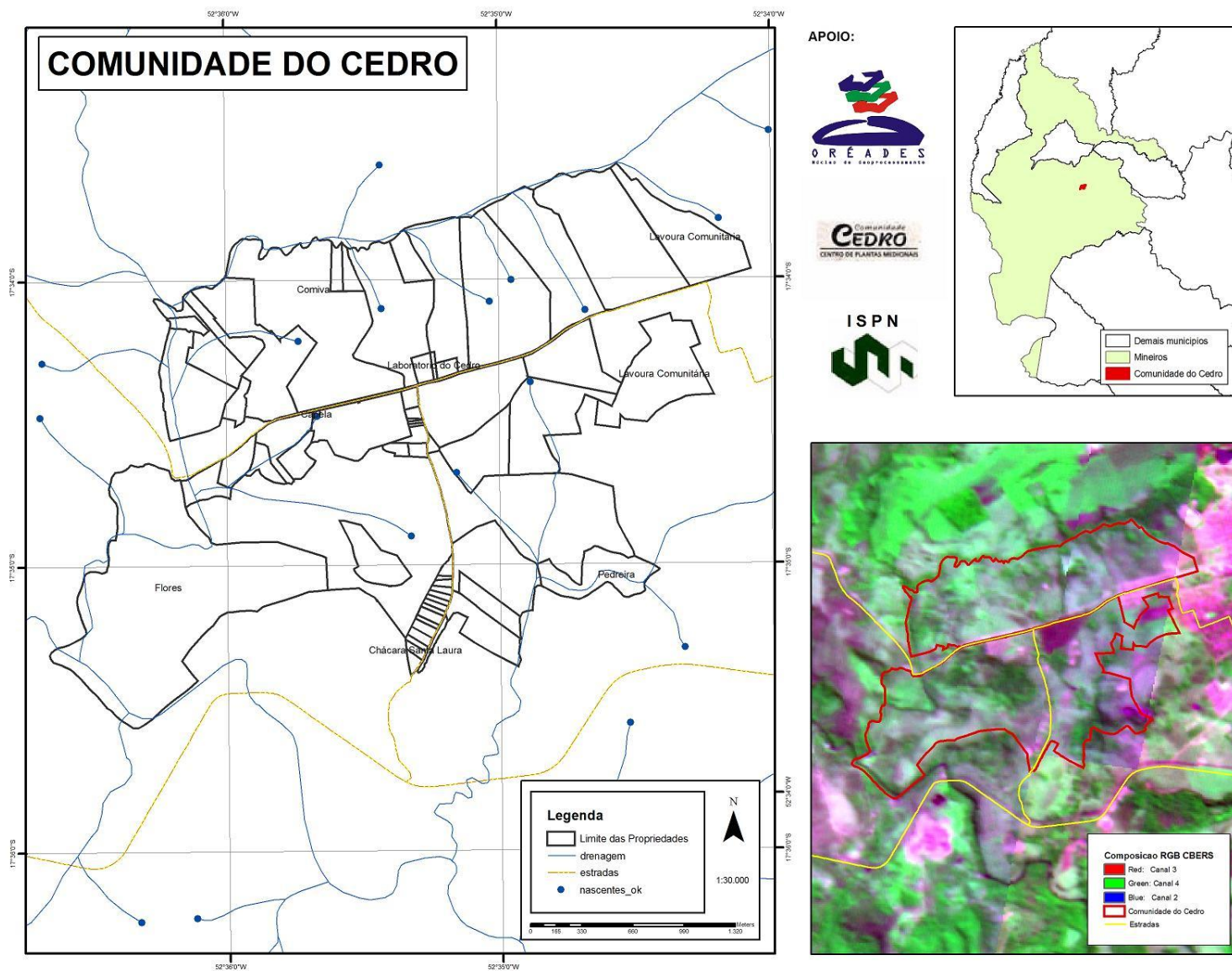


Figura 10: Comunidade de Remanescente de Quilombo do Cedro
Fonte: OREADES

3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto de estudo desse caso é a Comunidade Quilombola do Cedro, sendo que a pesquisa foi focalizada no processo de formação sócio-espacial da comunidade e nas estratégias de sobrevivência e permanência da mesma frente às mudanças ocorridas nos últimos anos no sudoeste goiano e o levantamento do conhecimento etnobotânico, focado nas plantas medicinais. Neste contexto o referencial teórico adotado constitui na busca de conceitos e levantamentos sobre comunidades quilombolas e sua relação etnobotânica.

Na metodologia desta pesquisa buscou-se o estudo de caso, considerando os aspectos preconizados por Rodrigo(2008) e Gil (2002) que permitem uma análise em profundidade dos processos e das relações entre os mesmos.

O estudo de caso como metodologia de investigação possibilitou a definição de quatro, fases que são apontadas por Gil (2002): a) delimitação da unidade de estudo; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; e d) elaboração do relatório.

A primeira fase consistiu na delimitação da unidade de estudo, a segunda etapa, que consistiu na coleta de dados foi realizada utilizando-se vários procedimentos qualitativos e quantitativos: aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, observação não participante, entrevistas formais e não formais e análise documental; a terceira etapa consistiu da: seleção, análise e interpretação dos dados, sendo que a seleção dos dados teve um direcionamento em função dos objetivos delimitados na pesquisa.

3.2.1 Coleta e Análise dos Dados

O processo de coleta de dados através da observação, questionário, entrevista e análise documental, ocorreu no período, compreendido entre os meses de agosto de 2007 e agosto de 2009, totalizando dois anos de pesquisa a campo.

Para coleta de dados foram utilizadas amostras não probabilísticas. Para Silva e Menezes (2001), amostra é a parte da população pesquisada, selecionada de acordo com uma regra ou plano. Desta forma, “as amostras são as parcelas convenientemente selecionadas do universo (população), é um subconjunto do universo” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 165). Dentro da amostra não probabilística foram utilizadas amostras acidentais e amostras intencionais. As acidentais ocorreram no levantamento sócio econômico da comunidade e as intencionais se deram nas entrevistas com alguns informantes específicos, como o presidente da associação, agente de saúde e mulheres que trabalham no Centro de Plantas Medicinais do Cedro.

Apesar de coletado, os nomes dos moradores entrevistados não foram citados nessa pesquisa, preservando suas identidades, a fim de dar maior liberdade aos entrevistados para opinarem e transmitirem as informações requisitadas em cada questão.

Em alguns momentos da pesquisa foram utilizados questionários, que para Marconi e Lakatos (2008, p. 202), são constituídos por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Esta técnica foi utilizada nessa pesquisa a fim de responder algumas questões que contribuiriam para o levantamento sócio-espacial da comunidade.

Durante o período de coletas de dados foram feitas entrevistas formais e informais de natureza individual e/ou coletiva. As entrevistas informais eram realizadas principalmente com o objetivo de conhecer as pessoas da comunidade, familiarizar-se com alguns termos, fazendo parte também do processo de observação.

Todas as informações obtidas através das entrevistas foram anotadas no caderno de campo e/ou gravadas. As entrevistas formais foram realizadas a fim de buscar informações contidas na fala dos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto que vivenciam a realidade estudada, levantando assim, dados relativos à moradia, modo de vida, formação sócio-espacial, saúde, educação, valores, cultura, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados.

Nas entrevistas formais utilizamos entrevistas padronizadas e estruturadas utilizando um roteiro, que consistia em perguntas que visavam responder os objetivos da pesquisa. Essas perguntas faziam parte de um

roteiro proposto a partir dos objetivos da pesquisa, composto pelo Formulário de Diagnóstico Sócio-econômico (apêndice A), onde eram abordados os seguintes temas: dados gerais do entrevistado, características da unidade familiar, características econômicas, levantamento da propriedade e produção. A aplicação de uma entrevista requer tempo bem maior do que o de resposta de um questionário, elevando desta forma o seu custo, se o número de entrevistado for grande. Porém a quantidade de informações obtidas com a entrevista é maior do que as adquiridas com os questionários (BARBOSA, 2008).

O levantamento etnobotânico foi realizado juntamente com as entrevistas formais, porém utilizando o Formulário de Levantamento Etnobotânico (apêndice B) que tinha questões referentes ao nome vernacular, uso, parte da planta utilizada, preparações terapêuticas, etc. Esse formulário foi realizado seguindo o modelo de Silva (2002).

As espécies citadas pelos moradores foram registradas por meio de fotografias digitais, algumas coletadas, sendo que estas coletas e registros foram utilizados para identificação das espécies com ajuda de especialistas e consulta à literatura principalmente Ioris (1999), que trata sobre as plantas do Cerrado existente no local estudado e auxiliado por Lorenzi e Matos (2002) e Souza e Lorenzi (2005). Parte das plantas citadas pelas pessoas foi encontrada em seus próprios quintais, que têm uma diversidade considerável. O caderno de campo também foi muito importante para anotar outras informações sobre as plantas.

Os formulários foram previamente elaborados e testados de forma oral e individualmente às pessoas, preferencialmente o responsável pelo grupo familiar, o que em muitos casos não foi possível em razão da ausência do mesmo. A fala dos entrevistados foi registrada através do sistema de anotação simultânea e em algumas vezes por gravação.

A abordagem foi feita diretamente nos domicílios, sempre contando com a compreensão, disponibilidade e boa vontade dos entrevistados. Mesmo que isso implicasse em uma demanda de tempo, foi gratificante e as conversas fluíam à medida que ia aumentando o grau de confiança, o que representa uma maior confiabilidade nos dados coletados.

Seguindo as modalidades de observação, caracterizadas por Ander-Egg (1978), apud Marconi e Lakatos (2008), essa pesquisa pode ser classificada da seguinte forma: segundo os meios utilizados, como uma pesquisa assistemática; segundo a participação do observador, como uma pesquisa não participante; segundo o número de observações, como uma pesquisa individual; segundo o lugar onde se localiza, como uma observação efetuada na vida real.

A observação sistemática pode ser considerada como estruturada, planejada, administrada, realizada em condições controladas para responder a propósitos estabelecidos, as regras não precisam ser padronizadas nem tampouco rígidas demais, mas devem ser planejadas e sistematizadas com cuidado. Neste tipo de observação, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinadas situações (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Na observação não participante “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se com ela: permanece de fora”. (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 195). Apesar de o pesquisador presenciar o fato, ele não participa dele, não se deixa envolver pelas situações, exerce o papel de um expectador. Porém essa técnica deve ser empregada de forma consciente, dirigida e ordenada, com um caráter sistemático.

Segundo o número de participantes foi utilizada a observação individual, ou seja, a técnica utilizada por apenas um pesquisador, onde para Marconi e Lakatos (2008, p. 196), “a objetividade dele se projeta sobre o observado, fazendo algumas interferências ou distorções, pela limitada possibilidade de controles”, mas que, portanto “pode intensificar a objetividade de suas informações, indicando ao anotar os dados, quais são os eventos reais e quais são as interpretações”.

Quanto ao lugar onde se localiza o objeto de pesquisa, as observações foram realizadas no ambiente real, ou seja, na própria comunidade do Cedro e os dados foram registrados na medida em que aconteciam. Desta forma Marconi e Lakatos (2008, p. 197), destacam que “a melhor ocasião para o registro é o local onde o evento ocorre. Isto reduz as tendências seletivas e a deturpação na revocação”.

Este período de observação ocorreu em alguns momentos entre agosto de 2007 e agosto de 2009, com a presença em reuniões, festas, trabalho de campo, palestras, etc. Neste intervalo, o pesquisador procurou ficar o máximo de tempo em contato com a comunidade, sendo que as entrevistas e questionários foram aplicados entre julho de 2008 a julho de 2009.

Outra fonte importante de dados foi a própria comunidade do cedro, de onde foram extraídas várias informações, corroborando com Barbosa (2008), que afirma que os registros na organização devem ser uma das primeiras fontes de informações a serem consideradas. Esses registros geralmente estão sob a forma de documentos, livros, fichas, relatórios ou arquivos em computador. Nos arquivos da própria comunidade analisamos importantes bibliografias que citavam a comunidade, filmes de produtores que trabalharam na comunidade do cedro, jornais, revistas, sites, encartes e vários outros materiais dentro da própria associação, que foram importantes para o processo de coleta de dados desse trabalho.

Outros dados secundários foram obtidos através da literatura e de alguns Institutos e órgãos de pesquisa, dentre eles: Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Reforma Agrária, Prefeitura Municipal de Mineiros, Agencia de Desenvolvimento Regional de Goiás – AGDR, Agência Goiás e outras fontes que se tornaram confiáveis; etc.

A fim de ilustrar o cotidiano vivenciado por essa comunidade e aumentar o grau de conhecimento em relação à comunidade, foram utilizadas máquinas fotográficas; outros materiais ou instrumentos empregados para o desenvolvimento desse trabalho foram: Mapa da Comunidade do Cedro; microcomputador para tabulação e análise dos dados; software Microsoft Excel; software Corel Draw; software ArcGis 9.2; veículo e mapa urbano da região do Sudoeste de Goiás.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. DADOS ETNOHISTÓRICOS

O processo de formação histórica da comunidade do Cedro remete ao intenso período migratório ocorrido no estado de Goiás em meados do século XIX, principalmente em busca de terras férteis agricultáveis e exploração mineral, tendo seus formadores descendentes de escravos trazidos da região do antigo “Sertão da Farinha Podre”, atual triângulo Mineiro, como colocado por Silva (2003).

Existem várias versões para o surgimento da Comunidade do Cedro, trataremos aqui de seu surgimento colocado por duas principais literaturas: Baiocchi (1983) e Silva (2003).

A cidade de Mineiros surgiu em meados do século XIX motivado pela descoberta de diamantes pelos Carrijo de Resende, às margens do Rio Verde. Segundo entrevistas realizadas pela professora Mari de Nazaré Baiocchi em *Negros de Cedro (1983)*, descendentes de coronéis dão conta que por volta de 1800 levas de mineiros provenientes de Minas Gerais, vieram para a Província de Goiás com seus escravos em busca de ouro e boas terras. Com o fim da escravidão, seus senhores resolveram doar-lhes terras nas proximidades da Vila de Mineiros. Porém existem duas versões para a doação de terra onde está localizada a comunidade: essa doação teria sido feita por Gabriel Vilela de Moraes ou Moraes Vilela, ou pelos Carrijo de Resende. Neste período o coronel Carrijo Resende trouxe consigo de Minas Gerais, três irmãos que foram à igreja e se declararam paroquianos e requereram as terras por títulos de sesmarias, demarcando-as. A sesmaria foi requerida em Torres do Rio Bonito, atual Caiapônia, por meio do Registro Paroquial. Porém não se sabe ao certo quem foi o requerente: Antonio Gabriel de Moraes ou os Carrijos. Por existir vários condôminos, foi requerida a divisão da Fazenda Flores do Rio Verde,

que media aproximadamente 12 léguas³ de largura por oito a dez de comprimento. Assim os cedrinos compraram o direito de posse de uma parte. Os escravos continuaram morando na terra prestando serviços aos fazendeiros.

Na mesma obra de Baiocchi (1983), descendentes de escravos afirmam que Francisco Antonio de Moraes, mais conhecido como “Chico Moleque”, negro, bom, alto e valente só pensava em melhorar a vida de sua gente. Com o dinheiro ganho no trabalho aos domingos e dias de santos conseguiu alforria para a sua mulher e filha mais velha. Chico Moleque veio de Minas Gerais e seu trabalho gerou sua alforria e a compra de parte da Fazenda Rio Verde, onde começou a trabalhar com a mulher e filhos e alguns de seus irmãos. Aos poucos a população foi crescendo; negros das fazendas próximas e de outras regiões fixaram residência, casando entre si. Pelos dados do Cartório de Registro Geral de Imóveis conclui-se que a Fazenda Flores do Rio Verde, onde se localiza a Comunidade do Cedro, em 1857 tinha um total de 30.161 alqueires. Em 1885, Chico Moleque compra uma parte das terras sem a transcrição do total adquirido.

Documentos encontrados no cartório da cidade de Caiapônia, antiga Rio Bonito, onde consta a divisão da terra entre os descendentes de Chico Moleque, possibilitou à comunidade entrar com recurso no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fim de reaver as terras que haviam sido tomadas há alguns anos pelos grandes fazendeiros que ocupavam terras na região, por intermédio de medidas como o Registro de Vigário de 1854, onde as terras eram requeridas perante o vigário em Caiapônia ou Rio Verde, muitas vezes sem nenhum dinheiro (SILVA, 2007).

Por volta de 1970, o Cedro situava em um município onde as atividades se concentravam principalmente na criação de gado, que representava a maior fonte de renda do município - mesmo as unidades familiares concentrando na lavoura - caracterizando-se pela utilização de grandes áreas primárias. Além de bovinos, criava suínos, equinos e aves (BAIOCCHI, 1983).

Ao mesmo tempo em que trabalhava nas fazendas e garimpava no Rio Verde, a população do cedro se dedicava às suas terras, que Baiocchi (1993),

³ Cada légua corresponde a 6 quilômetros.

classificou de pequenos retalhos de terras onde plantava principalmente produtos hortigranjeiros e criava porcos e aves e já se queixava da perda de suas terras. Nesta década, os cedrinos em suas pequenas glebas, praticavam uma agricultura de subsistência com trabalho familiar e participavam da produção do município de Mineiros prestando serviços nas fazendas da região, como parceiros, vaqueiros, garimpeiros. A produção excedente dos cedrinos – em suas glebas ou fora dela - era comercializada e muitas vezes este comercializava parte dos mantimentos das roças particulares (BAIOCCHI, 1983).

Silva (2003) argumenta que até a década de 1970, o cedro permaneceu como uma paisagem no Cerrado onde foram construídas casas em pequenos pedaços de terras que tinham em média 2 ou 3 alqueires e eram divididas por cercas de arame, constituindo um total de 75 lotes, sendo que apenas 56 pertenciam aos cedrinos, sem energia elétrica e abertura de estrada para acesso aos lotes.

A produção desse grupo camponês negro se concentrava em arroz, feijão, milho e o processo produtivo, como afirmado por Ioris e Pio (1999), passava por ajuda mútua como a “traição” e o “mutirão”, na preparação da terra e na colheita. Estas formas de ajuda mútua consistiam em reunir membros da comunidade para cooperar na limpeza, plantio e colheita nos roçados. Na forma de “mutirão” o dono do roçado convidava os membros da comunidade para o trabalho no roçado, fornecendo alimentação e festa ao final do dia para os cooperados. Já na forma de “traição” os membros da comunidade tomavam a decisão de ajudar no roçado de alguém que estava precisando. Essas formas de colaboração favoreciam a união e o bem-estar da comunidade, assim como a sua organização interna.

Neste período no município de Mineiros, a produção consistia em: arroz, feijão, mandioca e milho e em uma segunda escala, produziam banana, laranja, tangerina e abacate. Destes produtos apenas o arroz era exportado, ficando o restante para o consumo interno. Mesmo já existindo alguns cuidados quanto à seleção de sementes, as técnicas empregadas não previam a mecanização, sendo realizado o desmatamento e a limpa da área com fogo⁴ e

⁴ Coivara

o plantio feito com plantadoras manuais, conhecidas como matracas. A mão-de-obra concentrava-se na agricultura, apesar do município ser predominantemente pecuarista. Isso era possível em razão do método extensivo de criação de gado empregar poucos indivíduos, sendo utilizados em mais de 98% das terras do município (BAIOCCHI, 1983).

Assim, ao longo de todo processo de formação histórica, a comunidade do cedro esteve sempre inserida na economia regional de Mineiros. Os cedrinos do sexo masculino sempre exerceram atividades nas fazendas da região. Entre as atividades estavam as de vaqueiro, boiadeiro, meeiro ou lavrador de empreita. Até então as atividades exercidas nas fazendas da região, permitiam aos cedrinos cultivar em seus pequenos lotes uma agricultura de subsistência além da criação de pequenos animais, sendo que a principal produção era para o autoconsumo e parte era comercializada, auferindo a eles independência nas relações que estabeleciam com o sistema patronal e autonomia em suas tradicionais formas de organizações internas (IORIS; PIO, 1999).

A partir de 1970, na sede do município instalavam-se grandes empresas ligadas a agricultura e a pecuária, para a venda de equipamentos, insumos e implementos; e empresas para comprar vender e estocar. O garimpo, não mais representando atividades de destaque no município de Mineiros, continuava a ser praticado na periferia, mas sem nenhuma expressão econômica e chegando a se apresentar como um desemprego disfarçado. Nesta mesma época, os muitos cedrinos que em sua maioria eram pequenos proprietários, no período de dispensa dos latifúndios, ou da lavoura, voltam para o Rio Verde, onde garimpam a fim de conseguir meios para sobreviver (BAIOCCHI, 1983).

Com a chegada das novas indústrias agropastoris de forma capitalista, há uma mudança na relação de trabalho, que passa a necessitar de outro tipo de trabalhador e não mais da mão-de-obra cedrina e do município que supria a necessidade da economia mineirense tradicional. Os agregados e meeiros tipos tradicionais de trabalhadores, vão perdendo espaço para os boias-frias, um tipo de trabalhadores assalariados. Esse processo atinge a estrutura econômica, desarticulando a unidade produtora e a família. Assim os cedrinos que praticavam uma economia de subsistência, tendo a família como unidade produtora, ao mesmo tempo em que serviam aos fazendeiros da região -

retireiros, boiadeiros, meeiros, - e ainda garimpavam, se transformam em vaqueiros de leite⁵, tratoristas, mensalistas, boias-frias- que aparecem principalmente no final da lavoura para suprir as necessidades maiores. A comunidade assiste a uma drástica mudança nos seus valores mais sagrados, a terra, a família (unidade produtora) (BAIOCCHI, 1983).

As mudanças ocorridas promoveram um rearranjo na estrutura econômica e social e nessa nova configuração temos alguns fatores citados por Baiocchi (1983), como o estabelecimento da Capital Federal no Planalto Central e em razão disso há uma estruturação da malha viária ligando estas regiões à capital, promovendo o escoamento da produção para outras áreas do país e favorecendo a instalação de empresas rurais em Mineiros, gerando mudanças nas relações de trabalho, surgindo então o boia-fria, o trator e a mecanização. Os dois últimos irão favorecer o desemprego. Desta forma acontece uma pauperização da mão-de-obra local. O aumento do número de trabalhador levará à depreciação do trabalhador local e até mesmo ao congelamento salarial.

Para Baiocchi (1983), o processo de pauperização levou à desintegração da comunidade descaracterizando-a e reduzindo a reserva de trabalhadores já na maioria das terras. Assim, glebas cada vez maiores são incorporadas gerando o monopólio da terra que vai desalojando fazendeiros, pequenos proprietários e posseiros em favor da grande empresa rural introduzindo cada vez mais a monocultura com a utilização dos boias-frias.

Desta forma, além do processo de modernização agrícola ocorrido no campo e conseqüentemente atingindo as formas de relações de trabalho e a organização social interna da comunidade, a cidade de Mineiros, impulsionada pelo rápido crescimento econômico, avançou sobre as áreas de Cedro, fazendo com que muitos moradores vendessem seus lotes intensificando a saída dos cedrinos para o centro urbano ocorrendo uma acentuada pauperização com o crescente processo de urbanização.

Este processo de mudança ocorrida no nível econômico e influenciando com grande impacto o nível social do município, e conseqüentemente do Cedro, atingiu de forma grave a estrutura da

⁵ Trabalhava para a Companhia Industrial e Comercial de Produtos Alimentícios (Nestle)

organização social dos cedrinhos, fazendo diminuir as relações de trabalho baseadas em ajuda mútua, como por exemplo, o “mutirão” e a “traição”, que aos poucos são deixados de ser praticados.

Estas mudanças ocorridas a partir da década de 1970, levou a um decréscimo populacional de 36% entre os anos de 1977 e 1997, de acordo com Ioris e Pio (1999), apresentando uma acentuada pauperização na qualidade de vida dessa comunidade, em decorrência da maior dependência da cidade, levando ao desmantelamento de suas tradicionais formas de organização social e de trabalho.

Mesmos sofrendo um processo de pauperização, colocado por Ioris e Pio (1999) e Baiocchi (1983), a comunidade ainda mantém as tradições de seus ancestrais, se constituindo em um forte componente de resistência quanto ao processo de manutenção da comunidade.

4.2. ENTREVISTAS E CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 25 moradores da Comunidade do Cedro, representando 25 residências visitadas. Antes de todas as entrevistas foram apresentados os objetivos, sendo que na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas após a primeira visita, onde já se podia perceber certo grau de confiança estabelecida entre o pesquisador e os indivíduos objeto dessa pesquisa. Nas entrevistas foram utilizados dois tipos de formulários em cada uma das 25 residências, sendo o primeiro o Formulário do Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade e em seguida o Formulário de Levantamento Etnobotânico.

A maioria dos entrevistados é do sexo masculino, representando 52% dos informantes, enquanto 48% é do sexo feminino. Os informantes estão em uma faixa de idade que vai de 20 a 90 anos de idade, sendo que o informante mais idoso tem 90 anos e é do sexo feminino.

A idade média dos entrevistados foi de 57,9 anos. A faixa etária mais frequente dos informantes foi a de 61-65 anos de idade, com 4 informantes, representando 16% dos entrevistados, seguidos pelas faixas etárias de 31-35 anos, 56-60 anos e 66-70 anos, todas com 12% dos entrevistados. A faixa etária de 41-45 anos de idade, não teve nenhum entrevistado. Apesar de não ter havido uma escolha dos entrevistados mais velhos, pois esses foram escolhidos de forma aleatória, os dados mostram que muitos deles são idosos, o que mostra um certo conhecimento da unidade familiar, da comunidade e dos conhecimentos etnobotânicos, tão importantes para essa pesquisa.

TABELA 3: Faixa Etária dos Entrevistados

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	Frequência Relativa (%)
20-25	1	1	2	8
26-30	-	1	1	4
31-35	2	1	3	12
36-40	1	-	1	4
41-45	-	-	-	0
46-50	-	1	1	4
51-55	1	1	2	8
56-60	2	1	3	12
61-65	2	2	4	16
66-70	3	-	3	12
71-75	-	1	1	4
76-80	1	1	2	8
81-85	-	1	1	4
85-90	-	1	1	4
Total	13	12	25	100

Em relação à condição dos entrevistados na unidade familiar camponesa cedrina, 64% ocupam a condição de chefe na unidade familiar, 24% são cônjuges dos chefes da família, 4% são filhos e 8% mantêm outro grau de parentesco com o chefe da unidade familiar. Desta forma, os chefes de famílias e os cônjuges representam 88% dos informantes. Dos 16 chefes de unidade familiar entrevistados, 10 são do sexo masculino e apenas 6 do sexo feminino.

TABELA 4: Condição dos Entrevistados na Unidade Familiar

Condição na Unidade Familiar	Masculino	Feminino	Total	Frequência Relativa (%)
Chefe	10	6	16	64
Cônjuge	1	5	6	24
Filho	1	-	1	4
Outro Parente	1	1	2	8
Total	13	12	25	100

O universo amostral apresentou uma grande variação em relação à escolaridade, apresentando pessoas que nunca frequentaram a escola, até pessoas que concluíram o ensino médio. No geral os entrevistados apresentaram uma baixa escolarização, tendo uma grande concentração de indivíduos que ainda não completaram o ensino fundamental I, que vai desde o primeiro até o sexto ano primário, 36% encontram-se nesta condição; 20% completaram o ensino médio; 16% não completaram o ensino fundamental II, que vai da 5ª série ou 6º ano, até a 8ª série ou 9º ano; 12% nunca frequentaram a escola; 12% completaram o ensino fundamental II e 4% concluíram o ensino médio. Três não eram alfabetizados e apenas um informante do sexo masculino, havia completado o ensino médio. A média de idade dos entrevistados analfabetos foi de 74 anos, sendo que o entrevistado analfabeto mais velho tem 90 anos e o mais novo 66 anos.

Tabela 5: Escolaridade dos Entrevistados

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total	Frequência Relativa (%)
Analfabeto	2	1	3	12
Ensino Fundamental I Incompleto	5	4	9	36
Ensino Fundamenta I Completo	2	3	5	20
Ensino Fundamental II Incompleto	3	1	4	16
Ensino Fundamental II Completo	2	1	3	12
Ensino Médio Completo	-	1	1	4

De acordo com a Tabela 6, a maioria absoluta dos entrevistados, 23 (92%), já tiveram filhos, mostrando assim uma alta taxa de fecundidade entre os cedrinos. Apenas dois informantes afirmaram não ter nenhum filho, esses são solteiros do sexo masculino.

O intervalo entre 1-3 filhos foi o que apresentou uma maior taxa de frequência dos entrevistados, com 48%, seguidos por 32% da faixa de 4-6 filhos, onde quatro indivíduos declararam ter 6 filhos. Apenas um se enquadra no intervalo de 7-8 filhos, esse declarou que tem 8 filhos e duas entrevistadas afirmaram ter mais de 10 filhos.

TABELA 6: Número de Filhos dos entrevistados

Números de Filhos	Masculino	Feminino	Total	Frequência Relativa (%)
0	2	-	2	8
1-3	6	6	12	48
4-6	4	4	8	28
7-10	1	-	1	4
Mais de 10	-	2	2	8

Do universo amostral, 13 entrevistados (52%) representando a maioria absoluta dos informantes afirmaram serem casados ou estar vivendo em comunhão consensual com o companheiro (a) e 6 (24%) são solteiros, sendo que destes, 5 são do sexo masculino, representando dentro da amostra um número bastante significativo. Os entrevistados que são separados representam 16%, sendo a maioria do sexo feminino e apenas 8% das pessoas entrevistadas são separados legalmente.

TABELA 7: Estado Civil dos Entrevistados

Estado Civil	Masculino	Feminino	Total	Frequência Relativa (%)
Casado ou Vivendo em Comunhão Consensual	6	7	13	52
Solteiro	5	1	6	24
Viúvo	1	3	4	16
Separado Legalmente	1	1	2	8
Outro	-	-	-	-

Em relação ao local de nascimento (figura 11), a maioria absoluta dos entrevistados é nativa da região. A maioria é do estado de Goiás, sendo que 81% nasceram na região de Mineiros. 31% nasceram na própria comunidade do cedro, 27% na zona rural de Mineiros e 23% na cidade de Mineiros. Os indivíduos nascidos em outros municípios representam 95% da amostra, esses nasceram em Goiânia, Mozarlândia, Rio Verde e em Vitória da Conquista no Estado da Bahia.

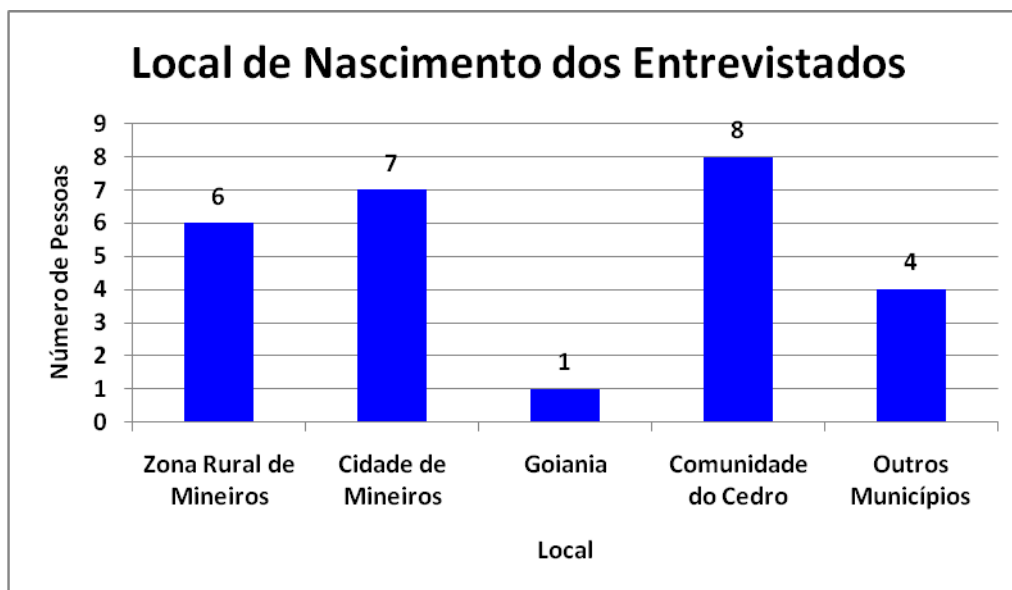


Figura 11: Local de Nascimento dos Entrevistados

Os entrevistados que nasceram em outra região, afirmaram que vieram para o Cedro há mais de duas ou três décadas, desta forma já apresentam uma grande ligação com a terra e uma integração cultural com a comunidade.

Assim como em outros povos quilombolas, essa população sempre faz referência a um ancestral comum. De Francisco Antonio de Moraes, conhecido como “Chico Moleque” descende a maioria das famílias cedrinhas. Dos 25 entrevistados, 17 (68%) afirmaram que a família descende de Chico Moleque, enquanto 8 informantes, representando 32% dos entrevistados afirmaram não ter grau de parentesco com Chico Moleque, mas mesmo assim demonstram uma grande admiração por sua luta e bravura contra o regime opressor escravista reconhecendo a sua história de resistência e luta. Porém, “ser parente” no cedro, além de expressar a mesma ancestralidade africana da maioria dos cedrinhas, significa ter consanguinidade ou mesmo por outros tipos de relações sociais como batismo, casamento.

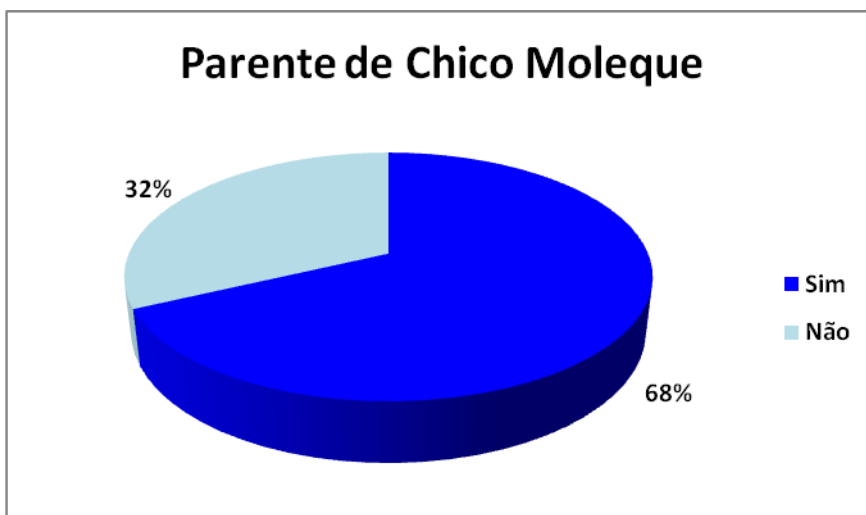


Figura 12: Famílias descendentes de Chico Moleque

Uma importante característica da comunidade do Cedro é a relação de solidariedade e receptividade existentes com “os de Cedro” e com os “de fora do Cedro”. A relação de solidariedade é reforçada na busca de se manter na terra, lutando pela sua sobrevivência.

Para os cedrinos, “ser de Cedro”, não é somente ser morador da área da comunidade do Cedro, mas também pessoas que mudaram do cedro moram na cidade e mantêm parentesco com os moradores da comunidade ou até mesmo mantêm vínculo com a associação dos moradores da comunidade do Cedro.

4.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA COMUNIDADE DO CEDRO

4.3.1. Organização da Comunidade do Cedro

Apesar de todas as mudanças ocorridas no território cedrino, Ioris e Pio (1999, p. 16), afirmam que “as famílias que permanecem na comunidade conjugam uma série de atividades como meio de sustentação de vida”.

Os cedrinos apresentam práticas de resistência na manutenção de reprodução de seu modo de vida com forte vínculo com a terra e intensas

relações familiares e se organizam em torno da Associação dos Moradores da Comunidade do Cedro, fundada em 1994 e que responde pela parte política da comunidade.

A formação da Associação dos Moradores do Cedro significou uma importante etapa na organização da comunidade, sendo uma das exigências para o processo de reconhecimento de suas terras.

A comunidade do Cedro foi reconhecida como comunidade de Remanescente de Quilombo em junho de 2005, sendo que 5 anos depois, nenhum documento de certificação foi emitido pela Fundação Palmares. No caso da comunidade do Cedro, em razão da mesma já ter a posse da terra, a titulação não se aplica.

Além da Associação dos Moradores do Cedro, existem três grupos: Comunidade Nossa Senhora da Abadia, Centro comunitário de Plantas Medicinais do Cedro e Engenho São Rafael. A Comunidade Nossa Senhora da Abadia, cuida da organização das músicas e das missas ocorridas dentro da comunidade, principalmente na capela.

Uma nova estratégia para fortalecer os jovens dentro da comunidade, é a inserção deles nas chapas da Associação dos Moradores. Desta forma, espera-se que eles tenham mais um incentivo para permanecerem na comunidade.

Para Baiocchi (1983), em sua pesquisa realizada nas décadas de 1970 e 1980 a Comunidade do Cedro situava-se entre a população mais carente, faltando água encanada, luz elétrica e saneamento. Porém no decorrer destas últimas décadas o território cedrino passou por várias transformações, muitas delas, em razão da proximidade da área urbana.

A infraestrutura ainda é deficiente, apesar das melhoras ocorridas, conta com uma Igreja (figura 13), onde ocorrem as missas; ao lado da Igreja existe um salão comunitário, local das reuniões com os membros da comunidade; uma escola, que está desativada e abandonada há 5 anos; um centro comunitário de plantas medicinais, que conta com uma farmácia de fitoterápicos onde são manipulados os medicamentos a base de plantas medicinais e junto à farmácia há: um laboratório de informática (figura 14), telefone público, uma pequena biblioteca cedrina que leva o nome de Chico Moleque, com um pequeno acervo de livros para empréstimo aos moradores e

um salão de festas. Com as modificações ocorridas nos últimos anos e após incansáveis lutas, as estradas principais foram melhoradas e as redes de energia e água encanada chegaram à comunidade.



Figura 13: Igreja Nossa Senhora da Abadia na Comunidade do Cedro
Autor: Jesiel Silva



Figura 14: Laboratório de Informática na Comunidade do Cedro
Autor: Jesiel Silva

As residências que nos estudos da década de 1970 eram de barro batido ou madeira emparelhada e cobertas de palhas, deram espaço aos tijolos e telhas de barro e amianto. A via principal que liga a cidade de Mineiros à comunidade não é pavimentada e está em bom estado de conservação. Esta via se inicia na Igreja São Bento, passa por alguns bairros da periferia da cidade e corta a área da comunidade. Apesar de passar pelo Cedro, essa estrada dá acesso a outras regiões rurais do município, inclusive aos grandes latifúndios, sendo um dos motivos de estar sempre em bom estado de conservação. O acesso à maioria dos lotes é feito pelas vias secundárias, que nem sempre estão trafegáveis.

4.3.2 Caracterização das Residências Cedrinhas

Quando perguntada sobre as condições atuais de moradias, grande parte dos quilombolas é enfática em dizer que houve melhoras nos últimos anos. Das 25 unidades domiciliares amostradas, 22 são habitações unifamiliares (figura 15), ou seja, residências que abrigam somente uma

família, o que representa 88% das casas. Apenas três residências têm características de habitação coletiva, onde reside mais de uma família, o que representa 12% do total das residências visitadas. Em todas as três residências coletivas habitam duas famílias que mantêm um grau de parentesco próximo.

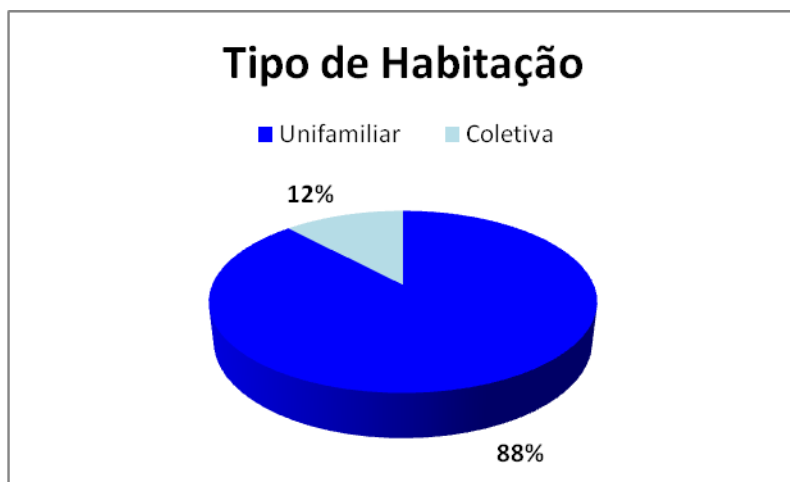


Figura 15: Tipo de Habitação na Comunidade do Cedro

Quanto à característica da unidade familiar dos entrevistados, todos os 25 (100%) domicílios⁶ são do tipo casa, sendo que dessas, 22 (88%) apresentam construções em alvenaria, com as paredes construídas de tijolos e apenas três (12%) têm as suas casas construídas de madeiras emparelhadas, ou seja, aquela madeira que foi retirada e tratada para fins de construção residencial. Somente dois tipos de material foram encontrados na cobertura das residências visitadas. O material que predomina na maioria das residências são as telhas de barro, cobrindo 15 (60%) casas e as telhas de amianto que cobrem 10 das residências visitadas, representando um percentual de 40%.

⁶ Local ou recinto estruturalmente independente, que serve de moradia a famílias, formado por um conjunto de cômodos, ou por um cômodo só, com entrada independente (ALVES, 2005)

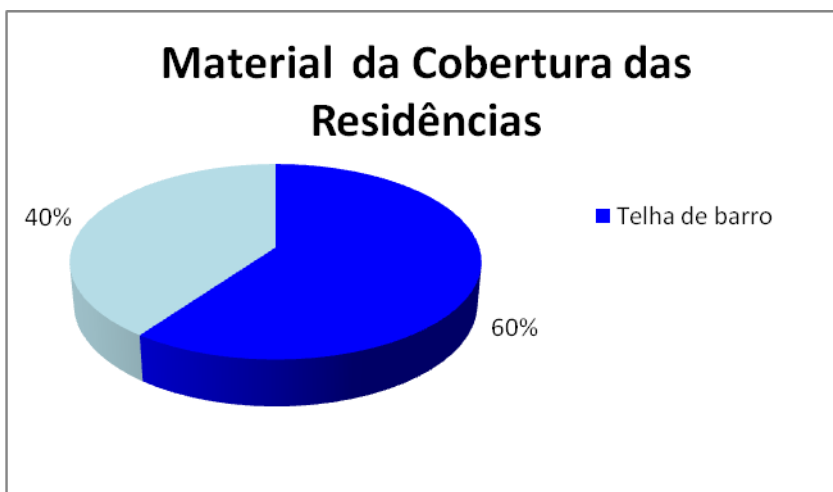


Figura 16: Material predominante da Cobertura das Residências

Na década de 1970, a maioria das casas era construída de pau-a-pique ou adobe, algumas cobertas de telhas e outras de palhas e todas tendo o piso como chão batido. Em geral cada unidade familiar era composta de sala, quarto e cozinha com um pequeno quintal ou um “puxado” coberto para lavar “louça”; ou em muitos casos a sala e a cozinha eram em apenas um cômodo, mais um ou dois quartos. Essas residências tinham um mobiliário escasso e pobre que se resumia na cama, rede ou jiraus para dormir com colchão de palha. Nem todos tinham mesa ou cadeiras e muitas vezes usavam bancos ou “tábuas sobre pedras”, que substituíam as cadeiras. O vasilhame se resumia apenas a panelas, caçarolas, caldeirões, frigideira, pratos e talheres (BAIOCCHI, 1983).

Dos 25 domicílios entrevistados, 22 possui o piso predominantemente de cimento, o que representa 88% das casas; e apenas três têm o piso de chão batido, representando um percentual de 12% dos domicílios entrevistados. As casas onde o piso é o próprio chão batido são as mesmas residências onde as paredes são feitas de madeiras emparelhadas. As residências apresentaram uma média de 5,6 cômodos, sendo a menor com apenas um cômodo e a maior apresentou 11 cômodos. A média de dormitórios por residência foi de 2,73, incluindo não somente os quartos, mas outras dependências que estiverem servindo de dormitórios em caráter permanente, desta forma os quartos que não servem de dormitórios, não foram considerados.

Muitas residências de alvenaria (tijolos) foram construídas nas últimas décadas e é comum encontrar propriedades em que mesmo com casa de

alvenaria construída, não desmancharam a casa de madeira emparelhada (figura 17), ficando essas servindo de dispensas ou de cozinhas separadas, ao lado das casas de alvenaria.



Figura 17: Residências cedrinhas
Autor: Jesiel Silva



Figura 18: Residência cedrina
Autor: Jesiel Silva

A média de banheiros ou sanitários foi de 1,13 por residências, sendo que em 21 (84%) os esgotos dos banheiros ou sanitários são escoados para fossas rudimentares, sem nenhuma proteção, 3 (12%) utilizam a vala negra para escoamento do esgoto e somente em uma residência foi encontrada fossa de pedra, ou seja feita em uma vala cheia de seixo rolado e o efluente vai aos poucos infiltrando.

Em relação ao destino do lixo produzido nos domicílios, não existe a coleta destes resíduos pela Prefeitura Municipal de Mineiros, desta forma, 22 (88%) afirmaram que esses são queimados ou enterrados no próprio lote e em três domicílios o lixo é depositado na propriedade, não se tendo o hábito de queimar o mesmo, mostrando a presença de práticas inadequadas de destino do lixo, fazendo com que ele seja uma ameaça à saúde dos moradores desses locais, podendo se tornar focos proliferação de mosquitos que causam variados tipos de doenças.

Todas as residências da comunidade do Cedro têm energia elétrica e o serviço é oferecido pelas Centrais Elétricas de Goiás – CELG. Isso representa uma possibilidade de aquisição de aparelhos eletrônicos pela comunidade. Porém isso não é privilégio de todos, pois enquanto em poucas residências é comum encontrar vários destes aparelhos, como rádios ou televisão, ferro elétrico, geladeira, ventilador, aparelho de DVD, liquidificador e aparelho de

som, em outras, a energia elétrica serve apenas para iluminação e às vezes para fazer funcionar um simples rádio e uma televisão, mostrando assim uma vasta distância entre ter energia elétrica e ter aparelhos que dela precisam.

4.3.3. Aspectos Populacionais

Quando Baiocchi realizou pesquisa na comunidade do cedro, na década de 1970, havia 232 habitantes, o que representava 1,55% da população total do município de Mineiros. Desse total 90% eram negros; 129 eram do sexo feminino e 103 do sexo masculino, em sua maioria jovem. Essa população estava distribuída em 37 residências onde 43% dos chefes de família eram naturais da própria comunidade, 16,2% de Mineiros, 8,1% das fazendas do Estado de Goiás e 27% eram de outras procedências, sendo que 85% dos chefes de famílias se dedicavam à agricultura. Os filhos, embora se engajassem em outras profissões - como o comércio, serviços domésticos - em sua maioria participavam do trabalho de seus pais, dentro da unidade familiar, ou mesmo se vinculavam como indivíduos à agropecuária.

O território cedrino, que antes era apenas de negros, agora já integrou outras pessoas “de fora” em várias faixas de terras dentro da comunidade. No Cedro predomina a população negra, entre as crianças, adolescentes, jovens e entre os mais velhos, onde a população se assume enquanto negros, como descendentes de negros e de quilombo.

Porém, não só de negros é formado o cedro, com a inclusão de brancos e mestiços vivendo no mesmo território. O número de pessoas residentes nas unidades domiciliares amostradas totalizou 98 , o que representa uma média de 3,92 pessoas por domicílios, sendo 55 do sexo masculino, representando uma média de 2,2 por domicílio; e 43 pessoas do sexo feminino, o que representa 1,72 pessoas por domicílio. Desta forma, percebemos uma maior concentração de pessoas do sexo masculino nos domicílios amostrados. Encontramos quatro domicílios com apenas um morador e o domicílio com maior número de pessoas tem 10 moradores.

Tabela 8: Número de Pessoas residentes nos Domicílio Entrevistados

Sexo	Total	Média Por Residência	Frequência Relativa (%)
Masculino	55	2,2	56,12
Feminino	43	1,72	47,88
Total	98	3,92	100

A Figura 19 mostra a faixa etária dos moradores. Os dados mostram claramente que existe uma concentração na faixa de 0-9 anos, onde houve a presença de 15 pessoas, representando 14,7% do total; de 31-35 anos, somam 9 pessoas, representando uma percentagem de 8,82%; de 10-14 e 66-70 foram encontradas 8 pessoas, que representa 7,74%; nas faixas etárias de 20-25, 56-60 e 61-65 foram encontradas 7 pessoas em cada uma desta faixa etária, representando um percentagem de 6,86%.

A faixa etária de 15-19, ficou com 6 (5,88%); de 26-30 com 5 (4,9%) pessoas; de 46-50, com 5 (4,9%); 76-80, com 5 (4,9%); de 41-45, com 4 (3,92%); 51-55, com 4 (3,92%); de 81-85, com 3 (2,94%); de 71-75, com duas (1,96%) pessoas; e as faixas etárias 36-40, 85-90 e 91-95, apresentaram apenas uma pessoa em cada faixa etária. É importante salientar, que grande parte das pessoas que estão na faixa etária 10 a 19 anos, residem na cidade no meio de semana se deslocando para a comunidade do Cedro somente aos finais de semana, isso principalmente em razão da falta de escola na comunidade. Do universo amostrado, 33,7% são pessoas acima de 56 anos. Considerando que a grande parte da população jovem amostrada reside na cidade para estudo ou trabalho, podemos considerar que existe uma taxa considerável de população idosa no Cedro, havendo uma taxa “flutuante” de pessoas mais jovens, em função de grande parte residir na cidade no decorrer da semana em razão da escola.

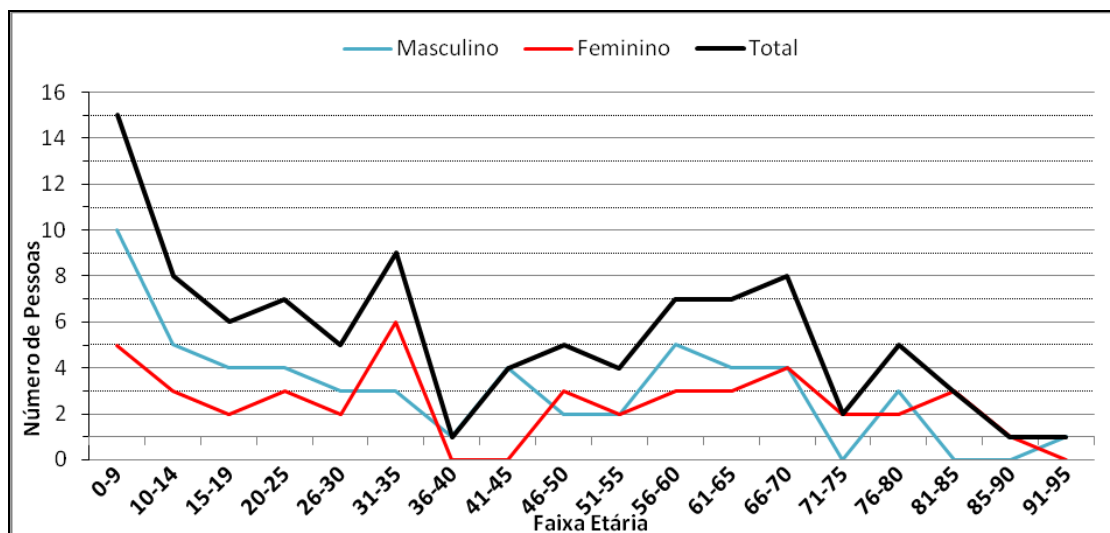


Figura 19: Faixa Etária nos Domicílios Entrevistados

No gráfico da Figura 19, podemos perceber um acentuado declínio na faixa etária de 36 a 45 anos que pode ser reflexo da diminuição da população jovem ocorrida no final da década de 1970 e início da década de 1980, com a introdução da pecuária intensiva e alta produção agrícola mediante o processo de modernização conservadora no campo, baseada na mecanização e monocultura da soja, milho e arroz, o que fez com a comunidade do cedro sofresse fortes mudanças em sua forma de organização. Surge então um novo mercado que passa a ser movido por novas tecnologias de produção. Os trabalhadores que antes tinham um período para trabalhar na produção em seus lotes passam a serem trabalhadores assalariados em tempo integral na grande empresa agropecuária, causando uma diminuição na produção em suas propriedades, tornando-se assim altamente dependentes dos produtos da cidade.

Quanto ao gênero do responsável pelo domicílio, em 19 (76%) o principal responsável é do sexo masculino e em 6 (24%), o principal responsável pela unidade domiciliar é do sexo feminino, reforçando a característica paternalista, onde a autoridade masculina prevalece dentro da unidade familiar, reforçando o que já foi afirmado por Baiocchi (1983), que afirmou que uma das características da família cedrina era ser extensa e com forte tendência patriarcal, onde os homens adultos têm poder sobre os familiares e parentes que residem na mesma unidade familiar.

Tabela 9: Responsável pela Unidade Familiar

Sexo	Total	Frequência Relativa (%)
Masculino	19	76
Feminino	6	24
Total	25	100

4.3.4 Religiosidade e Lazer Cedrino

Prevalecem duas religiões nos domicílios entrevistados, segundo os informantes: o catolicismo e a evangélica/protestante. A religião católica é a que predomina, sendo que 13 informantes afirmaram que a religião praticada pela família é a católica, representando 59% dos domicílios; e 41% se declararam evangélico-protestantes.

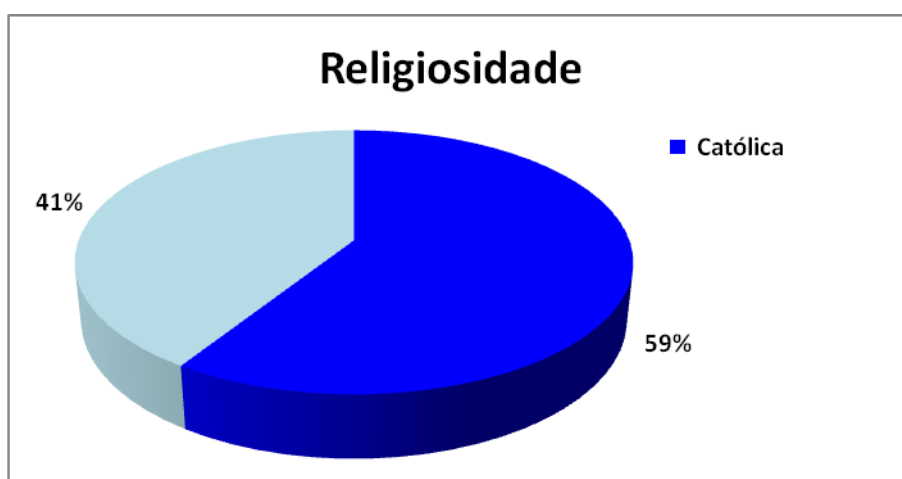


Figura 20: Religião na Comunidade do Cedro

De acordo com Baiocchi (1983) na comunidade do Cedro, coexistem dois tipos de catolicismo: o oficial e o popular. Os cedrinos católicos elegem seus ritos e santos de acordo com suas necessidades, podendo essas ser de ordem emocional, social ou econômica. A religiosidade é transmitida pelos pais e parentes (BAIOCCHI, 1983). Bastide (1973) citado por Baiocchi (1983p. 135), define o catolicismo oficial como “mais humano, mais universalista, das ordens, religiosas e principalmente dos jesuítas”. Para Viana e Andrade (2009), o catolicismo popular apresenta variadas manifestações e mesclagem, englobando desde práticas próprias das Instituições Católicas, até influência das religiões Afro-Brasileira. Azevedo (1966), citado por Andrade (2006), afirma

que os católicos populares são vinculados às comunidades das zonas rurais tradicionais, despojados de conteúdos dogmáticos e moral.

O catolicismo popular que existe no Cedro, legitima-se com o catolicismo oficial, ocorrendo a cultuação aos santos, a preservação das festas religiosas, novenas e batismos (BAIOCCHI, 1983).

Mesmo grande parte dos entrevistados declarando que a religião católica é a que prevalece nos domicílios, a sua prática no catolicismo oficial se restringe apenas as missas que são realizadas na Igreja Nossa Senhora da Abadia e as festas de São João, um tradicional festejo católico; e a Nossa Senhora da Abadia.

Em sua pesquisa, Baiocchi (1983) afirmou que além desses santos, outros apareciam como referência para a população cedrina católica, como: São Sebastião, Jesus, São João Batista, Divino Pai Eterno e Anjo da Guarda. Para essa autora, o principal papel da religião é social (festas, novenas, batismo) e utilitarista (culto dos santos, angelologia⁷, credices, orações).

Os cedrinos são festeiros, suas festas religiosas ou não, exercem grande importância em toda a região. As festas religiosas dos cedrinos são muito conhecidas em Mineiros e região, reunindo um grande número de fiéis na comunidade, comemoradas com novenas, danças, rezas, fogueiras, comidas, etc. Nessas festas há um grande deslocamento de pessoas da área urbana de e das fazendas vizinhas para o Cedro. Os preparativos das festas cedrinhas começam vários dias antes das festas e são carregados de expectativas.

Para Silva (2007, p. 41), mesmo com a forte influência católica, “os cedrinos procuraram, de uma maneira ou de outra preservar algumas tradições africanas, em especial o misticismo, as benzás, e credices baseadas em saberes empíricos tradicionalmente passados para os descendentes” e que no Cedro, mesmo de forma restrita “os cedrinos cultivam uma religião afro-brasileira, através de oferendas, evocando cultos primitivos, benzeções, adivinhos, invocações, cultos aos antepassados”.

De acordo com Silva (2003, p.441), o catolicismo oficial não conseguiu acabar com a profunda religiosidade cedrina, fundamentada em princípios de “harmonia cósmica de profundas raízes africanas, mesmo que exteriorizada por

⁷ Estuda os anjos e a sua missão, geralmente com inerência na Bíblia.

intermédio de rituais e santos católicos, do chamado catolicismo popular”. Isso significa dizer que:

...os cedrinos, através de histórias memoráveis, contadas pelos mais velhos, continuam mantendo atitudes mentais profundamente arraigadas, que os escravos africanos trouxeram para o Brasil e que nenhuma ideologia, seja ela religiosa ou política, conseguiu extirpar (SILVA, 2003, p. 441).

Porém essas práticas vêm se perdendo ao longo dos anos, pois dificilmente encontra-se benzedeira no Cedro.

Em 1983, os evangélicos não aparecem na obra de Baiocchi, onde são citadas apenas as duas formas da religião católica: popular e oficial. Porém neste estudo já temos 41% dos entrevistados afirmando que a religião protestante/evangélica é a que predomina em seus domicílios, indicando que essa religião se propagou recentemente na comunidade, atingindo níveis bastante significativos em pouco tempo e mostrando que com as mudanças ocorridas no Cedro, a religião católica é a predominante, mas não mais a única, pois já é encontrado um grande número de famílias que pratica outra religião.

Mesmo conservando muitos de seus costumes, a comunidade sofre influência de outras culturas, principalmente devido aos processos migratórios, introduzindo novos costumes e nova religião.

Baiocchi (183) definiu dois tipos de lazer cedrino: o religioso e o laico. O primeiro ligado a religião e as festas, aos santos e o segundo à diversão fora da religião, como esportes e a festa em 13 de maio.

O lazer cedrino ainda se encontra muito ligado ao fator religioso, sendo marcado principalmente pelas festas religiosas, como o Natal, dia de São João, Santo Antonio, São Pedro e Nossa Senhora da Abadia, além de comemorar com grande festa o dia da consciência negra (22 de novembro) e o dia 13 de maio, considerado o dia da libertação dos escravos.

Como confirmado por Baiocchi (1983), dias de São Pedro, Santo Antonio e São João, são comemorados com muita festa, comidas, rezas, danças e promessas, pedidos aos santos e fogueiras e o dia 13 de maio é comemorado com baile que vai noite adentro.

Além das festas tradicionais na comunidade, o futebol aos domingos de manhã e as rodas de capoeira à tarde, fazem parte do lazer cedrino, sendo que

essas últimas estão sendo praticadas pela comunidade nos últimos anos como uma forma de resgate cultural.



Figura 21: Roda de Capoeira no Cedro
Autor: Jesiel Silva

Fora da comunidade, os cedrinhos participam de outras atividades de lazer que a vida urbana oferece como futebol, bares e bailes. Baiocchi (1983) descreve que eles gostam de músicas, cantam músicas do tempo da escravidão, folk⁸, moderna, ladainhas religiosa e música de rodas que sofrem variações onde agregam fatos referentes à história ou ao cotidiano.

4.3.5 Alimentação Cedrina

Quanto à alimentação, podemos observar pela tabela 10, quais são os alimentos mais consumidos nos domicílios visitados. Os alimentos citados em todos os domicílios (100%) foram o arroz e o feijão, seguidos pela carne bovina, que foi citada em 23 domicílios, representando um percentual de 92%. As hortaliças são os alimentos consumidos em 22 domicílios, representando 88%; as frutas em 12 domicílios (48%); e o frango e a farinha em 22 (88%); a carne suína e o macarrão em 7 (28%); ovos em 3 (12%) e peixe em 2 residências (8%). A alimentação de animais silvestres foi citada em apenas uma residência. Isso se deve principalmente às leis ambientais e à pressão

⁸ gênero musical que combina elementos de música folclórica e rock and roll

antrópica que a cidade coloca sobre a área, o que levou à falta desses animais e peixes nos rios da região.

Tabela 10: Base Alimentar da Comunidade do Cedro

Alimento	Total	Frequência Relativa (%)
Carne Bovina	23	92
Carne Suína	7	28
Frango	11	44
Arroz	25	100
Feijão	25	100
Farinha	11	88
Macarrão	7	28
Peixe	2	8
Frutas	12	48
Verduras e Legumes (Hortaliças)	22	88
Animais Silvestres	1	4
Ovos	3	12

Um fator a ser destacado, é que mesmo tendo uma frequência na alimentação cedrina, somente em três, dos 25 entrevistados, disseram que o ovo faz parte da base alimentar da família. Isso pode ser em razão desse alimento denotar uma alimentação “inferior” em status.

Tabela 11: Principais Hortaliças e Frutas mais Consumidas no Cedro

Hortaliças	Frutas
Alface	Laranja
Cebola	Manga
Tomate	Abacate
Pepino	Jabuticaba
Quiabo	Mexerica
Repolho	Umbu
Rúcula	Pitanga
Batata	Caju
Rabanete	Cajá
Abobrinha	Goiaba
Couve	Amora
Couve-Flor	Limão
Abóbora	Ingá
Chuchu	Jaca
Jiló	Mamão
Berinjela	Melancia
Mandioca	Fruta-do-conde
Pimentão	Tamarindo
Maxixe	
Cambutiá	

A mandioca é um dos vegetais mais utilizados pela família cedrina, isso se dá porque além da farinha e polvilho, ela é consumida cozida, com melado de cana, com açúcar na “merenda”, para comer com carnes ou frita junto às principais refeições do dia. As principais verduras e legumes que fazem parte da base alimentar (tabela 11) são: alface, rabanete, cenoura, beterraba, repolho e jiló. Entre as frutas mais consumidas que foram citadas pelos entrevistados estão: abacate, manga, goiaba, laranja, limão e mamão.

A falta de mão-de-obra familiar e o tempo escasso para se dedicar ao cultivo dentro dos lotes são considerados pelos cedrinos, o principal motivo da compra de alimentos na cidade.

4.3.6 Educação na Comunidade do Cedro: Da Escola do Quilombo à Escola da Cidade

Por meios de vários dispositivos legais, o Estado brasileiro ao longo dos anos produziu uma estrutura institucional que excluiu a população negra do processo formal de escolarização, refletindo nos baixos índices educacionais (MELO 2009). Desta forma, essas comunidades são vítimas de todo o processo de exclusão imposto pelo Estado e sociedade.

Ainda hoje, as práticas pedagógicas dos professores em muitos casos são pautadas em padrões eurocêtricos, não incluindo os diversos processos históricos da formação da sociedade e não levando em consideração questões culturais locais, religião e valores (ALEXANDRE et all, 2009).

Na tentativa de pagar parte da dívida brasileira com essas comunidades, foi sancionada a Lei Federal 10.639/ 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, incluindo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica e conseqüentemente a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicoraciais, orientando práticas e atitudes inovadoras no processo educacional.

Essas ações ainda estão distantes da condição ideal, visto que em muitas escolas estas atitudes não foram incorporadas nas ações e práticas pedagógicas dos professores, além do fato de muitos desses não terem

formação ideal para ministrar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para Melo (2009, p. 03), “garantir a educação nesses territórios onde vive parcela significativa da população brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação antirracista”.

A estruturação e o acompanhamento da educação quilombola e a implementação da Lei 10.639/ 03 em todo o sistema público de ensino devem ser entendidas como ações interdependentes. Há um longo caminho a percorrer, tanto no sentido de romper o silêncio e a invisibilidade histórica que acompanham a trajetória dessas comunidades, como reconhecer a importância da cultura afro-brasileira e a longa história de luta dos afro-brasileiros por dignidade e cidadania (MELO 2009, p. 3).

Passos (2009) assinala que a realidade do sistema educacional em comunidades quilombolas no Brasil é alarmante, além do que, o acesso dessas comunidades a escolarização se deu apenas há poucos anos. Para o autor, o perfil da maioria absoluta dos professores que atua nas escolas dessas comunidades, vem de outras realidades culturais como, por exemplo, a urbana, sem nenhuma formação específica para lidar com esta realidade cultural diversificada. Muitas dessas escolas apresentam meras salas de aulas em condições precárias, sem banheiros, cozinhas, bibliotecas e materiais didáticos que não contempla a expressão da diversidade étnico cultural do país. Isso acaba acarretando uma evasão escolar constante, sendo que os alunos desestimulados em grande parte desistem e abandonam os estudos antes de terminar o ano letivo, retornando no próximo ano, criando um círculo vicioso antes de abandonar de vez a escola. Quando um número reduzido de alunos consegue superar esta “paralisia escolar” e terminar a quinta série do ensino fundamental, vão para escolas em povoados ou cidades vizinhas estudar, segregados dos outros alunos, em muitos casos considerados como “estranhos”, “fora do padrão” ou até mesmo “não sociáveis”. Desses, muitos não conseguem romper a realidade e chegar ao ensino médio.

Por princípio, as escolas ocidentais colonizadas como no caso brasileiro, nunca se preocuparam com abordagem das questões sobre a diversidade cultural e as identidades dos grupos nas comunidades escolares de forma que ainda não sabem como lidar com o cotidiano e com as diferenças que surgem em cada região em que as escolas são instaladas por um contexto conflituoso que vai do

simples preconceito religioso às políticas educacionais cristalizadas (ALEXANDRE et al, 2009, p. 01).

Para Baibichi-Faria e Soares (2008, p. 08), as crianças quilombolas na escola são excluídas por diversas questões:

Ao ingressar na Escola as crianças negras quilombolas vão percebendo que ao mesmo tempo em que são acolhidas naquele espaço, são excluídas, não somente pelo fato os/as colegas atribuírem diversos apelidos pejorativos em relação a sua pertença, mas também porque a cultura escolar lida com as diferenças (étnica, gênero, etc.) como algo muito próximo de um defeito, quando não as assinala como um defeito, como algo fora da norma, e quando se trata de representações alusivas a etnia negra a diferença capturada sinaliza para um grupo caricato, desajeitado, um grupo desenhado estrategicamente para despertar risos e deboches, portanto, são representações ou histórias contadas que invalidam as auto-imagens dessas crianças. Assim, surge na Escola o desejo de mimetizar-se, a vontade de ser igual, ou parecido com aqueles/as que colocam apelidos sempre baseados nos traços fenotípicos como a cor da pele e a textura do cabelo.

A educação formal das crianças, jovens e adultos da comunidade do Cedro, ocorre em Mineiros. Desta forma para que as pessoas possam estudar, têm que se deslocar diariamente 5 quilômetros até o centro urbano mais próximo, o que favorece em grande parte o baixo nível de escolaridade entre as crianças, jovens e adultos. O transporte desses estudantes é feito sob a responsabilidade do Governo Estadual em parceria com a prefeitura, já que a escola de ensino fundamental está desativada e é de responsabilidade do Governo Municipal.

A Escola Municipal Rural de 1º Grau Gabriel Caetano dos Santos, criada em 1978 e mantida pela prefeitura por muito tempo, foi desativada há cinco anos. Porém essa desativação foi ocorrendo gradativamente: após funcionar diurnamente por muitos anos, as aulas na escola passaram a ocorrer apenas no turno noturno com uma sala de alfabetização para as pessoas mais idosas da comunidade, antes de ser desativada por completo. Atualmente não há nenhuma destinação de uso para o prédio da escola, que está abandonado e se deteriorando. Porém na área da escola, os cedrinos, que tem as suas terras muito reduzidas, estão ocupando deste espaço para pequena produção agrícola.



Figura 22: Acesso a escola cedrina
Autor: Jesiel Silva



Figura 23: Escola desativada na Comunidade do Cedro
Autor: Jesiel Silva

Nas residências alvo desta pesquisa, foi constatado que existe um grande número de crianças e jovens que diariamente traça o caminho da comunidade até a cidade de Mineiros para estudar. A maior queixa destes estudantes é em relação à distância e o tempo de deslocamento.

Outro problema existente na escolarização cedrina é o fato que a educação recebida fora da comunidade, no caso na cidade de Mineiros, não leva em conta a cultura local e se coloca fora do contexto sócio-econômico da comunidade cedrina. A escola nas comunidades quilombolas deve ter suas especificidades em vários campos, inclusive o cultural, diferente do processo em outras comunidades, como a urbana. Silveira (2009) exemplifica isso ao afirmar estudos em comunidades quilombolas tem mostrado que a escola na comunidade tem seu próprio calendário escolar, resguardando os dias santos significativos para os indivíduos da localidade.

Mesmo observando um diálogo entre a comunidade e a escola, para Alexandre et all (2009), as escolas ainda não abordam as manifestações culturais (mitos, personalidades, danças, comidas típicas, identidade social e etno-racial) em suas práticas pedagógicas.

Mesmo quando a escola da comunidade ainda era um pequeno grupo escolar e funcionavam dois turnos – matutino e vespertino – alguns alunos estudavam na cidade de Mineiros. Um dos principais problemas era o calendário escolar, pois para estes alunos, o ano escolar está na dependência do plantio e da colheita, onde os cedrinos conhecem o trabalho antes da

cartilha, sendo o trabalho constante em sua vida e o estudo é abandonado desde cedo no desempenho da sobrevivência (BAIOCCHI, 1983).

Esta condição escolar, como salienta Passos (2009), além de estagnar irá ter uma séria influência no desenvolvimento econômico destas comunidades, sendo um fator da não permanência dos jovens, sendo estes obrigados a buscar sobrevivência nos centros urbanos e não mais continuam seus estudos, tornando um fator constante e presente em grande parte destas comunidades negras rurais em todo território brasileiro. Este grave problema educacional nas comunidades quilombolas influencia no alto índice de analfabetismo entre a população adulta, levando a uma falta de representatividade social e política de suas lideranças, o desconhecimento de seus direitos e políticas públicas.

4.3.7 Características Econômicas

Em relação ao número de pessoas que contribuem com a renda familiar, na maioria dos domicílios, 14 (56%) dos informantes declararam que duas pessoas complementam a renda familiar; 7 (28%) declararam que apenas uma pessoa contribui para a renda familiar e 4 (16%), declararam que a renda familiar vem de 3 a cinco pessoas. Em nenhuma residência a renda vem de mais de cinco indivíduos.

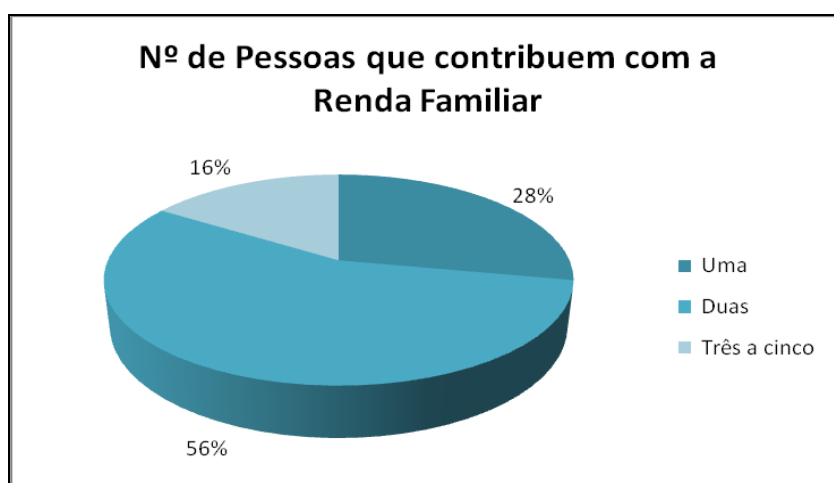


Figura 24: Número de pessoas que contribuem para a renda familiar

Quanto ao rendimento mensal da família, 10 (40%) declararam ganhar entre um e dois salários mínimos; 8 (32%) afirmaram ganhar até um salário mínimo; 7 (28%) declararam que a renda familiar está entre 3 e 4 salários mínimos; e nenhum dos entrevistados declarou ter a renda familiar maior do que 5 salários mínimos.

A principal atividade econômica da Comunidade do Cedro é a agricultura, baseada na mão-de-obra familiar, constituindo a maioria dos cedrinos em verdadeiros camponeses. Porém, por não existir uma política local voltada para a promoção da sustentabilidade econômica desta comunidade, muitas famílias retiram-se de forma temporária ou permanente em busca de melhores condições de vida.

Em relação ao emprego da pessoa responsável pela maior renda da família, nos deparamos com um grande número de pessoas dependendo de aposentadorias. Das 25 residências entrevistadas, 11 (44%) tem a principal renda vindo de aposentadorias; 9 (36%) de trabalho por conta própria e 5 (20%) de trabalhos prestados em empresas privadas, não apresentando nenhuma renda vinda de funcionários municipais, estaduais ou federais e tampouco vinda de alguma bolsa ou programa governamental. As profissões em empresas particulares foram: guarda noturno, operador de máquinas agrícolas, doméstica, pedreiro e auxiliar de serviços gerais. Entre os que trabalham por conta própria, todos se declararam agricultores.

Os jovens que trabalham fora da comunidade, quando perguntado do motivo que os faz procurar alternativas de trabalhos nos centros urbanos, geralmente estes justificam que o motivo é “melhorar suas rendas familiares” ou “visar um futuro melhor”.

Dos 25 entrevistados, 22 (88%) afirmaram não sair ninguém do lote temporariamente para outras regiões ou cidades próxima a comunidade, porém em 3 (12%) domicílios há a migração sazonal principalmente em época de plantio ou colheita em lavouras da região ou em outros municípios. Mesmo em pequenos números, estes dados refletem como a modernização da agricultura refletiu nas formas de trabalhos cedrinas.

Baiocchi (1983, p. 96), identifica que a população do Cedro achava-se ligada ao município de Mineiros pelo processo de trabalho, sendo que há mais de 100 anos, gerações de cedrinos serviam aos coronéis e os fazendeiros da

região, “fazendo brotar do solo, domado e plantado, o alimento para os colonizadores da região, além de “faiscar” no Rio Verde, em busca de diamantes, e tratar da criação”.

Hoje se percebe esta ligação com a cidade de Mineiros, principalmente pelo trabalho urbano e pelas dependências dos serviços básicos como comércio, saúde e educação inexistente dentro da comunidade. Das 98 pessoas residentes nas unidades domiciliares entrevistadas, 70 pessoas se encaixam na população economicamente ativa⁹, representando um percentual de 71,43%; e 28 estão caracterizadas como população não - economicamente ativa, representando um percentual de 28,57 da população das unidades domiciliares visitadas. Da população economicamente ativa, 63 estão na condição de ocupada¹⁰ sendo que 39 (55,71) mantêm trabalho interno na propriedade e 24 (34,29) mantêm trabalho externo; e 7 (10%) estão desocupadas¹¹. Todos os 24 trabalhadores externos trabalham na cidade de Mineiros exercendo algum tipo de atividade remunerada, estabelecendo uma grande relação de dependência destes moradores com o centro urbano.

Tabela 12: População Economicamente Ativa e Não Economicamente Ativa

População Ocupada		População Desocupada	Total
Interno	Externo		
39	24	7	28

4.3.8 Características das Propriedades e Produção Cedrina

A terra para a comunidade do cedro representa a sua sobrevivência como grupo étnico, tendo um valor sagrado que liga seus moradores a sua origem ancestral “Chico Moleque” (BAIOCCHI, 1983).

⁹ Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. (15 anos ou mais).

¹⁰ Aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

¹¹ Aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Em relação ao tamanho das propriedades na comunidade do cedro, mesmo muitos não sabendo ao certo o tamanho de seu lote em razão principalmente da divisão familiar e venda, os que conseguiram dizer, os tamanhos ficaram em uma média de dois hectares. O pequeno tamanho destas parcelas de terras confirma o que foi dito por Ioris e Pio (1999, p. 16), que os cedrinos detêm uma pequena propriedade, que ao ser sendo dividida geração após geração.

A delimitação de algumas propriedades, principalmente aquelas que fazem divisa com algum parente familiar, não possuem barreira física como cercas de muros, porém quando perguntado onde passava a divisa do lote, as pessoas sabiam bem onde era a divisa, em muitos casos utilizando algum elemento da natureza para delimitar a sua área.

Em 14 propriedades (56%), não passam nenhum curso d'água; em 11 (44%), passam algum curso d'água ou existe alguma represa, constituindo assim a existência de água dentro da propriedade. Porém todas as propriedades que não tem nenhum curso d'água, recebe a água encanada, a conhecida "água da rua" que é servida pela SANEAGO, sendo assim a principal fonte de água para uso doméstico. Em 14 propriedades a água para uso de animais e plantações é a água servida pela SANEAGO; e em 11 propriedades a água vem de algum curso d'água dentro da propriedade. Todos os informantes afirmaram que a quantidade de água é suficiente para uso doméstico e na produção dentro da propriedade.

Quanto a qualidade da água, 20 entrevistados (80%) afirmaram que a água é de boa qualidade e 5 entrevistados (20%), afirmaram que a água não é de boa qualidade. Todos os entrevistados que afirmaram que a água não é de boa qualidade, usa água encanada e o principal problema é a alta quantidade de cloro presente na água encanada.

Na comunidade do Cedro, algumas propriedades sofrem com sérios problemas erosivos, como mostrados nas Figuras 25 e 26. Do universo amostral desta pesquisa, 17 entrevistados (68%) afirmaram não haver nenhum problema erosivo dentro do lote. Porém 8 propriedades (32%) sofrem com o problema de erosão que vão carreando o solo e deixando as áreas improdutivas. As principais medidas de contenção destas erosões estão sendo as plantações de árvores, colocação de manilhas e sacos de areia em áreas

para impedir o carreamento do solo. A maioria das ações de contenção e recuperação destas áreas que estão com intenso processo erosivo está sendo implantada por meio do projeto Vida Verde ao Cedro.



Figura 25: Erosão na Comunidade do Cedro
Autor: Jesiel Silva



Figura 26: Erosão na Comunidade do Cedro
Autor: Jesiel Silva

O projeto Vida Verde ao Cedro, tem como principal objetivo recuperar APP-Áreas de Preservação Permanente na Comunidade do Cedro, reativando os quintais dos moradores mediante técnicas de permacultura e da implementação de um viveiro, além de várias oficinas de artesanatos objetivando a capacitação para inserir seus produtos no mercado e gerir profissionalmente seus projetos. Desta forma o projeto Vida Verde ao Cedro, estimula um modo mais sustentável do uso dos recursos naturais do Cerrado, valorizando os conhecimentos tradicionais da comunidade para melhoria da qualidade de vida de seus moradores.



Figura 27: Plantio em área de proteção permanente, às margens do Rio Verde
Fonte: Oreades

A proposta desse projeto é viabilizar apoio técnico para que a comunidade inicie um programa piloto de avaliação, conscientização, elaboração e implantação de ações para a recuperação e manejo das áreas que explora a produção de medicamentos e doces tradicionais. A estratégia é construída por meio da integração da comunidade, que ocorre mediante atividades de planejamento e avaliações participativas, das ações de educação ambiental, do programa de capacitação em novas técnicas de cultivo e uso da terra, e da construção de um plano de negócios para comercialização dos produtos. O projeto é realizado em parceria com o FNMA-Fundo Nacional do Meio Ambiente e PPP-Programa de Pequenos Projetos e CI-Conservação Internacional (OREADES, 2009).



Figura 28: Mutirões em quintais da comunidade do Cedro
Fonte: Oreades

Os quintais das propriedades mostram uma extensa variedade de produtos. Os quintais agroflorestais na comunidade se constituem ao redor das residências em uma associação de espécies florestais, perenes, anuais, medicinais, agrícolas, ornamentais e de criação de animais, em um espaço comum sem organização, sendo algumas espécies somente como adubo verde e proteção do solo.

Esses quintais podem ser considerados de múltiplos usos. Oferecem uma variedade de benefícios para a população local, contribuem para a economia regional através dos produtos oferecidos; causam impactos mínimos sobre o meio ambiente ao desempenhar várias funções ecológicas, como benefícios hidrológicos, modificações microclimáticas, controle da erosão do solo e conservação dos recursos genéticos; conservação dos recursos vegetais

e diversidade cultural, fundamentada no saber e na cultura dos moradores locais, principalmente aos serem utilizados como espaço para atividades de trabalhos, encontros, rezas, festas e cerimônias; além de utilizar os insumos naturais promovendo o fortalecimento do espaço ocupado com variedade de plantas (PASA, SOARES; GUARIM-NETO, 2005). Neste sistema os cedrinos plantam uma grande variedade de produtos para obter uma produção balanceada ao longo do ano, refletindo a necessidade básica de cada família.

Dentre essas variedades, as frutíferas, principalmente a manga, goiaba, laranja e limão, se constituem um grande potencial econômico para a comunidade, mas apesar de haver uma grande variedade de frutas e produção no quintal, raramente se vende o que é produzido ali. Porém essa produção é uma importante fonte complementar para a subsistência da família, se constituindo em uma fonte de segurança alimentar familiar, onde se encontra além de variados alimentos, criações de animais.

Dados semelhantes, onde as frutíferas se destacam nos quintais como importante fonte alimentar, foram registrados por Pasa, Soares e Guarim-Neto (2005) na comunidade Conceição Açú em Mato Grosso.



Figura 29: Agrofloresta Cedrina
Autor: Jesiel Silva



Figura 30: Quintal Cedrino
Autor: Jesiel Silva

Em todas as propriedades encontramos quintais variados, manejados apenas para subsistência e se bem aproveitados poderão se tornar uma fonte de renda para as famílias. Foram identificadas 36 espécies frutíferas nos quintais das 25 unidades familiares visitadas pertencentes a 19 famílias. Quatro famílias se destacaram em números de espécies: Rosaceae, Anacardiaceae,

Myrtaceae e Rutaceae, representando 48% do número total de espécies identificadas nos quintais.

Tabela 13: Relação de espécies frutíferas encontrada nos quintais na Comunidade do Cedro

Nome vulgar	Nome científico	Família
Abacate	<i>Persea americana</i> Miller	Lauraceae
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill	Bromeliaceae
Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	Malpighiaceae
Ameixa	<i>Prunus</i> SP	Rosaceae
Amora	<i>Morus nigra</i> L.	Moraceae
Araticum	<i>Annona montana</i> Macf.	Annonaceae
Banana	<i>Musa</i> spp.	Musaceae
Cajá	<i>Spondias dulcis</i> Forst. (<i>S. cytherea</i> Sonn.)	Anacardiaceae
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	Oxalidaceae
Cereja Doce	<i>Prunus avium</i> L.	Rosaceae
Cirigüela	<i>Spondias purpurea</i>	Anacardiácea
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	Arecaceae
Fruta-do-conde	<i>Annona squamosa</i> L.	Annonaceae
Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i> (Park) Fosberg.	Moraceae
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	Myrtaceae
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae
Ingá	<i>Inga edulis</i> Mart.	Mimosaceae
Jabuticaba	<i>Myrciarias cauliflora</i> Berg	Myrtaceae
Jaca	<i>Autocarpus integrifolia</i> Forst	Moraceae
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i> L.	Myrtaceae
Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (Linn.) Osbeck	Rutaceae
Lima	<i>Citrus aurantifolia</i> (Chrism.) Swiing	Rutaceae
Limão	<i>Citrus limon</i> (Linn.) Burn	Rutaceae
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Passifloraceae
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Caricacea
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	Anacardiaceae
Marmelo	<i>Cydonia vulgaris</i> T.	Rosaceae
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad	Cucurbitaceae
Pêssego	<i>Prunus persica</i>	Rosaceae
Pitanga	<i>Stenocalix pitanga</i> Berg	Myrtaceaea
Romã	<i>Punica granatun</i> L.	Puniaceae
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.	Caesalpiniaceae
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Rutaceae
Umbú	<i>Spondias tuberosa</i> Arruda	Anacardiaceae

Os cedrinos praticam uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar. Quanto a produção das propriedades, 19 entrevistados (76%) afirmaram usar técnicas orgânicas na produção de alimentos e 6 (24%) afirmaram não usar nenhuma técnica de produção orgânica. Porém o número de insumos químicos é muito limitado dentro da comunidade coexistindo as formas tradicionais de manejo do solo e baixo uso de insumos e maquinários agrícolas. Esta forma de

manejo adota técnicas desenvolvidas no passado com características menos agressivas à natureza e adaptadas às condições locais de manejo e uso do solo.

Existe uma preocupação entre os cedrinos, com a poluição e conservação do Cerrado, onde se percebe uma especificidade cedrina na forma de lidar com a terra e com o meio onde eles estão inseridos.

Nenhuma propriedade da comunidade tem certificação de produção orgânica. Dos 19 informantes que produzem por intermédio de técnicas de manejo orgânicas, 16 (84%) disseram utilizar a rotação de cultura dentro da propriedade; 11 (69%) utilizam composto, biofertilizantes ou húmus na produção e 12 (75%) utilizam o plantio direto. Os restos de alimentos e lixo orgânico são utilizados na produção de biofertilizantes.

Nas plantações os cedrinos seguem o calendário agrícola local e regional baseados nas condições do tempo e clima da região, fatores que influenciam na produtividade.

Vários moradores do Cedro utilizam formas sustentáveis também na produção animal. Entre as formas de manejo animal, está o combate à mosca do chifre com ervas e a utilização de vermífugo animal através de raízes de algumas plantas medicinais.

Os cedrinos produzem alimentos principalmente para a subsistência, sendo que 83% dos entrevistados afirmaram que a produção do lote é apenas para o autoconsumo e 17% afirmaram que a produção principal é para venda. Porém mesmo os que afirmaram produzir para o autoconsumo, colocam o excedente no mercado. Os principais produtos nos roçados do Cedro são: arroz, feijão, amendoim, cana-de-açúcar, milho e hortaliças.

A horta é o espaço onde principalmente as mulheres plantam, cuidam e colhem; esse espaço é mantido sempre nas proximidades das residências, onde é comum encontrar, quiabo, jiló, repolho, batatinha, alface, rabanete, cenoura e beterraba.

O comércio da produção ocorre sem a presença do atravessador, sendo feita por meio da venda direta ao consumidor na feira livre em Mineiros e na própria propriedade. Estes dados corroboram Ioris e Pio (1999), que afirmam que os cedrinos cultivam seus quintais e roçados com produtos horti-fruti-granjeiros e vendem parte da produção.



Figura 31: Roçado Cedrino
Autor: Jesiel Silva



Figura 32: Roçados Cedrino
Autor: Jesiel Silva

Nos cuidados dos roçados é dispensada uma gama de trabalho, desde o plantio até a colheita, principalmente com a limpeza do local com frequências diárias. Geralmente as sementes e as mudas de algumas espécies, como a mandioca, são obtidas na própria propriedade. A troca de sementes entre os vizinhos e parentes são muito comum, diminuindo a compra de sementes e mudas, quase inexistente no Cedro.

Cerca de 80% das propriedades produzem roçados todos os anos e 5 (20%) não produzem todos os anos, sendo que o fator principal para que as roças não seja plantadas anualmente, é a falta de mão de obra, pois nessas propriedades existe um reduzido número de pessoas que trabalham na própria propriedade e um grande número de pessoas idosas que sobrevive principalmente da aposentadoria.

As criações animais se reduzem principalmente a galinhas e porcos, sendo esses últimos para carne e banha. Em pouquíssimas propriedades se encontram algum animal bovino servindo para a produção de leite para compor a base alimentar da família e ou para ser vendido para a COMIVA - Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia ou indústria da Nestlé, em Jataí.

Todos os entrevistados afirmaram consumir produtos de seus quintais e roçados, porém nem todos os produtos consumidos pelos cedrinos vêm de seus quintais e roçados, sendo complementados com produtos comprados na cidade.

Somente em 4 propriedades (12%) os entrevistados afirmaram trabalhar com artesanatos, principalmente os feitos da folha de bananeira. Estes são vendidos diretamente ao consumidor.

Quanto a proposta de venda da propriedade, 18 entrevistados (72%) disseram já ter recebido alguma e 7 entrevistados (28%) desconhecem alguma proposta de venda recebida pela família. As principais razões de não vender o lote estão o fato de não gostar da cidade; a terra ser a herança deixada pelos pais e que serão deixadas para os filhos; apego ao local e o fator da terra ser instrumento de sobrevivência. O fator dos cedrinos manter uma relação de apego com a terra é observado principalmente entre os mais idosos, como observado na seguinte frase de um cedrino:

Eu amo o Cedro. Se eu não amasse eu não estaria aqui. Eu já tive muitas oportunidades para ir embora daqui, mas eu não penso em ir embora daqui. (Cedrino, 71 anos)

Os cedrinos desejam que seus filhos continuem na comunidade, para dar continuidade a cultura, ao trabalho, a terra e seu modo de vida, mostrando grande apego à terra.

As mudanças ocorridas no Cedro nas últimas décadas têm levado a vários problemas como empobrecimento econômico, social e cultural. Na comunidade, nas décadas de 1980 e 1990 um grande número de pessoas se mudou para os centros urbanos, sendo Mineiro o principal receptor dessa população que saiu do campo para as cidades. Este fato foi causado principalmente por trabalho, venda da terra e casamento, que torna o espaço de produção menor dentro das propriedades. Desses moradores que saíram da comunidade nesta época, é comum ouvir dizer que a “terra ficou pequena”, se referindo ao aumento da família, com casamento e nascimentos. Porém um fator que causou a maior expulsão dos cedrinos para os centros urbanos foi a venda da terra ou de parte dos lotes, causando a diminuição do mesmo e impossibilitando a produção, até mesmo para subsistência dentro da comunidade, fazendo com que essas pessoas saíssem da comunidade em busca de melhores condições habitacionais, indo de encontro com o que afirmou Silva (2003), é visível o processo de empobrecimento dos cedrinos e grande parte dessa população, principalmente a que não tem mais terras é vítima de pobreza, da má alimentação e condições precárias de habitações.

Suas terras sempre se reduzindo pode depauperar, erradicando assim valores locais.

Este empobrecimento ligado ao fato de inexistência de políticas públicas voltadas à comunidade leva praticamente ao abandono de algumas áreas dentro da comunidade onde as famílias, não conseguindo produzir ou sobreviver da pequena parcela de terras e sem nenhum auxílio através de políticas públicas, deixam a unidade domiciliar e vão morar nas cidades, deixando as residências abandonadas. Essas famílias “optam” por tentar a vida fora da comunidade, achando que o meio urbano poderá trazer melhores condições de vida, muitos, sem nenhuma oportunidade se instalam na periferia de Mineiros e vão executar trabalhos sob precárias condições, outros conseguem voltam a comunidade.

Algumas famílias, além de manter suas propriedades no Cedro mantêm também residências na cidade, trabalhando para terceiros ou até mesmo para os filhos morarem e estudarem durante a semana.

Percebe-se que a falta de assistência técnica é um entrave ao desenvolvimento da comunidade, onde 76% afirmaram não receber nenhum tipo de assistência técnica e apenas 26% afirmaram receber assistência técnica, mas se resumindo em apenas algum período em que é implantado algum projeto dentro da comunidade.

No ano de 2008, um grupo de 11 famílias cedrinhas, que tinha experiência na produção de rapaduras, se uniu e formou o grupo do Engenho São Rafael, construindo dentro de uma das propriedades associadas, uma pequena indústria de rapaduras e açúcar mascavo, sendo que a primeira, ocorrida em 2009, foi em caráter experimental.

Esta é uma forma de resgate cultural dentro da comunidade do Cedro, pois todas as onze famílias que participam deste projeto têm experiência com produção de rapaduras e açúcar, seja quando pequenos ajudando os seus pais ou mesmo adulto produzindo em seus lotes.

De março a novembro, considerada a época da “seca” a produção é contínua, pois é o momento em que a cana está doce, própria para fazer rapaduras e açúcar mascavo. As rapaduras são produzidas de vários tipos: a pura, com apenas o melado da cana; com mamão; com leite; com amendoim; com amendoim e leite; e com barú.

A plantação de cana para o engenho será em todas as 11 propriedades que participam do projeto, sendo que as famílias plantam de acordo com o tamanho de seus lotes e suas limitações, não tendo uma cota determinada de produção a ser entregue. A produção de rapaduras e açúcar é feita pelas famílias que são sócias do projeto, que além de já ter um conhecimento tradicional do modo de produzir, receberam treinamentos, através de ONGs, obtendo técnicas de melhoramento do produto final. Desta forma além de ter uma renda com a venda da cana, as pessoas têm uma renda obtida do trabalho prestado na produção no engenho, onde não há contratação de mão-de-obra externa, pois as próprias famílias associadas trabalham na produção.

A qualidade do produto favorece a comercialização da produção na própria comunidade. Os produtos, ao serem disponibilizados para a venda sem a presença dos atravessadores, fazem diminuir a vulnerabilidade dos associados do empreendimento coletivo. Quando o engenho estiver atuando em sua capacidade total, a meta é atingir uma produção de 1000 rapaduras de 50 gr por mês.

Outro objetivo do projeto é atingir outras famílias que não fazem parte da associação, para que estas possam entregar mamão e amendoim para a produção no engenho. Os associados pretendem trabalhar de uma forma mais sustentável e com produção orgânica para que em curto prazo venham receber o selo da rapadura orgânica. Para isso técnicas orgânicas já estão sendo utilizadas como o uso do bagaço como lenha e as cinzas utilizadas na fertilização do solo.



Figura 33: Acúmulo de Bagaço no Engenho São Rafael
Autor: Jesiel Silva

Além do resgate cultural regional, esse projeto está favorecendo o resgate cultural regional ao receber escolas que visitam o local com o objetivo de mostrar aos alunos, como se dá o processo de produção do açúcar mascavo e rapaduras, pois mesmo sendo um produto tradicional na cultura da região, a maioria dos jovens e crianças nunca viu como ocorre o processo de produção destes produtos. Desta forma, a construção do engenho não está voltada apenas para o mercado, mas para o fortalecimento das práticas tradicionais, manutenção e fortalecimento das raízes culturais cedrinhas e a relação social e conservação da natureza, principalmente através dos princípios da agroecologia, bastante difundido na implantação do projeto.

Nas metas de longo prazo, pretendem-se abranger a produção de outros tipos de doces, geléias com frutas do cerrado, principalmente as frutas da época, licores e vinhos naturais. O projeto do Engenho São Rafael faz parte do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP, que tem o objetivo de apoiar projetos de organizações não governamentais e de base comunitária no desenvolvimento de ações sustentáveis e coordenado técnico-administrativamente pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

4.3.11 Aspectos de Saúde em Cedro

A cidade de Mineiros é considerada na região como “cidade saúde”, em referência ao grande número de hospitais e profissionais da saúde que atendem na cidade. Porém na comunidade do Cedro, não existe nenhum posto médico. Um dos locais onde os cedrinhos são atendidos é o Posto de Saúde Raul Brandão e Castro, que está localizado em um bairro na periferia de Mineiros, próximo à comunidade. Os especialistas que atendem no posto de saúde são: um ginecologista, dois pediatras e um clínico geral.

A falta de um posto de saúde no Cedro corrobora com o que foi afirmado por Baiocchi (1983), que a comunidade cedrina, vive marginalizada da medicina científica. Um dos fatores que contribuem para essa marginalização em relação aos serviços de saúde é porque mesmo a cidade sendo considerada “cidade saúde”, os serviços de qualidade eram oferecidos somente na rede particular, não tendo serviços de qualidade na rede pública.

Isso acabou privando os cedrinos de ter acesso à medicina científica por muitos anos, sendo que somente na última década houve um maior investimento nos serviços públicos de saúde municipal. Assim, verifica-se de acordo com Pilla, Amorozo e Furlan (2006), que mesmo o sistema de saúde oficial sendo estendido atualmente às zonas rurais, ele não consegue atender de forma eficiente à demanda e essas populações rurais não têm poder aquisitivo suficiente para procurar o sistema de saúde particular, além dos elevados valores dos medicamentos industrializados.

Todos os entrevistados que buscam atendimento médico em caso de doença na família, afirmaram ir à rede de saúde pública. Na comunidade existe um agente de saúde, que faz visitas diariamente à comunidade, porém seus serviços ficam restritos apenas a marcação de consultas para as pessoas acometidas de algumas enfermidades. Em sua maioria, as visitas dos cedrinos aos médicos ficam restritas apenas às vacinações nos postos de saúde.

Para Baiocchi (1983, p. 128), “a doença para o cedrino, refere-se à sintomatologia aparente. O que não dói, não é visível ou atrapalha os afazeres, não corresponde a uma doença.”.

A Tabela 14 apresenta as doenças que mais atingem as famílias dos entrevistados. Entre os cedrinos, destacam-se doenças como: gripe (80%), hipertensão (68%), diabetes (60%), osteoporose (52%), glaucoma (44%), sinusite (32%) e bronquite (32%).

TABELA 14: Principais Doenças na Comunidade do Cedro

Doenças
Gripe
Hipertensão
Bronquite
Glaucoma
Sinusite
Pneumonia
Gastrite
Anemia
Catapora
Dor de Barriga
Verminose
Reumatismo
Problemas de Coluna

Osteoporose
Problemas Cardíacos
Problemas Respiratórios
Diarréia
Diabetes

Para o agente de saúde da comunidade¹² no Cedro existem 42 idosos e as doenças principais são hipertensão, diabete, osteoporose e glaucoma (pressão ocular), em razão de serem doenças que afligem as pessoas mais velhas, tendo uma ligação direta com o grande número de pessoas idosas no cedro, podendo a hereditariedade ser a causa de muitos idosos estarem com glaucoma. Porém seria necessário um estudo mais aprofundado para comprovar esta hipótese.

4.4. ETNOBOTÂNICA CEDRINA

4.4.1. Centro de Plantas Medicinais

Centro de Plantas Medicinais do Cedro é resultado de um projeto com plantas medicinais implantado na comunidade em 1997. Porém a produção sistemática de medicamentos a base de plantas medicinais, se iniciou há mais de 20 anos, com os trabalhos da Pastoral da Criança e depois com o Movimento Popular de Saúde – MOPS, que incentivaram o aproveitamento de plantas medicinais nos tratamentos de saúde, reforçando a utilização dessas plantas para fins medicinais que já era difundida na comunidade através do conhecimento tradicional (IORIS; PIO 1999).

Inicialmente o grupo de mulheres preparava apenas lombrigueiro, xarope e multimistura. Este último um complemento alimentar a base de folha da mandioca, casca de ovo e farelo de arroz. Na manipulação destes medicamentos, cada uma das mulheres envolvidas levava um tipo de

¹² Entrevista em 22 de fevereiro de 2009

ingrediente e os remédios eram distribuídos de acordo com a necessidade de cada família. Como relatado por Ioris e Pio (1999), essas mulheres foram ampliando seus conhecimentos a partir de novos cursos e aumentando a produção desses medicamentos.

Deste modo, o Centro de Plantas Medicinais da Comunidade do Cedro, foi iniciado com o objetivo de aumentar os trabalhos com fitoterápicos que estavam sendo realizados dentro da comunidade, a fim de que mais pessoas tivessem acesso a esses medicamentos. O projeto foi iniciado por um grupo atuante dentro da comunidade: a agente de saúde da comunidade Lucely Moraes Pio, o pároco Dom Rui Duane Roy, a farmacêutica Maria Carolina Marques e a antropóloga Edvirges Ioris.

Como colocado por Ioris e Pio (1999) nas discussões realizadas por esse grupo, os trabalhos alcançados deliberavam sobre diversos aspectos: o primeiro em relação à questão de tratamento de saúde, sendo os fitoterápicos uma alternativa eficaz à indústria farmacêutica, produzindo medicamentos de boa qualidade e baixo custo; outro fator diz respeito à produção dos fitoterápicos na comunidade serem um meio de promover a valorização desses medicamentos e incentivar o manejo de forma sustentável; e nestas reuniões foi percebido que a produção desses medicamentos apresentou-se como um forte componente de mobilização social, onde se articulavam vários aspectos da comunidade, como aqueles ligados a conquistas de melhorias de vida para comunidade, como água, luz e telefone.

Porém a manipulação de medicamentos era realizada em locais inadequados à produção, levando a uma limitação de técnicas de preparação, manipulação e armazenamento, além de ser vulnerável à contaminação. Desta forma, foi elaborado o projeto de criação de um centro de plantas medicinais que para Ioris e Pio (1999), tinha como objetivo promover a melhoria da qualidade da produção, armazenamento e distribuição desses medicamentos; potencializar estas atividades, se tornando uma fonte de geração de renda e contribuir para o resgate e promoção das tradicionais formas de organização social e uso dos recursos naturais do Cerrado promovendo formas sustentáveis de vida e a conservação do meio.

Em 1998, após a conclusão da etapa inicial e formulação do projeto, o mesmo foi financiado pelo Programa de Pequenos Projetos – Fundos Para o Meio Ambiente Mundial (PPP/GEF).

Após grandes discussões sobre o local a ser construído, o Centro de Plantas Medicinais foi construído em uma área de ½ hectares doados por um fazendeiro que é um dos primeiros moradores de Mineiros a comprar terra em Cedro para criação de gado, o Centro foi inaugurado em 1º de novembro de 1998, sendo este espaço constituído de: um horto de plantas medicinais e uma mini-farmácia para manipulação de medicamentos que possibilitou a partir de 1999, atender a demanda da região com remédios populares.



Figura 34: Farmácia do Centro de Plantas Medicinais do Cedro
Autor: Jesiel Silva



Figura 35: Medicamentos a Base de Plantas Medicinais no Cedro
Autor: Jesiel Silva

A distribuição desses medicamentos se dá conforme a necessidade de cada família e o excedente é comercializado para as pessoas “de fora” da comunidade na própria farmácia de manipulação e em feiras locais e regionais. Além de servir os cedrinhos, os remédios servem a cidade de Mineiros e até outras cidades da região.

São cerca de cinco pessoas que diariamente trabalham na manipulação de medicamentos e antes passaram por cursos especializados, apresentando além do conhecimento tradicional, uma interferência externa principalmente em relação à legislação sanitárias.

No Centro de Plantas Medicinais do Cedro são produzidos xaropes para combater a anemia, antialérgico, expectorante, garrafadas para combater diversos tipos de infecções, gastrite, úlcera, alergia, antibióticos, xampu,

xaropes, pomadas, soluções tópicas cicatrizantes e comprimidos para tratamento de vermes, dentre outras doenças. Ao todo são mais de 75 formas de medicamentos por meio de plantas medicinais que são produzidos. As plantas mais utilizadas pela comunidade na produção de medicamentos é a sucupira (*Bowdichia* sp.) barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), mentrasto (*Ageratum conyzoides*), tanchagem (*Plantago major*) e velame (*Macrosiphonia velame*).

A manipulação de medicamento no Centro de Plantas Medicinais do Cedro se dá em processo de produção passando pelas seguintes etapas: observação do ambiente, coleta, seleção, lavagem, corte, secagem, embalagem, manipulação, envasamento, armazenamento, distribuição e/ou comercialização. Os cuidados existentes nestes processos desde a observação até comercialização são para manter a continuidade das espécies e para que sejam produzidos medicamentos de qualidade, sendo necessário ter atenção especial na lavagem, coleta, secagem, local e modo de armazenamento da matéria-prima e produto acabado, existindo uma sequência a ser seguida com cuidado para obter um bom medicamento.

O processo todo se inicia na observação da área de coleta, sendo que as plantas devem estar pelo menos dez metros das rodovias e estradas e longe das plantações que utilizam agroquímicos a fim de não haver contaminação no vegetal.

Depois de selecionada a área é feita a coleta, respeitando toda uma técnica de manejo: horário, quantidade de espécie, extração, modo de coletar raiz, folhas, além de utilizar os galhos, que têm os mesmos princípios ativos do caule, evitando assim o corte da planta e conseqüentemente a sua morte. O óleo é retirado com um pequeno furo na árvore por meio de um trado e uma mangueira pequena e ao final o pequeno furo é coberto com argila ou óleo de copaíba para a planta se recompor. A coleta de plantas é feita somente onde existem três ou mais plantas de uma mesma espécie. No caso das raízes não são coletada toda a raiz da planta, ficando parte para rebrotar. Todas estas práticas visam manter as espécies no ambiente onde as plantas são coletadas.

A comunidade busca trabalhar sempre com plantas da região, pois ao ser retirada do seu local e levada para outra região, a planta perde a energia que é o fator principal do remédio para os cedrinos.

Quando você vai fazer um tratamento você trabalha muito com energia, e não tem sentido eu pegar uma planta que não é aqui daqui e utilizar ela aqui. Porque a gente vai perder toda esta substância que é o mais essencial que é esta energia (Cedrina)

Após a coleta, é feita a seleção do material, descartando assim, algumas raízes e folhas que estão com algum problema, utilizando somente as folhas, raízes e galhos sadios e saudáveis. No caso das folhas, sem nenhum furo. As partes descartadas são depositadas em um local e depois incorporadas ao solo. Logo após é feita a lavagem do material coletado e selecionado, sempre com muito cuidado para manter os princípios ativos das plantas. Cada planta tem seu horário para ser colhida. Algumas antes das seis, outras depois das nove e outras depois das onze horas. As plantas que têm cheiro, como hortelã, alfavaca, manjeriço; devem ser colhidas antes das seis da manhã, em razão do óleo descer para a raiz ao receber a incidência do sol. Essas plantas ou folhas sendo colhidas em outro horário têm o perfume, mas não o princípio ativo medicinal, que é o óleo.

Cada planta tem seu ciclo e você tem que trabalhar todo o ciclo da planta pra você ter um bom remédio. Muita gente fala assim pra mim: a, eu estava gripada, tomei um chá de alfavaca e não valeu nada. Aí eu perguntei que horas você colheu e ela me respondeu: umas dez horas. Aí eu disse: então não ia valer nada mesmo porque não tinha nem um remédio neste horário. (Cedrina)

As raízes devem ser colhidas depois de meio dia, pois é onde o sol já incidiu sobre a planta e o princípio ativo já está na raiz. As cascas do caule e galhos devem ser colhidas entre nove e dez horas da manhã, pois é o período que o princípio ativo está nesta parte da planta.

A limpeza das plantas é feita com cuidado para não perder o remédio que está presente em determinadas partes. Para isso deve-se utilizar uma vasilha com água, pegar as partes mais limpas possíveis na hora da coleta, passar pela água e já seguir para a fase do corte.

Após o corte, o material vegetal vai para a secagem. Todo material é secado a sombra e em algumas exceções, ao sol antes das 10 horas. Depois da secagem o material é embalado, manipulado, envasado e comercializado na própria farmácia. Além de medicamentos produzidos na farmácia do Centro de Plantas Mediciniais, são produzidos doces de diversas qualidades em uma cozinha construída, própria para a fabricação desses.

Esse trabalho vem oferecendo à comunidade uma alternativa eficaz no tratamento de doenças, por meio de medicamentos de boa qualidade e preços acessíveis à população. A produção desses medicamentos e doces é uma alternativa para a geração de renda para a própria comunidade. O dinheiro gerado com a comercialização desses medicamentos é depositado na conta da associação e empregado na manutenção do laboratório, como compra de materiais, pagamento de energia, e viagem e cursos para as pessoas da comunidade.

Com apoio técnico da organização não governamental ambientalista Conservação Nacional (CI-Brasil), essa comunidade selecionou as áreas mais adequadas para realizar a coleta de plantas medicinais. Com isso, a comunidade está capacitada na realização de inventários florísticos/fitosociológicos para realizar a coleta de uma forma sustentável. A Comunidade do Cedro faz parte da Articulação Pacari, uma rede formada por grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais do Cerrado nos Estados: Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão. Recebe o apoio do IEEB/PADIS-Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável, da Fundação Emas e da Oreades Núcleo de Geoprocessamento.

Integrantes da Comunidade ministra cursos para a população local e da região dos municípios de Portelândia (GO) e Santa Rita (GO) e com os próprios Kalungas além de realizar um trabalho educativo nas escolas do município de Mineiros. Integrantes da comunidade fazem intercâmbio com outras comunidades quilombolas de outros municípios de Goiás, como Pombal, Minaçú, Silvânia, Cidade Ocidental, Santa Rita do Novo Destino, além das comunidades do Buracão e Kalungas.

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o uso de alguma parte de plantas (folha, casca, raiz ou flor) é chamado de “drogas vegetais” e reconhece que esse uso passa de geração em geração e que inaladas, ingeridas, usadas em gargarejos ou em banhos de assento, as drogas vegetais têm formas específicas de uso, tendo sua ação terapêutica totalmente influenciada pela forma de preparo (BRASIL, 2009).

Mesmo a medicina moderna se desenvolvendo em grande parte do mundo, a OMS, reconhece que existe grande parte da população dos países em desenvolvimento que depende da medicina tradicional para a sua atenção

primária, sendo que 80% utilizam práticas tradicionais nos seus cuidados básicos de saúde e 85% destes, utilizam plantas em suas preparações terapêuticas. A OMS reconhece a importante contribuição da medicina tradicional na prestação de assistência social, principalmente às populações que têm pouco acesso aos sistemas de saúde. Essa organização ainda solicitou que seus estados-membros intensifiquem a cooperação entre praticantes da medicina tradicional e da assistência sanitária moderna, especialmente ao emprego de remédios tradicionais na eficácia científica demonstrada, reduzindo os gastos com medicamentos e ainda sugeriu que os medicamentos tradicionais sejam aproveitados plenamente e que os produtos naturais, principalmente os derivados de plantas, “poderiam conduzir ao descobrimento de novas substâncias terapêuticas” (BRASIL, 2005).

As políticas de desenvolvimento e fortalecimento do uso de plantas medicinais devem reconhecer e promover a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais, respeitando a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional (BRASIL, 2005).

A agricultura familiar se desponta como uma das prioridades para desenvolvimento desta política, pois de acordo com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico (BRASIL, 2005), ela apresenta como vantagens a disponibilização de terras e trabalho; detenção dos conhecimentos tradicionais; experiência acumulada na relação com a biodiversidade e práticas agroecológicas voltadas ao atendimento dos mercados locais e regionais, bem como potencial de agregação de valor e renda nas cadeias e nos arranjos produtivos de plantas medicinais e fitoterápicos. O grande potencial da agricultura familiar neste setor está no fato de que dos 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuário, 4,1 milhões (8,5) são agricultores familiares, correspondendo a 2/3 dos empregos no meio rural e responsável pela maior parte dos alimentos produzidos diariamente. Dos 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 13 milhões trabalham em regime familiar.

Recentemente o INCRA desapropriou uma fazenda de 94 alqueires na cidade de Santa Rita do Araguaia, na divisa de Goiás com Mato Grosso do Sul e doou aos cedrinós. Já estão instaladas 11 famílias nesta área, que fica a 40 quilômetros da área urbana. O principal objetivo dessa doação é para que essa

área sirva de reserva de matéria-prima para a produção de medicamentos no Centro de Plantas Medicinais. Essa área fica a aproximadamente 80 quilômetros de Cedro sendo utilizado o mesmo manejo na coleta dessas plantas.

Porém, se por um lado se está resolvendo o problema da falta de matéria-prima para a produção de fitoterápicos com a disponibilização de áreas para coleta das plantas, por outro, pode se estar criando um problema ainda maior, retirando parte da população cedrina de sua área em Mineiros. Ao invés de ser retiradas famílias do Cedro para serem instaladas em outra área, deveriam ser investidos recursos em Políticas Públicas eficientes que garantam aos cedrinos, as condições necessárias de sobrevivência e reprodução da comunidade, em sua área de origem. A retirada de parte dos cedrinos para estabelecê-los em outro lugar é uma grave ameaça à continuidade da comunidade, representando uma desarticulação de um grupo que há séculos está estabelecido em um determinado espaço, com um território constituído.

O território cedrino, representa um território de luta contra um regime escravocrata, extremamente excludente. Nesse território as pessoas têm uma forte relação com o lugar, esse é um lugar de disputa e luta pela sobrevivência sua e de seus antepassados, onde ao longo dos anos se estabeleceu uma forte relação com terra, que poderá se perder com a saída de grande parte dos cedrinos.

4.4.2. Conhecimento Etnobotânico na Comunidade do Cedro

O conhecimento tradicional sobre plantas é vasto e se configura no único recurso que está ao alcance de várias comunidades rurais de países em desenvolvimento (PASA; SOARES; NETO, 2005).

Apesar de ser visível durante a pesquisa, que as plantas são utilizadas no Cedro, também para outros usos, como ornamentação, alimentação, fabricação de utensílios domésticos (cadeiras, mesas, bancos) e na fabricação de instrumentos de trabalho (cabos de enxada, cabo de foice), esse estudo enfatizou apenas as plantas que são utilizadas para fins medicinais, ou seja, as

espécies que são utilizadas em aplicações terapêuticas, incluindo além das indicadas para doenças correspondentes com a medicina oficial, as que têm função de proteção e que faz parte do universo da comunidade objeto dessa pesquisa, mas que não são conhecidas pela biomedicina como quebrante, malhado, olho gordo, inveja, sorte, atração de bons fluídos, entre outros.

A medicina popular cumpre um papel muito importante e fundamental na vida dos moradores da comunidade do Cedro. Baiocchi (1983) sustenta que como em todo o Brasil rural, a medicina popular cedrina apóia-se em recursos farmacopéicos e em recursos mágico-religiosos.

Dos 25 entrevistados, 13 (52%) afirmaram que em caso de doença na família, além de receber tratamento no posto médico ou hospital em Mineiros, fazem tratamento com remédios naturais; 06 (24%) afirmaram que na maioria das vezes apenas recebem tratamento no posto médico ou hospital em Mineiros e 6 (24%), apenas fazem uso de remédios naturais, desta forma 19 (76%) fazem uso de remédios naturais regularmente na prevenção de doenças na família. O maior índice de informantes que não utilizam plantas medicinais frequentemente no tratamento de doenças está entre os indivíduos mais jovens.

A maior resistência em procurar um médico se dá entre os mais idosos da comunidade. Entre esses entrevistados é comum ouvir que antigamente as doenças eram tratadas apenas na base de remédios “caseiros” a base de plantas medicinais.

A comunidade do Cedro acredita muito em remédio tradicional, remédio caseiro... Eu também gosto demais de usar e eu acho que ele é o remédio mais sadio, dificilmente vai fazer mal e eu gosto muito de usar estes remédios... Então é a tradição (Cedrino, 81 anos).

Essa resistência é devido à própria cultura de automedicação pela medicina popular e também pela privação dos serviços de saúde da medicina oficial.

Dos entrevistados que fazem uso de plantas medicinais nenhum deles afirmou fazer uso por indicação médica e 18 (94,76%), atribuíram o conhecimento de uso de plantas medicinais principalmente ao conhecimento tradicional familiar, ou seja, um conhecimento que passado, principalmente de forma oral aos descendentes; e apenas um (6,3%) atribuiu esse conhecimento principalmente aos contatos de fontes externas à cultura local, como por

exemplo, aos migrantes, veículos e comunicação e a cursos oferecidos. Assim percebemos a grande importância que os avós, pais e outra figura familiar, representaram para a manutenção desse conhecimento existente dentro da comunidade.

Durante a coleta de dados os informantes mais idosos, mostraram um maior grau de conhecimento etnobotânico, sendo esse mais acentuado entre os indivíduos do sexo feminino. Das unidades familiares entrevistadas as mulheres foram as responsáveis por mais de 70% do uso de plantas medicinais na família. Onde a disseminação do uso de vegetais para fins medicinais é feita por indivíduo do sexo masculino, esses são idosos e/ou moram sozinhos no lote.

O conhecimento repassado de geração a geração poderá se perder à medida que a urbanização da cidade se aproxima do Cedro, pois Veiga Júnior (2007), salienta que a urbanização e a migração da população rural para as cidades, levam a perda de conhecimento sobre as plantas medicinais. Isso se dá em razão do distanciamento das plantas, pois nas cidades as áreas onde as plantas possam ser reconhecidas e coletadas, são cada vez menores; e também por falta de interesse no aprendizado de suas propriedades. Desta forma, o conhecimento secular, acumulado ao longo dos anos vai se perdendo.

Para Amorozo (2002), a modernização traz novas concepções de cuidados de saúde e leva a uma desvalorização da cultura local à qual os jovens são o grupo mais sensível, reforçando a tendência à perda ou abandono das práticas tradicionais.

Na farmacopéia cedrina há indicações de plantas para fins terapêuticos, adquiridas pelo contato com outras comunidades, principalmente após a constituição do Centro de Plantas Medicinais do Cedro.

Foram citadas 94 espécies pelos 25 entrevistados, sendo classificadas em 46 famílias, sendo que as famílias mais representativas em números e espécies foram as Lamiaceae, com 12 espécies; Asteraceae, com 11 espécies; Moraceae, com 4 espécies; Caesalpiníaceae, com 4 espécies; Rutaceae, com 4 espécies. As outras espécies pertencem às seguintes famílias: Lauraceae, Malpighiaceae, Cruciferae, Caesalpinioideae, Malvaceae, Bixaceae, Liliaceae, Mimosoidea, Ruatceae, Palmacea, Musaceae, Portulacaceae, Chenopodiaceae, Anacaediaceae, Poaceae, Oxalidaceae, Bignoniácea, Meliaceae, Curcubitaceae,

Boraginaceae, Rubiáceae, Cecropiaceae, Apiaceae, Myrtaceae, Zingiberaceae, Pedaliaceae, Verbenaceae, Annonaceae, Solanaceae, Carcaeeae, Passifloraceae, Euphorbiaceae, Caryocaraceae, Piperaceae, Simaroubaceae, Caprifoliaceae, Fabaceae, Plantagináceae, Urticaceae, Scrophulariaceae e Apocynaceae.

Estudos etnobotânicos realizados em Jataí/GO, município vizinho a Mineiros (VIU et al, 2007); Uberlândia/MG (DAMACENO; BARBOSA, 2008); e em Conceição-Açu/MT (PASA; SOARES, GUARIM-NETO, 2007) mostraram que a maioria das espécies vegetais identificadas, também pertenciam à família das Lamiaceae e Asteraceae.

Quanto ao hábito de crescimento das plantas citadas, a maioria é herbácea (34 indicações), como mostra a Figura 36, seguidas pelas arbóreas (28 indicações), subarbustivos (15 indicações), arbustivas (14 indicações) e trepadeiras (2 indicações). A predominância de ervas citadas na utilização da medicina popular cedrina pode estar ligada ao fato da maioria delas, ser cultivada nos quintais, facilitando assim a sua obtenção.

Em outros estudos etnobotânicos, as herbáceas também apresentaram o maior número de espécies, como em estudos realizados por Medeiros, Fonseca e Andreatas (2004), no Estado do Rio de Janeiro; Silva, Dreveck e Zeni (2009) em Santa Catarina; e Monteles e Pinheiro (2007) em uma comunidade quilombola no Maranhão.

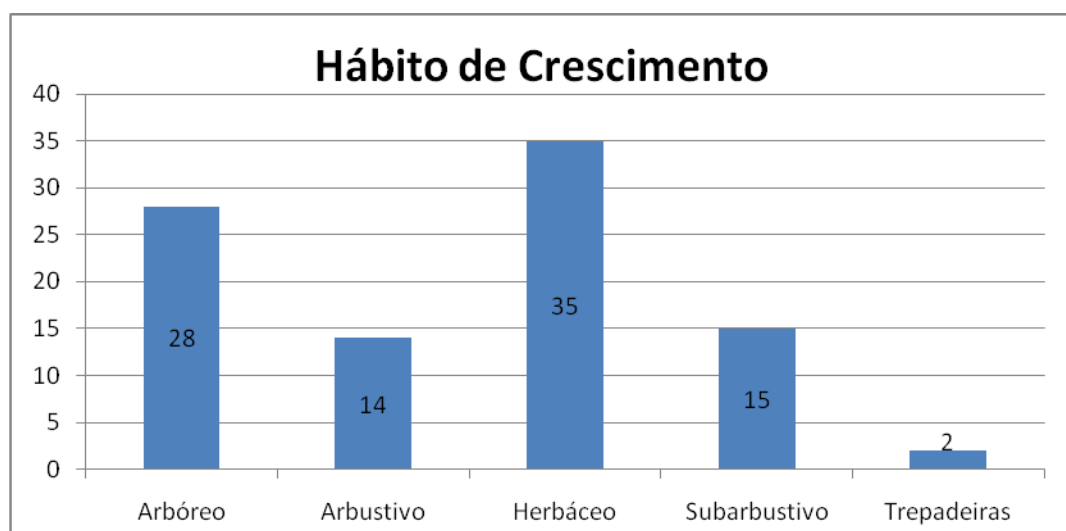


Figura 36: Hábito de Crescimento das Plantas Citadas

Em relação à disponibilidade no ambiente, a Figura 37 mostra que das 94 espécies citadas pelos informantes, 64 (68%) são encontradas exclusivamente em cultivos como roçados, hortas caseiras e quintais das propriedades; 25 (27%) são encontradas diretamente na natureza em áreas de Cerrado, através de coleta; e 5 (5%), são encontradas tanto nos cultivos, como de forma espontânea.

As plantas cultivadas encontram-se nos quintais das residências e se dividem em hortaliças, ervas e frutíferas. As principais hortaliças citadas foram: alface (*Lactuca sativa* L.), beterraba (*Beta vulgaris* L.), chuchu (*Sechium edule* (Jacq.) Sw), beldroega (*Portulaca olerace* L.) e couve (*Brassica oleraceae* L.).

As ervas cultivadas nos quintais de grande potencial medicinal para os cedrinos mais citadas foram: agrião (*Nasturtium officinale* R. Br), alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), alfavacão (*Ocimum gratissimum* L.), arnica (*Arnica montana* L.), arruda (*Ruta graveolens* L.), babosa (*Aloe Vera* (L.) Burm. f.), caferana (*Vernonia condensata* Baker), canela (*Cinnamomum zeylanicum* Breyn.), capim limão (*Cymbopogon citratus*), erva-cidreira (*Melissa officinalis* L.), erva doce (*Pimpinella anisum* L.), hortelanzinho (*Mentha Piperita* L.), losna (*Artemisia absinthium* L.) e sabugueiro (*Sambucus nigra* L.).

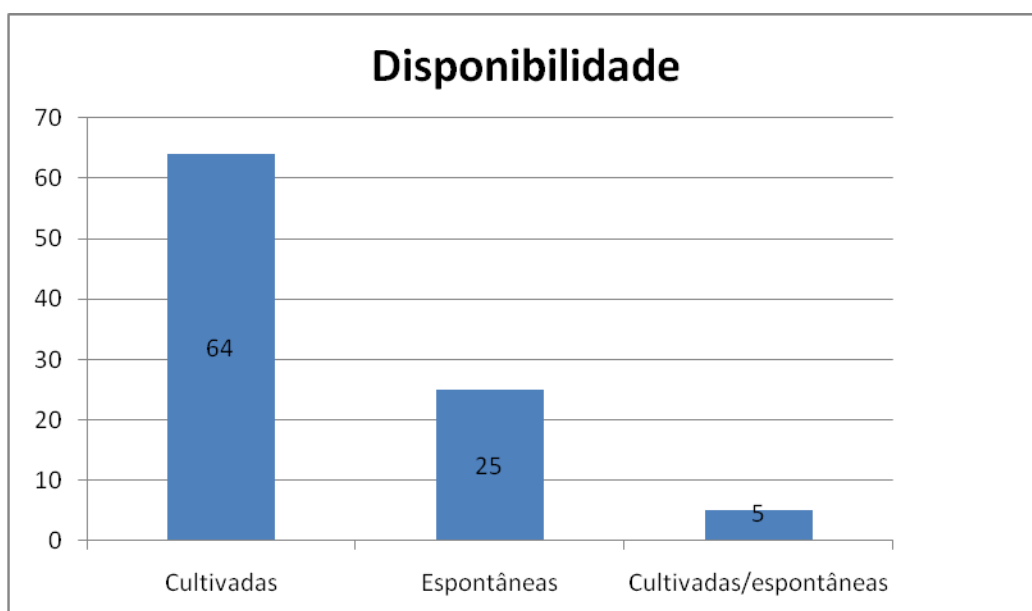


Figura 37: Disponibilidade no Ambiente das Plantas Medicinais na Comunidade do Cedro

As frutíferas, além de exercer uma importante função de suplementação alimentar, têm a função de oferecer material para utilização na medicina popular cedrina. As principais frutíferas, citadas pelos informantes de uso

medicinal foram: abacateiro (*Persea americana* Mill.), acerola (*Malpighia glabra* L.), laranjeira (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck), lima (*Citrus aurantifolia* (Christm.) Swingle), limão (*Citrus limonia* Osbeck), mangueira (*Mangifera indica* L.) e mamoeiro (*Carica papaya* L.).

Algumas plantas cultivadas em áreas de cultivo dos cedrinos também são utilizadas para fins medicinais, destas as mais citadas foram: cana de açúcar (*Saccharum officinarum* L.) e milho (*Zea mays* L.),

As espécies espontâneas mais citadas pelos entrevistados foram: algodãozinho-do-campo (*Cochlospermum regium*), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), cajuzinho-do-campo (*Anacardium humile* A. St. Hil.), carobinha (*Jacaranda decurrens*), carapiá (*Dorstenia brasiliensis*), copaíba (*Copaifer alangsdorffii* Desf.), douradinha (*Palicourea coriacea* Schum), embaúba (*Cecropia pachystachya* Trécul), jatobá (*Hymenaea courbaril* L), maminha-cadela (*Brosimum gaudichaudii* Tréc), pé-de'perdiz (*Croton antysiphiliticus* Mart.), pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess) e velame-branco (*Macrosiphonia velame* (A. St.-Hil.) Müll. Arg.).

A maioria das espontâneas se encontra em áreas de cerrado. Algumas plantas dificilmente são encontradas na região e estão desaparecendo rapidamente, como a maminha-cadela (*Brosimum gaudichaudii* Tréc) e cajuzinho-do - campo (*Anacardium humile* A. St. Hil.).

Isso se deu a partir da perda de grandes áreas da comunidade para os fazendeiros e coronéis da região para lavoura e uso urbano, restando apenas pequenas faixas de terras para o cultivo e habitação dessas pessoas. Assim, como afirmado por Amorozo (, 2002, p. 1), a alteração antrópica causada por modificações nos padrões de uso local dos ambientes naturais, onde crescem muitas espécies medicinais, em médio prazo, irá ocasionar uma redução na disponibilidade e no uso de plantas nativas e espontâneas para este fim.

Desta forma a perda dessa diversidade de espécie se deu principalmente em razão da pressão da especulação urbana e fundiária, que impõe sobre essas áreas um rápido processo de degradação e perda da biodiversidade.

Entre os cedrinos percebe-se a presença de técnicas de manejo adequadas na obtenção do produto de forma sustentável, sem agredir as

populações dessas plantas. Estas são técnicas regionais da época, hora e clima mais apropriado para a extração do material.

Os cedrinos utilizam várias partes dos vegetais para as preparações medicamentosas (figura 38), sendo as folhas a parte mais utilizada em 61 plantas; em 17 utilizam os frutos; em 11 as flores; em 8 a entrecasca; em 7 a casca do caule; em 7 as raízes; em 5 as sementes; em 5 o caule; em 5 a casca do fruto; em 2 os brotos; em 1 o bulbilho (dente); em 1 toda a planta; em 1 o leite; em 1 a estigma (cebelo) e em 1 a castanha como medicamentos. Desta forma evidencia que as folhas, flores, entrecasca e casca do caule são as partes mais utilizadas nas preparações terapêuticas na comunidade do Cedro.

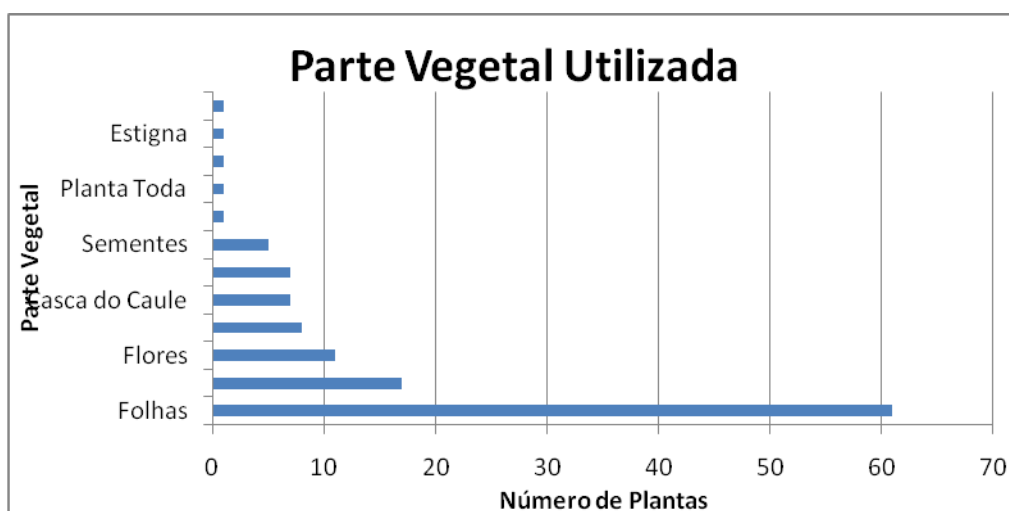


Figura 38: Parte da Planta Utilizada nas Preparações

A prevalência da utilização das folhas nas preparações é frequentemente citada em estudos etnobotânicos em vários lugares do país, como em estudo em Nossa Senhora do Livramento no Mato Grosso (JESUS, et al, 2009); em Indaial, Santa Catarina (SILVA; DREVECK; ZENI, 2009); em Conceição-Açu, Mato Grosso (PASA; SOARES; GUARIM-NETO, 2005); no Alto Paraguai e Vale do Guaporé, em Mato Grosso (MACEDO; FERREIRA, 2005); em Colômbia, São Paulo (TOSTI; MARIA; COLLI, 2007); e em Cascavel, no Paraná (NEGRELLE et al, 2007). O uso das folhas apresenta caráter de conservação da planta, pois a sua coleta, quando não é feita de forma excessiva, não impede o seu desenvolvimento e reprodução (MARTIN, 1995).

Porém diferente resultado foi encontrado em estudo etnobotânico em comunidades indígenas no Maranhão, onde a casca aparece como a parte vegetal mais utilizada (COUTINHO; TRAVASSOS; AMARAL, 2002).

Os entrevistados conhecem variadas formas de preparação das plantas para uso medicinal e as administram no tratamento e prevenção de várias doenças. As formas de uso mais citadas foram: chás com usos internos e externos; a ingestão de frutos ao natural; suco do fruto; ingestão de sumo das folhas, através da maceração; pó das raízes.

Dados semelhantes, onde o chá aparece como principal método para o preparo dos medicamentos foram registrados em Castelluci et al (2000); Pasa e Pasa, Soares e Guarim-Neto (2000) e Negrelle et al (2007).

Os chás são preparados de várias formas: infusão, onde se coloca a água quente, sem ferver, sobre as partes da planta a ser utilizada, deixa por cerca de 10 a 15 minutos e logo depois cõa e faz uso; a decocção, onde é levada ao fogo a água e as partes vegetais em uma vasilha, sendo retirada do fogo antes da água ferver e logo depois é coado e utilizado. Os gargarejos são os bochechos feitos com os chás dos vegetais. Os xaropes são feitos a partir de várias espécies de vegetais onde são extraídos os sumos e adicionado mel ou melado.

Os chás às vezes são utilizados em complemento com os remédios industrializados, como o chá erva-cidreira (*Melissa officinalis* L.), erva doce (*Pimpinella anisum* L.) e hortelanzinho (*Mentha Piperita* L.), acompanhados de remédios para dores de cabeça.

As lavagens e os banhos são as duas principais formas de utilização do chá externamente. As lavagens são preparadas como chás e são usados para lavar ferimentos, inflamações, feridas, asseio e outros. Os banhos são utilizados principalmente para lavar a cabeça e o corpo todo. Alguns vegetais são utilizados ao natural, ou seja, ingerido ou utilizado sem nenhum preparo específico ou em forma de saladas. Os sucos são extraídos dos frutos ou até mesmo do caule. A maceração é utilizada para retirar o sumo de partes vegetais selecionadas e depois ingerido com água nos usos internos e nos usos externos são colocadas sobre o local afetado, onde se obtém, espremendo as folhas com um socador de madeira e adicionando-se apenas um pouco de água fria filtrada. O resultado é um suco altamente concentrado.

As garrafadas geralmente são feitas a partir da casca do caule de um ou mais vegetal, que depois de fervidas são colocadas em garrafas de vidro sendo muitas vezes adicionado vinho para subtrair a substância ativa do material vegetal.

O emplasto é feito a partir de partes vegetais que são adicionadas a água ou azeite e com uma atadura são colocada sobre o local afetado. As compressas são feitas a partir de um pano ou gaze molhada no chá ou em algum sumo vegetal e colocada sobre o ferimento, ferida ou inflamações. As tinturas são feitas a partir do adição de partes vegetais ao álcool e deixada em repouso por alguns dias, sendo aplicada depois ao local afetado.

A maioria das espécies citadas, assim como em Amorozo (2002), tiveram mais de uma indicação terapêutica. Das espécies citadas, 77 foram indicadas para dois ou mais problemas de saúde, representando 82% do total das espécies; e apenas 17, representando 18% das espécies citadas, foram indicadas a apenas uma doença. O limão (*Citrus limonia*), foi indicada para 12 problemas de saúde, sendo a espécie vegetal com maior número de indicação, seguida pelo eucalipto grande (*Eucaliptus globulus*) e mastruz (*Chenopodium ambrosioides*) com 8 indicações cada.

As citações de uso das plantas medicinais foram agrupadas, tendo como base o nome, órgão afetado ou sintoma da doença de acordo com adaptação da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000).

As plantas citadas (figura 39) apresentam maiores indicações para as doenças do aparelho respiratório, onde houve a indicação de 41 espécies vegetais para esses problemas, que são principalmente, sinusite, resfriados, tosse, pneumonia, asma e bronquite; seguida das doenças do aparelho digestivo, como azia, problemas do intestino, fígado e disenteria, com a indicação de 36 plantas; as inflamações e infecções dos mais diversos tipos, com a citação de 24 plantas; doenças do aparelho cardiovascular, onde foram citadas plantas com funções depurativas e indicadas para a hipertensão. Para os problemas relacionados à depressão, insônia, nervosismo e ansiedade, foram citadas 14 espécies vegetais; 11 com poderes cicatrizantes; 9 para os mais diversos tipos de problemas, como furúnculo, problemas de pele, cabelo, osteoporose, alergia; 9 para os problemas do sistema urinário; 9 para vermes;

8 para problemas do sistema reprodutor; 6 para os mais diversos tipos de dores; 5 com efeitos energético e estimulante; 5 para reumatismo; 5 para febres e 4 para combater a anemia.

Outros estudos etnobotânicos também mostraram que a maioria das indicações é para o sistema respiratório e digestivo, como encontrados por Amorozo (2002) em Santo Antônio do Leveger em Mato Grosso; e em por Monteles e Pinheiro (2007) em uma comunidade quilombola no estado do Maranhão.

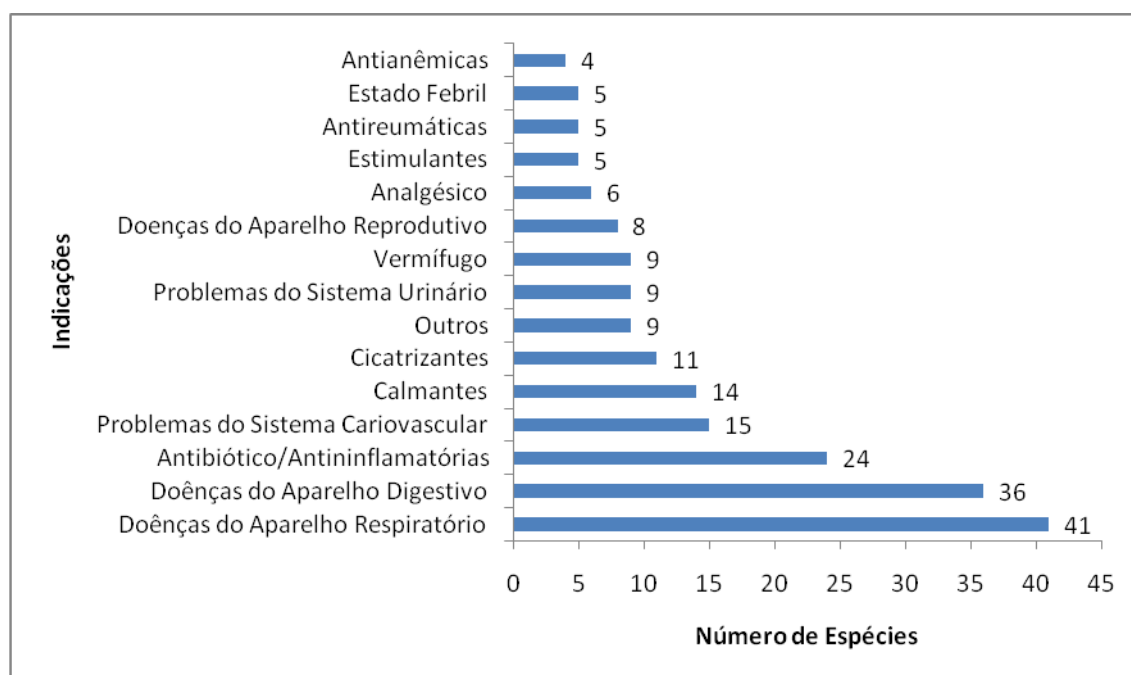


Figura 39 Número de espécies relacionadas as suas indicações terapêuticas ou formas de ação

Um fator a ser destacado é que em muitos casos, o uso de plantas medicinais não está relacionado apenas ao combate de alguma doença já instalada, mas também a prevenção de outras.

Em várias preparações terapêuticas são utilizadas mais de uma espécie vegetal, principalmente os chás antigripais e as garrafadas para diversos fins, onde há associações de vegetais com o objetivo de constituir uma fórmula mais completa.

No entendimento desses moradores, muitas plantas citadas apresentam algum ritual a ser seguido para que a preparação possa ter efeito. No caso do uso do jenipapo (*Genipa americana*), utilizado como lombrigueiro, para obter o

efeito, é preciso cortá-lo ao meio em um dia, deixar pousar no sereno e só ser ingerido no outro dia.

Mesmo não sendo relatados casos de intoxicação por plantas nas famílias, foi evidenciado que existem alguns cuidados quanto à dosagem e a contraindicação. Algumas folhas, não podem ser usadas verdes, sendo muitas desidratadas e secadas na sombra em razão de substâncias tóxicas. Outras devem ser usadas em baixa quantidade, como é o caso do boldo-da-terra (*Coleus barbatus*), usado para desintoxicação, mas se usado em grande quantidade as pessoas podem se intoxicar, ocorrendo efeito contrário. Neste caso, esse estudo se diferencia de Pilla, Amorozo e Furlan (2006) no Distrito de Martim Francisco, em Mogi Mirim, São Paulo, onde os mesmos não observaram um rigor na quantidade a ser administrada.

O tempo de uso pode ser variado dependendo da planta e parte utilizada, podendo esse uso ser diário, durar dias, semanas ou não ter um tempo pré-estabelecido, sendo utilizado até os sintomas desaparecerem. Na prevenção de doenças, pode ter um uso constante sem um tempo determinado.

Muitos dos informantes afirmaram que antes de fazer qualquer uso de plantas é importante saber o histórico de doenças do paciente e saber qual a contraindicação da planta, a fim de evitar intoxicações e outros problemas. Uma das plantas com contraindicação é o abacateiro (*Persea americana*), indicado para problemas dos rins, o chá de suas folhas não devem ser ingeridos por pessoas que sofrem do coração. Já a carambola (*Averrhoa carambola*), que é indicada para disenteria, calmante e hipertensão, não pode ser ingerida por pessoas que têm problemas de rins. A acerola (*Mapighia glaba* L), rica em vitamina C, não deve ser ingerida por pessoas com excesso de vitamina C.

Algumas espécies usadas como cicatrizante como o barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*) e o confrei (*Symphytum officinale*) são utilizadas em poucas quantidades, porém em razão da grande eficiência em cicatrizar, se utilizado em grande quantidade, pode levar a cicatrização de alguma ferida ou cortes, mesmo sem que esses tenham sido curados por dentro. Desta forma, informantes salientaram que além de utilizados na forma

de emplasto e em poucas quantidades, esses devem ser adicionados a vegetais que têm outros poderes de agir sobre a ferida, como antiinflamatório.

Na coleta das espécies vegetais utilizadas, geralmente é retirada somente a porção a ser utilizada, sendo assim, se necessitam apenas as folhas, ou o fruto, ou o caule, o restante da planta é conservado, constituindo um manejo sustentável. Quando existe poucos espécimes de uma determinada planta no local ou na região, é utilizada outra espécie vegetal que tenha efeito para os mesmos problemas e as espécies mais ameaçadas são preservadas. Nenhum dos entrevistados utiliza as plantas medicinais ou os remédios destas, como fonte de renda, sendo que esses medicamentos são apenas para uso familiar.

Algumas plantas citadas, principalmente a arruda (*Ruta graveolens*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), o alho (*Allium sativum*), pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*) e o capim limão (*Cymbopogon citratus*) estavam ligadas as que têm função de proteção e que fazem parte do universo da comunidade, mas que não são conhecidos pela biomedicina como quebrante, mal-olhado, olho gordo, inveja, sorte, atração de bons fluídos, entre outros.

Apesar de várias plantas aqui descritas já terem sido citadas em vários (SILVA; DREVECK; ZENI, 2009; PASA; SOARES; GUARIM-NETO, 2005; MACEDO; FERREIRA, 2005; TOSTI; MARIA; COLLI, 2007; NEGRELLE et al, 2007; COUTINHO; TRAVASSOS; AMARAL, 2002; JESUS, et al, 2009), estudos anteriores, este mostrou grande diferenciação em muitos na forma de uso, partes utilizadas e combate a doenças, se constituindo em uma importante contribuição para o conhecimento popular regional e de uma comunidade tradicional que tem sido pouco estudada, principalmente em relação aos estudos do conhecimento etnobotânico desta comunidade.

Tabela 15: Aspectos Gerais das plantas medicinais utilizadas na Comunidade do Cedro

Nome Popular	Nome Científico	Família	Indicações	Parte Usada	Preparo	Uso	Hábito	Disponibilidade
Abacateiro	<i>Persea americana</i> Mill.	Lauraceae	a - problemas de fígado, rins e dos de barriga	folhas	a - chá	a - interno	Arbóreo	Cultivada
Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	Malpighiaceae	a - gripes, anemia, diarreia e inflamações	a – fruto e folhas	a - comer in natura ou tomar o suco do fruto ou chá das folhas	a – interno	Arbustivo	Cultivada
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i> R. Br	Cruciferae	a – expectorante	a – folhas	a – in natura	a – interno	Herbácea	Cultivada
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Lamiaceae	a – Calmante, pós-parto, tosse, dores de cabeça	a – planta toda (menos a raiz)	a – chá	a – interno	Subarbustivo	Cultivada
Alevante, Vick	<i>Mentha spicata</i> L	Lamiaceae	a – expectorante, gripes, asma, catarro preso e febre	a - folhas	a – chá ou inalação	a – interno e externo	Herbáceo	Cultivada
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Compositae	a –calmante e insônia	a – folhas e raiz	a – chá, tintura ou salada	a – interno e externo	Herbáceo	Cultivada
Alfavacão	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Lamiaceae	a – resfriados, tosses, gripes, asma, bronquite, dor de cabeça	a – folhas e flores	a – chá	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L	Lamiaceae	a – resfriados, tosses, gripes, asma, bronquite, dor de cabeça	a – folhas e flores	a – chá	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Alfazema	<i>Lavandula officinalis</i> Chaix & Kitt.	Lamiaceae	a – asma, bronquite, tosse, gripe e sistema digestivo	a – folhas	a – chá	a – interno	Subarbustivo	Cultivada

Algodoeiro	<i>Gossypium arboreum</i> L.	Malvaceae	a – queimaduras e inflamações b - pneumonia	a – folhas b - folhas	a – maceração b - chá	a – externo b - interno	Arbustivo	Cultivada
Algodãozinho-do-campo	<i>Cochlospermum regium</i>	Bixaceae	a – depurativo, hipertensão e antibiótico	a - raízes	a - chá	a - interno	Subarbus-tivo	Espontânea
Alho	<i>Allium sativum</i> L.	Liliaceae	a – gripe, resfriado e tosse	a – bulbilho (dente)	a – maceração, tintura, chá, in natura	a – interno e externo	Herbáceo	Cultivada
Amoreira, Amora, Amora Preta	<i>Morus nigra</i> L.	Moráceas	a – infecções	a – casca do caule e folhas	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Angico Vermelho	<i>Piptadenia colubrina</i> (L.) Benth.	Leg: Mimosoideae	a – gripe, resfriado, vermes e expectorante	a – entrecasca	a – chá ou garrafada	a – interno	Arbóreo	Espontânea
Arnica	<i>Arnica montana</i> L.	Compositae	a – inflamações, feridas, pneumonia e reumatismo	a – folhas e raízes	a – tintura ou emplasto	a - externo	subarbusto	Cultivada
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Rutaceae	a – problemas menstruais, estômago, fígado e inflamação do útero	a – folhas e flores	a – chá	a – interno	Subarbus-tivo	Cultivada
Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i>	Compositae	a – bronquite, expectorante pneumonia, asma e gripe	a – folhas e raiz	a – chá e folhas fritas	a – interno	Arbustivo	Espontânea
Babosa,	<i>Aloe Vera</i> (L.) Burm. f.	Liliaceae	a – asma, tosse, gripe b – problemas do cabelo e cicatrizante	a – folhas b – folhas	a – chá b – maceração	a – interno b – externo	Herbáceo	Cultivada
Bananeira	<i>Musa cavendishii</i> Lamb. ex	Musaceae	a – problemas do fígado, asma, prisão de ventre	a – fruto	a – in natura	a – interno	Herbáceo	Cultivada

	Paxton		b – queimaduras c – tosse, problemas intestinal pulmonar	b- folhas c – resina (seiva)	b – emplasto c – in natura	b - externo c - interno		
Barbatimã o	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville Baill. Var. Planchonii Engl.	Leg: Mimosoideae	a- cicatrizantes c – feridas e impinge	a – cascas do caule b – cascas do caule	a – emplasto b – chá	a – interno b- externo	Arbustivo	Espontânea
Beldroega	<i>Portulaca olerace</i> L.	Portulacaceae	a – laxante, diurética, disenteria	a – folhas	a – Iná natura e chá	a - interno	Herbáceo	Cultivada
Beterraba	<i>Beta vulgaris</i> L.	Chenopodiaceae	a – anemia e problemas de fígado	a – raiz	a – in natura e folhas	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Boldo-da-terra	<i>Coleus barbatus</i> ou <i>Plectranthus barbatus</i>	Lamiaceae	a – azia, problemas do estômago, fígado e intestino.	a – folhas e caules	a – maceração	a – interna	Herbácea	Cultivada
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	Palmácea s	a – vermífugo e energético	a – frutos	a – óleo e doce	a – interno	Arbóreo	Espontânea
Caferana, boldo- goiano	<i>Vernonia condensata</i> Baker	Compositae	a –problemas de fígado, estômago e intestino	a – folhas	a – chá ou maceração	a – interno	Arbustivo	Cultivada
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	a – desintéria	a –cascas do caule	a – in natura	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Cajuzinho, cajuzinho – do-campo	<i>Anacardium humile</i> A. St. Hil..	Anacardiaceae	a – diarréia b – gastrite	a – fruto b entrecasca	a – in natura b - chá	a – interno b - interno	Subarbustivo	Espontânea
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.	<u>Compositae</u>	a – insônia, calmante hipertensão	a – folhas	a – chá	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Cana de açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Poaceae	a – insônia, fortificante hipertensão	a – caule	a – suco (garapa)	a – interno	Herbáceo	Cultivada

Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Breyn.	Lauraceae	a – insônia, fortificante, hipertensão	a – folhas e cascas do caule	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Capim limão, citronela	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.	Poaceae	a – insônia, calmante, ansiedade e depressão	a – folhas	a – chá	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	Oxalidaceae	a – infecção, calmante e hipertensão	a – frutos	a – in natura ou suco	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Carapiá	<i>Dorstenia brasiliensis</i>	Moraceae	a – sinusite, obstrução nasal, febre e pneumonia	a – raiz	a – chá	a – interno	Herbáceo	Espontânea
Carobinha	<i>Jacaranda decurrens</i>	Bignoniaceae	a – depurativo	a – folhas	a – chá ou tintura	a – interno	Subarbustivo	Espontânea
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> L.	Asteraceae	a – problemas de estômago e fígado	a – folhas	a – chá ou maceração	a – interno	Subarbustivo	Cultivada
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Meliaceae	a – feridas	a – folhas e entrecasca	a – emplasto	a – externo	Arbóreo	Espontânea
Cheiro de Mulata, catinga-de-mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>	Asteraceae	a – bronquite	a – folhas	a – chá	a – interno	Subarbustivo	Cultivada
Chuchú	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw	<i>Cucurbitaceae</i>	a – hipertensão e calmante	a – casca do fruto e fruto	a – suco do fruto	a – interno	Trepadeira	Cultivada
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.	Boraginaceae	a – cicatrizante	a – folhas	a – emplasto e compressa	a – externo	Herbáceo	Cultivada
Copaíba	<i>Copaifer alangsdorffii</i> Desf.	Caesalpinoideae	a – antiinflamatória	a – caule b – cascas do tronco	a – óleo b - tintura	a – externo b - interno	Arbóreo	Espontânea
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i> L.	Arecaceae	a – fortificante	a – fruto e água	a – in natura	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Couve	<i>Brassica oleraceae</i> L.	Cruciferae	a – antiinflamatória e desintoxicante	a – folhas e talo	a – chá e maceração	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Douradinh	<i>Palicourea</i>	Rubiaceae	a – problemas	a – folhas	a – chá e tintura	a – interno e	Subarbustivo	Espontânea

a	<i>coriacea</i> Schum		urinários e rins			externo		ea
Embauba, imbaúba, umbaúba	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Cecropiace ae	a – bronquite, pneumonia e asma	a – folhas	a – chá	a – interno	Arbóreo	Espontân ea
Erva- Cidreira, erva- cidreira de folha,	<i>Melissa officinalis</i> L.	<u>Lamiaceae</u>	a – insônia, calmante, analgésico, problema digestivo e diarréia b – calmante e insonia c- repelente	a – folhas e flores b – flores e folhas c – flores e folhas secas	a – chá b – colocar dentro do travesseiro c - queimar	a – interno b – externo c - externo	Herbácea	Cultivada
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Apiácea	a – intestino, reumatismo e calmante	a – sementes e folhas	a – chá	a – interno	Herbáceo	<i>Espontân ea e Cultivada</i>
Eucalipto grande	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill	Myrtaceae	a – sinusite, renite, expectorante, bronquite, asma, febre, resfriados, febre e dor de cabeça	a – folhas	a – chá e inalação com o chá	a – interno e externo	Arbóreo	Cultivada
Fedegoso	<i>Heliotropium indicum</i> L.	Boraginace ae	a – gripe, refriado, tosse	a – folhas	a – chá	a – externo	Herbáceo	Cultivada
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Zingiberac eae	a – gripes, tosses, bronquite e resfriados	a – (raiz) rizoma	a – chá e tintura	a – interno e externo	Herbáceo	Cultivada
Gergilim, gergelim	<i>Sesamum indicum</i> L.	Pedaliacea e	a – osteoporose	a – sementes	a – moido	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Gervão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) M. Vahl	Verbenace ae	a – infecção	a – flores	a – maceração	a – interno	Subarbustivo	Cultivada

Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> L.	Myrtaceae	a – desinteria, diarréia e dor de barriga	a – folhas	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae	a – antiinflamatória e cicatrizante	a – folhas	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Guaco	<i>Mikania smilacina</i> DC	Asteraceae	a – bronquite, expectorante, asma e febre	a – caule e folha	a – chá e xarope	a – interno	Herbácea	Espontânea e Cultivada
Hortelã grande, hortelã grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Lamiaceae	a – gripe, tosse, vermes e calmante	a – caule e folhas	a – chá, saladas e xarope	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Hortelã, Hortelanzinho	<i>Mentha Piperita</i> L.	Lamiaceae	a – tosse, tônica, cólicas, digestão, gripe, resfriados, bronquites	a – folhas e flores	a – chá e xarope	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Ipê Rocho	<i>Tabebuia avellaneade</i> Lours et Gris	Bignoneaceae	a – inflamação vaginal, bronquite, reumatismo e úlcera,	a – casca do caule	a – chá	a – interno	Arbóreo	Espontânea
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Moraceae	a – tosse, anemia e diurético	a – fruto	a – in natura	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L	Leg: Caesalpinoideae	a – tosse bronquite, depurativo e estimulante de apetite	a – casca do caule e fruto	a – chá e in natura	a – interno	Arbóreo	Espontânea
Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	a – vermífugo	a – fruto	a – in natura	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Jurubeba	<i>Solanum stramonifolium</i> Jacq.	Solanaceae	a – problemas do fígado	a – frutos	a – in natura	a – interno	Arbustivo	Espontânea e Cultivada
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Rutaceae	a – gripe, inflamação da garganta, calmante e febre,	a – folhas, flores e casa do fruto	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada

				insônia b – gripe e tosse	b - fruto	b - extrair o suco	b - interno		
Lima	<i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle	Rutaceae		a – calmante	a – folhas	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Limão, limoeiro	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	Rutaceae		a – hipertensão, gripe, tosse e inflamação da garganta] b – resfriado, febre, gripe, inflamação da garganta, vermes, emagrecer, calmante e febre c – reumatismo, furúnculo e sinusite	a – fruto b – casca do fruto e folhas c – casca do fruto e folhas	a – suco b – chá c - compressa	a – interno b – interno c - externo	Arbóreo	Cultivada
Lobeira	<i>Solanum lycocarpum</i> Hil	<i>Solanaceae</i> St. e		a – azia e úlcera	a – frutos	a – polvilho	a – interno	Arbustivo	<i>Espontânea</i>
Losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Asteraceae		a – má digestão, diarreia, problemas do fígado, prisão de ventre, febre e cólicas menstruais	a – folhas	a – tintura e tintura	a – externo e interno	subarbustivo	Cultivada
Maminha-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i> Tréc	Moraceae		a – depurativo do sangue e infecção	a – toda planta	a – garrafada	a – interno	Arbusto	<i>Espontânea</i>
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae		a – prisão de ventre, diurético b – vermes c – queimaduras, sardas e feridas	a – fruto b – sementes secas c – leite	a – in natura b – chá c – passar no local	a – interno b – interno c – externo	Arbustivo	Cultivada
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae		a – gripe,	a - folha	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada

	L.	eae	labirintite menopausa	e					
Manjeriçã	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Lamiaceae	a – gripe, resfriados, pneumonia	a – folhas	a – chá e xarope	a – interno	Subarbustivo	Cultivado	
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Passifloraceae	a – calmante, insônia hipertensão b – calmante, insônia, hipertensão	a – fruto b – folhas e flores	a – in natura b – chá	a – interno b – interno	Trepadeira	Cultivada	
Mastruz, erva de Sta. Maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	a – gripes, tosses, hemorróidas, diuréticos, vermes, tuberculose pneumonia b – feridas	a – folhas e flores b – folhas	a – chá e sumo b – emplasto	a – interno b – externo	Herbáceo	Cultivada	
Mentrasão, erva-de- são-joão	<i>Ageratum conyzoides</i> L.	Asteraceae	a – antiinflamatório, analgésico, resfriados, cólicas menstruais	a – folhas	a – chá	a – interno	Herbáceo	Espontânea	
Milho	<i>Zea mays</i> L.	Poaceae	a – problemas das vias urinárias, colesterol, diabetes, hipertensão pedras nos rins	a – Estigna (cabelo)	a – chá	a – interno	Herbáceo	Cultivada	
Murici	<i>Byrsonima intermedia</i> L.	Malpighiaceae	a – hemorróidas, desinterias diarréia	a – folhas e brotos	a – chá	a – interno	Arbusto	Espontânea	
Pata de vaca	<i>Bauhinia variegata</i> L. var. <i>candida</i> Voigt.	Leg: Caesalpinoideae	a – colesterol, e diabetes	a – folhas e entre - casca	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada	
Pé- de-perdiz	<i>Croton antisyphiliticus</i> Mart.	Euphorbiaceae	a – antibiótico	a – folhas	a – chá	a – interno	Subarbustivo	Espontânea	

Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess	Caryocara ceae	a – resfriado, bronquite e asma	a – castanha b - folha	a – óleo b - chá	a – interno b - interno	Arbóreo	<i>Espontân eo e Cultivada</i>
Picão, picão- preto, carrapicho	<i>Bidens pilosa</i> L.	Asteraceae	a – alegria, asma, bronquite, vermífugo, diabetes, hepatite hemorróida e antibiótico	a – folhas e flores	a – chá	a – interno	Herbáceo	Espon tân ea
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	Piperaceae	a – cólicas menstruais	a – fruto	a – chá	a – interno	Arbustivo	Cultivada
Pimenta malagueta	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Solanacea e	a – furúnculo	a - folhas	a – emplasto	a – externo	Arbustivo	Cultivada
Pueijo	<i>Mentha pulegium</i> L.	Lamiaceae	a – tosse, gripe, problema digestivo, expectorante, resfriados, bronquites	a – folhas e caules	a – chá e xarope	a – interno	Herbáceo	Cultivada
Quebra pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Euphorbiac eae	a – problemas de bexiga e rins,	a – folhas	a – chá	a – interno	Herbáceo	Espon tân ea
Quina	<i>Quassia amara</i> L.	Simarouba ceae	a – problemas do estômado	a – entre - casca	a – chá	a – interno	Arbustivo	Espon tân ea e Cultivada
Sálvia	<i>Salvia Officinalis</i> L.	Lamiaceae	a – diabete, bronquite e prisão de ventre	a - folhas	a - chá	a - interno	Herbácea	Cultivada
Sabugueir o	<i>Sambucus nigra</i> L.	Caprifoliac eae	a – gripe e pneumonia	a – folhas, flores e entre - casca	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i> Vogel	<u>Papilionoid</u> eae	a – infecção de garganta	a – entrecasca e sementes	a – chá	a – interno	Arbóreo	Espon tân ea
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.	Cesalpinac eae	a - diarréia, verme e tosse	a – fruto	a – in natura	a – interno	Arbóreo	Cultivada
Tanchage m,	<i>Plantago major</i> L.	Plantagina ceae	a – inflamação da gingiva,	a – folhas	a – chá	a – externo	Herbáceo	<i>Cultivada</i>

tançagem				expectorante e garganta b – antibiótico	b – folhas	b – chá	b – interno		
Tangerina	<i>Citrus nobilis</i> Lour.	Rutaceae	a – diurético, hipertensão, gripe, resfriado, tosse e reumatismo	a – folhas e cascas do fruto	a – chá	a – interno	Arbóreo	Cultivada	
Urtiga	<i>Fleurya aestuans</i> (L.) Gaudich.	Urticaceae	a – ferimentos	a – folhas	a – chá)	a – externo	Herbáceo	Espontânea	
Urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae	a – depurativo, colesterol	a – sementes	a – chá	a – interno	Arbustivo	Cultivada	
Vassourinha	<i>Scoparia dulcis</i> L.	Scrophulariaceae	a – diarreia	a – folhas e raízes	a – chá	a – interno	Herbácio	Espontânea	
Velame-branco	<i>Macrosiphonia velame</i> (A. St.-Hil.) Müll. Arg.	Apocynaceae	a – depurativo e inflamações	a – folha	a – chá	a – interno	Subarbustivo	Espontânea	

5. CONCLUSÕES

A Comunidade do Cedro está localizada a cinco quilômetros da cidade de Mineiros no sudoeste de Goiás, fato que poderia representar progresso para a comunidade, porém isso representou e resultou em uma deterioração da situação da comunidade, pois esta proximidade resultou em uma ruptura do relativo isolamento em que a comunidade apresentou por décadas, facilitando o acesso de pessoas e também de empresas.

A ocupação de extensas áreas na região Sudoeste de Goiás para a agricultura comercial tem levado ao empobrecimento do bioma Cerrado. Esse problema se agrava ainda mais em razão do caráter predatório do modelo agropecuário inserido no bioma, se tornando assim o problema central da ocupação territorial.

A infraestrutura é um deficiente, e se concentra principalmente em uma escola, que está desativada há cinco anos; uma igreja, onde ocorrem as missas e casamentos; um salão comunitário, onde ocorrem festas e as reuniões da comunidade e principalmente a farmácia de fitoterápicos, onde são manipulados os medicamentos a base de plantas medicinais do cerrado.

Grande parte da população que vive e trabalha no Cedro é idosa e os jovens mesmo residindo na comunidade, trabalham e estudam em Mineiros. Assim para que as crianças, jovens e adultos residentes na comunidade possam estudar precisam se deslocar para o centro urbano, o que favorece em grande parte o baixo nível de escolaridade entre os cedrinos, sendo considerado como “estranhos”, “fora do padrão” ou até mesmo “não sociáveis”, o que leva a perda e não valorização dos seus conhecimentos tradicionais. Destes, muitos não conseguem romper a realidade e chegar ao ensino médio.

Os cedrinos têm sua subsistência na agricultura tradicional, principalmente no cultivo de milho, mandioca e feijão, além de trabalharem nas fazendas vizinhas e na cidade, em atividade da indústria, serviços domésticos, comércio e indústria frigorífica que está em grande expansão na região.

É praticamente inexistente a produção com utilização de máquinas e equipamentos tecnológicos, utilizando apenas as ferramentas manuais.

A atividade agrícola quilombola em muitos lotes não lhes asseguram renda suficiente. Desta forma, a aposentadoria e o trabalho externo às propriedades são as duas principais formas de complementação da renda.

Os quintais cumprem um papel na soberania alimentar da comunidade de onde se retira grande parte dos alimentos que compõe a base alimentar cedrina, sendo esta completada pelos pequenos roçados existentes nas propriedades e também por alimentos advindos do mercado urbano.

A atividade agrícola vem sendo suprimida ao longo dos anos, em razão da diminuição da área das propriedades e conseqüentemente das áreas disponíveis para o plantio, sem nenhuma assistência técnica.

A comunidade do Cedro possui um conhecimento popular sobre a utilização de plantas medicinais cultivadas e nativas da região. As plantas cultivadas são encontradas principalmente nos quintais, hortas e áreas de cultivos cedrinos e as espontâneas em áreas de Cerrado.

A transmissão de conhecimentos é feito através da forma verbal tradicional reafirmando o que foi dito por Cântia e Boloni (2004), que ressaltam que a forma oral ainda é o modo de transmissão dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades. Os moradores atribuem esse conhecimento de uso de plantas medicinais ao conhecimento tradicional familiar, sendo os idosos e as mulheres as principais disseminadoras do uso de plantas medicinais dentro da comunidade.

Foram citadas 94 espécies de plantas com uso medicinal pertencentes a 46 famílias, sendo as famílias Lamiaceae; Asteraceae; Moraceae; Caesalpináceae; e Rutaceae.

As espécies mais citadas pelos informantes foram: alface (*Lactuca sativa* L.), beterraba (*Beta vulgaris* L.), chuchu (*Sechium edule* (Jacq.) Sw), beldroega (*Portulaca olerace* L.), agrião (*Nasturtium officinale* R. Br), alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), alfavacão (*Ocimum gratissimum* L.), arnica (*Arnica montana* L.), arruda (*Ruta graveolens* L.), babosa (*Aloe Vera* (L.) Burm. f.), caferana (*Vernonia condensata* Baker), abacateiro (*Persea americana* Mill.), acerola

(*Malpighia glabra* L), , laranjeira (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck), lima (*Citrus aurantifolia* (Christm.) Swingle), limão (*Citrus limonia* Osbeck), algodãozinho-do-campo (*Cochlospermum regium*), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), cajuzinho –do-campo (*Anacardium humile* A. St. Hil.), carobinha (*Jacaranda decurrens*), carapiá (*Dorstenia brasiliensis*), copaíba (*Copaifer alangsdorffii* Desf.), douradinha (*Palicourea coriacea* Schum), embauba (umbaúba *Cecropia pachystachya* Trécul), jatobá (*Hymenaea courbaril* L) e maminha-cadela (*Brosimum gaudichaudii* Tréc).

O Centro de Plantas Medicinais do Cedro vem oferecendo à comunidade uma alternativa eficaz no tratamento de doenças através de medicamento à base de plantas medicinais. Existe uma forma de manejo sustentável utilizada pela comunidade na coleta das espécies vegetais, a fim de garantir a continuidade dessas espécies.

A perda da biodiversidade vai afastando aos poucos as pessoas do contato com a flora, levando a restrição ao uso terapêutico das plantas.

Uma das maiores dificuldades para a continuidade dos trabalhos do grupo é a falta de plantas medicinais, isso em função da grande devastação que está ocorrendo no Cerrado nos últimos anos e conseqüentemente no entorno da comunidade do cedro, devido à produção de grãos em larga escala. Por outro lado, destaca-se a importância da comunidade para a preservação e recuperação de parte da biodiversidade do Cerrado, ou seja, o resgate do conhecimento etnobotânico e o seu uso em medicamentos realizados pela comunidade têm contribuído para a conservação da biodiversidade do Cerrado, em uma região onde é cada vez maior a devastação dos recursos naturais.

Desta forma, deve-se estimular a criação de espaços que possibilitem compartilhar o saber local entre os mais jovens e os idosos a fim de garantir a manutenção desta grande riqueza cedrina: o conhecimento etnobotânico.

6. REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, E. R., et all. Percepção dos Quilombolas Nação Xambá Acerca da Educação em Escolas Circunvizinhas In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, IX., 2009, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE/CEGOE/Centro de Ensino de Graduação, 2009. ICD-ROM.
- ALBUQUERQUE, U. P. de; ANDRADE, L. de H. C. **Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil.** Acta Bot. Bras., vol.16, no.3, p.273-285, jul./set. 2002.
- ALMEIDA, C. de F. C. B. R. de, **Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco:** um estudo de caso no Agreste. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2001 – (Trabalho de Conclusão de Curso), 50 p., 2001.
- ALTIERI, M. A.; SILVA, E. N.; NICHOLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas.** São Paulo, SP: Editora Holos, 2003. 226 p.
- ALVES, J. E. D. **Harmonização das variáveis de domicílios dos censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.** Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro: 2005.
- AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). **Plantas medicinais:** arte e ciência – um guia de estudo interdisciplinar. Botucatu: UNESP, 1996.p. 47-68.
- AMOROZO, M. C. M. A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO PAULO**, XIV, Rio Claro: UNESP, 2002. 2p.
- AMOROSO, M.C.M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.16, p.189-203, 2002.
- ANDRADE, T. (Org). **Quilombos em São Paulo: Tradições, direitos e lutas.** São Paulo: IMESP, 1997.
- ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Apicada.** 2006, vol.10, n.1, pp. 75-89.
- ASSUNÇÃO, L. Quilombos: comunidades remanescentes – RN. Depto. de Antropologia, UFRN. In: **Revista Galante. Natal: Fundação Hélio Galvão.** N.17 – volume 03 – novembro/2006.

AZANHA, G. 2001. **A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios**. Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em: <http://www.indiosisolados.org.br/textos/6/> Acesso em: 12 jan. 2009.

BAIBICH-FARIA-Tânia Maria; SOARES, Edimara Gonçalves. Do quilombo à Escola: os efeitos perversos das violências sociais silenciadas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR-EDUCERE, VIII., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2008. 1CD-ROM.

BAIOCCHI, M. de N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BALDINI, K. B. L.; SILVA, J. G.da. Avaliação Etnobotânica de Plantas Aromáticas e Madeiras do Parque Nacional do Itatiaia com vistas à Conservação: resultado preliminar. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII., 2007, Caxambú-MG. **Anais...** Caxambú: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2007. p. 1 - 2. CD-ROM.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS – IESA, V, ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO – SBSP, V. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2002. CDRom.

BARBOSA, E. F.. **Instrumentos de Coleta de Dados em Projetos Educacionais**. 1998. Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B363E5BFD-17F5-433A-91A0-2F91727168E3%7D_instrumentos%20de%20coleta.pdf. Acesso em: 12 jan. 2009.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4ª Edição 1 (4). Jan/Jun, 2008.

BORGES, J. A. et al. **Arranjo Produtivo Local Voltado para o Turismo na Região Agroecológica de Goiás**. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO - Educação e Meio Ambiente, Cerrado, Patrimônio em Extinção, 23, 2007, Jataí. **Anais...** Jataí: Universidade Federal de Goiás-Campus de Jataí, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Peões Pretos e Congos, Trabalho e Identidade Étnica em Goiás**. Brasília: Universidade de Brasília, 1977.

BRANDÃO, C. R. **A festa do Santo preto**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

BRANDÃO, C. R. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro/FUNARTE, 1978. 159 p.

BRAGA, C. R.. **Comentários Sobre os Procedimentos Administrativos do Incra na Titulação Quilombola, A Luz do Decreto 4887/03 e da Instrução Normativa INCRA 16.** 2006. Disponível em:

<http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=180&orderby=data_Down&page=1&SearchFor=&SearchWhere=>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado: programa cerrado sustentável.** Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Floresta, 2006.

BRASIL. Fome Zero. **Comunidades tradicionais ocupam um quarto do território nacional.** 2006. Disponível em:

<<http://www.fomezero.gov.br/noticias/comunidades-tradicionais-ocupam-um-quarto-do-territorio-nacional>>. Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL 2005. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA. Disponível: <www.anvisa.gov.br>. Disponível em: 22 de out. 2009.

CÂNTIA, A. e BOLONI, L.. **Kalunga, uma remanescente de quilombo no sertão de Goiás.** Rota Brasil Oeste, mai, 2004. Artigos. Disponível em: <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1007/kalunga>. Acesso em: 12 de junho de 2006.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. **A Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

CARRIL, L. de F. B.. “Quilombo, território e geografia”. In: **Revista Agrária**, nº 3, São Paulo, 2006.

CASTELLUCCI, S.; LIMA, M.I.S.; NIVALDO, N. & MARQUES, G.W.. Plantas medicinais relatadas pela comunidade residente na estação ecológica de Jataí, município de Luís Antônio/SP: uma abordagem Etnobotânica. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais** 3(1): 51-60. 2000

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 4º São Paulo: Makron Books, 1996. 209 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988, 430p.

CORREA, W.; COSTA, M. A. B.; BALBINO, W. Programa transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Monte Alegre. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 1, n. 2, p. 4-53, dez. 2007.

COSTABEBER, J. A.; Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: **BRACAGIOLI NETO** (Org.) Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p.67-117.

COUTINHO, D. F.; TRAVASSOS, L. M. A.; AMARAL, F. M. M. Estudo Etnobotânico de Plantas Medicinais utilizadas em comunidades indígenas do Estado do Maranhão. **Visão Acadêmica**, v. 3, n. 1, p. 7-12, 2002.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. B. de (orgs.). 2002. **Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Cia. das Letras. 735 pp.

DAMASCENO, A. A., BARBOSA, A. A. A. Levantamento etnobotânico de plantas do bioma cerrado na comunidade de Martinesia, Uberlandia, MG. **Horizonte Geográfico**. Vol. 8 n. 8 2008..

DENARDI, R. A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. EMATER/Paraná: Curitiba. 2000.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa – características gerais e referências**. 2000. Disponível em: < www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf >. Acesso em: 01 abr. 2009.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. HUCITEC, São Paulo: 1996..

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24.,2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo-RS: Unisinos, 2007. v. 1, p. 1 – 10.

FONSECA-KRUEL, V. S. da; PEIXOTO, A. L. **Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil**. Acta Botanica Brasilica, v. 18, n. 1, p. 177-190, mar. 2004

FUNDAÇÃO PALMARES, 2009. **Quilombos**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=100. Acesso em 22 de dezembro de 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HAVERROTH, M. 1997. Etnobotânica: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão** 20: 1-56.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. **Cidades**. 2005.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>
Acesso em: 20 ago. 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. Disponível em:
www.ibge.com.br Acesso em: 15 jun. 2009.

INSTITUTO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (São Paulo). **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/comunidades/>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

IORIS, E. (coord.) **Plantas Mediciniais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável**. Anais do Workshop de Plantas Mediciniais do Cerrado. Mineiros-GO: , Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. 260 p., 1999.

IORIS, E.; PIO L. Projeto Centro Comunitário de Plantas Mediciniais. In: IORIS, E. (coord.) **Plantas Mediciniais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável**. Anais do Workshop de Plantas Mediciniais do Cerrado. Mineiros-GO: , Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. 260 p., 1999.

JORGE, S. da S. A.; MORAIS, R. G.de. Etnobotânica de plantas medicinais. In: COELHO, M.F.B., COSTA JÚNIOR, P.; DOMBROSKI, J.L.D. (Org.). **Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais**. Seminário de Etnobiologia, Etnoecologia, 1. e Seminário Centro-Oeste de Plantas Mediciniais, 2. *Anais...* . Cuiabá: Ed. Unicem. p.89-98. 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LORENZI, H. & MATOS, F.J.A. 2002. **Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas**. Instituto Plantarum, Nova Odessa, 512p.

LUCON, C. M. M. Agricultura Sustentável: um enfoque sicual. **Biológico**, São Paulo, v.66, n.1/2, , jan./dez. 2004, p.39-41.

LUZZARDI, R. do E. S. Educação Ambiental: sustentáculo para o desenvolvimento da Agricultura Sustentável. **Rev. eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. v.17, julho a dezembro de 2006, p. 52-70.

MACEDO, M.; FERREIRA, A. R. Plantas hipoglicemiantes utilizadas por comunidades tradicionais na Bacia do Alto Paraguai e Vale do Guaporé, Mato Grosso - Brasil. **Rev. bras. farmacogn.**, 2004, vol.14, p.45-47.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º São Paulo: Atlas, 2008. 315 p.

MARTIN, G. J. **Ethnobotany, a methods manual**. Londres: Chapman & Hall, 1995. 268 p.

MEDEIROS, M. F. T., V. S. FONSECA & R. H. P. ANDREATA. 2004. Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, 18: 391-399.

MELO, W. F. de. Educação Escolar em Comunidades Quilombolas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSCOLOGIA SOCIAL, XV., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes – FITs, 2009. ICD-ROM.

MELO, M. A. B. de. **Quilombo: da insurreição à propriedade constitucional**. 2006. Disponível em:
<http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/quilombos_insurreicao_propriedade.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2008.

MINEIROS, Prefeitura Municipal de. **Turismo**. Disponível em:
<www.mineiros.go.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2009.

MING, L. C. **A Etnobotânica na recuperação do conhecimento popular**. Departamento de Produção Vegetal. Faculdade de Ciências Agrônômicas – UNESP, 2009. Disponível em:
http://www.fazendadocerrado.com.br/Lin_Chau_Ming.pdf. Acesso em: 23/05/2009.

MONTELES, R.; PINHEIRO, B. U. C. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva Etnobotânica. **Bio Terra - Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Universidade Estadual da Paraíba, UEP, v.7, n. 2, p. 38-48, 2007.

MOREIRA, J. R. Agricultura familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. A Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

MOURA, A. de P.. **A cultura afro-brasileira em Minas**. Belo Horizonte: Edições Carrancas-Comissão Mineira do Folclore, 1987.

MOURA, C. E. M. de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil**. São Paulo: EDUSP - Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MOURA, C. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Editora Nossa Terra, 1990.

MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Salvador: Afro-Ásia, 1983.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, C. 1977. **O Negro: (do bom escravo ao mau cidadão?)**. Rio de Janeiro, Conquista.

MOTTA, M. M. M. **Sesmarias e o Mito da Primeira Ocupação**. 2004.

Disponível em:

<http://www4.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol4n7/03_%20M%E1rcia%20M_%20Menendes%20Motta%20formatado.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-MPF. Procuradoria Geral da República **Quadro Atual da Política de Regularização de Território Quilombola no INCRA**. Disponível em: <http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos> > Acesso em 22 ago. 2009.

NEGRELLE, R. R. B; TOMAZZONI, M.I.; CECCON, M.F.; VALENTE, T.P. Estudos Etnobotânicos junto a Unidade Saúde da Família Nossa Senhora dos Navegantes: subsídios para o estabelecimento de programa de fitoterápicos na Rede Básica de Saúde do Município de Cascavel (Paraná). **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.9, n.3, p. 6-22, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. 2000. Pp. 1191.CD-10: **Classificação Estatística Internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. São Paulo, Edusp.

OREADES. **Projeto Vida Verde ao Cedro**. Disponível em: <http://www.oreades.org.br>. Acesso em 22 de jan. 2009.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P. de; VELLOSO, A. D. A Educação para Quilombola: Experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Centro de Estudos Educação e Sociedade CEDES**, Campinas-sp, v. 27, n. 72, 2007. p.215-232.

PASA, M.C.; SOARES, J.J.; GURARM NETO, G. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu. **Acta Btânica Brasília**, v.19, n.2, p 195- 207, 2005.

PASSOS, F. J. dos. **Quilombolas e a Reflexão sobre ações afirmativas na UESB**. Associação dos Docentes da UESB. Outubro de 2007 . Disponível em: <<http://adusb.org.br/downloads/especiais/Quilombolas.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2008.

PILLA, M. A.C.; AMOROZO, M. C. de M. FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, Município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. 2006, vol.20, n.4.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. (ed.). **Suma etnológica brasileira – 1**. Etnobiologia. Vozes/Finep: Petrópolis, p. 15-251, 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL- SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. 2003.

RIBEIRO, C. M. **Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**. Tese de Doutorado. (Educação). UFSCar. São Carlos. 2005.

RODRIGO, J. **Estudo de Caso: fundamentação teórica**. Editora Vestcon. Brasília, 2008.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas**. Los casos de India y Brasil. ensamiento Iberoamericano 46, 1990. p. 235-256.

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2007**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - **Goiânia, 2007**. Disponível em:

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - (São Paulo). **Quilombos no Brasil**. Disponível em:

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/>. Acesso em: 22 jan. 2009.

SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Abaré, 2004. 48 p.

SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – **Programa Brasil Quilombola: Relatório de Gestão, 2008**. Brasília: Abaré, 2008. 38 p. Disponível em:

SEPLAN. Secretaria de Planejamento. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás-2003**. Goiânia: SEPLAN, 2003.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos-2005**. Disponível em:

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3^o. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC: 2008.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719 - 1888**. Goiânia: Kelps, 2001.

SILVA, M. J. **Sombra dos Quilombos**. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1974.

SILVA, M.D. da; DREVECK, S.; ZENI, A. L. B Estudo etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pela população rural no entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí – Indaial. **Revista Saúde e Ambiente / Health and Environment Journal**, v. 10, n. 2, 54-64 dez. 09

SILVA, M. B. **A Dinâmica de Construção e (Des)construção da Identidade Étnica na Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro (1974 - 2006)**. Monografia (graduação). Curso de Licenciatura Plena em História. Unidade Universitária de Quirinópolis. Universidade Estadual de Goiás, 2007

SILVA, R. B. L. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá-AP, Brasil**. 2002. 172 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém 2002.

SILVA, M. C. da; Mineiros: novo perfil econômico, futuro promissor. In: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2006**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - **Goiânia, 2006**.

SILVEIRA, E. M. dos S. A Educação Formal e Não-Formal nas Comunidades Quilombolas Lagoinha de Baixo e Lagoinha de Cima Localizada no Município

de Chapada dos Guimarães-MT. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 17., 2009, Cuiabá-MT: UFMT, 2009. p. 01 - 08.

SILVEIRA, M. Â.; FERRAZ, J. M. G. Sustentabilidade, Pesquisa Interdisciplinar e Agricultura Familiar: uma discussão crítica. In: **II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba, SP. 26-29 de maio de 2004

SIQUEIRA, M. De L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Plamares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOGAME, M. De L.; SCARIM, P. C. **Territórios Quilombolas no Espírito Santo: identidade, espaço e etnodesenvolvimento**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária-II Simpósio Internacional de Geografia Agrária – Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11-15 de novembro de 2005.

SOUZA, C. C. B. de; Mineiros: agroindústria chega para ficar. In: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2007**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - **Goiânia, 2007**.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. 2005. Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Ed. Instituto Platarum, Nova Odessa, 639 p.

TOSTI, E.; COLLI, A. M. T. Estudo etnobotânico no município de Colômbia – SP. **Revista FAFIBE-on line**, n 3, 2007.

VEIGA JÚNIOR, V. F. 2007 Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-oeste do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Rev Bras. Farmacognosia**. 18:308-313.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista Socerj**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 05, p.383-386, 01 set. 2007.

VICENTE, J. P. Os Remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira no Sudoeste de São Paulo: piora na situação socioeconômica e de saúde? In: **Revista Pediatria**, Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina (USP). v.26.2004. p.63-5

VIU, et al. Etnobotânica e preservação do bioma Cerrado no município de Jataí – GO. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.2, out. 2007.

YAGUI; M. M. P. Turismo e Inclusão Social: as comunidades remanescentes de Quilombo.: In: **Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Quito 7, 2006. 12 p.

**APÊNDICES A - FORMULÁRIO DE DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECÔNOMICO DA
COMUNIDADE DO CEDRO-MINEIROS/GOIÁS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
EMBRAPA MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

FORMULÁRIO DE DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECÔNOMICO DA COMUNIDADE
DO CEDRO-MINEIROS/GOIÁS

FORMULÁRIO I

Data ____ / ____ / ____

1. DADOS GERAIS

1.1. Nome do Entrevistado:

1.2. Sexo: _____ () Masculino () Feminino

1.3. Idade: _____

1.4. Local de Nascimento: _____

1.5. Cor ou raça:

- () Branca
() Preta
() Parda
() Amarela
() Indígena

1.6. Estado Civil:

- () Solteiro (a)
() Casado (a) ou vivendo em comunhão consensual
() Viúvo (a)
() Separado (a) legal (judicial ou divórcio)
() Outro: _____

1.7. Possui filhos?

() Não () Sim. Quantos? _____

1.8. Qual o seu parentesco e de sua família com Chico Moleque?

1.9. Participa de Festas na Comunidade?

() Sim () Não

2.0. Qual a sua ligação com a Comunidade do Cedro?

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DOMICILIAR

2.1. Tipo de domicílio:

Casa Apartamento Cômodo Outro: _____

2.2. Material que predomina na construção das paredes externas do Domicílio:

Alvenaria Madeira aparelhada Madeira aproveitada Palha Adobe Outro: _____

2.3. Material que predomina na cobertura (telhado) deste domicílio:

Telha de barro Telha de amianto (brasilit) Zinco Palha Cavaco Outro material: _____

2.4. Material que predomina no piso deste domicílio:

Chão batido Madeira bruta Madeira beneficiada Piso de cimento Outra: _____

2.5. Quantos cômodos têm este domicílio? _____

2.6. Quantos cômodos estão servindo permanentemente de dormitório? _____

2.7. Neste domicílio existe banheiro ou sanitário?

Sim Não Quantos: _____

2.8. De que forma é feito o escoadouro deste banheiro ou sanitário?

Rede coletora de esgoto ou pluvial Fossa séptica Fossa rudimentar Vala negra Direto para rio, lago ou igarapé Outra forma

2.9. O lixo deste domicílio é:

Coletado. Por quem? _____ Queimado ou enterrado na propriedade

Jogado em terreno baldio Jogado no rio, lago ou igarapé

É reciclado ao menos parcialmente Outro destino: _____

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

3.1. Número de Família que vive no Lote: _____

3.2. Número de pessoas que moram neste domicílio: Homens: _____ Mulheres: _____

X	Nome	Condição na Unidade Familiar*	Sexo		Idade	A Quanto tempo mora no local	Escolaridade	Trabalho			
			M	F				Interno	Parcial	Externo	Não
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											

* Condição na Unidade Familiar:
 (1) Chefe (2) Conjugue (3) Filho (4) Outro Parente (5) Agregado (6) Empregado na Propriedade
 (7) Emprego fora da Propriedade (8) Bolsa família/escola (9) Aposentado (10) Outro: _____

3.3.. O principal responsável pelo domicílio é do sexo:

Masculino Feminino

3.4. Qual a religião praticada pela família?

Católica Protestante/ Evangélico

Espírita Religião Afro

Sem religião Outra condição: _____

3.9. Teve algum filho?

Sim – siga 3.10 Não – siga 3.11

3.10. Quantos filhos teve?

de 1 a 3 filhos de 4 a 6 filhos de 7 a 10 filhos mais de 10 filhos

3.11. Quais os alimentos mais comuns consumidos pela família diariamente (Qual foi a alimentação do almoço?):

Carne bovina Carne suína Carne de búfalo Frango

Arroz Feijão Farinha Macarrão

Peixe (quais):

Frutas (quais) :

Verduras e legumes (quais):

Caça (quais):

Outros:

3.12. Quais são os animais que são criados dentro da propriedade?

Bovinos Galinhas Equinos Suínos Caprinos

Outros:

Quais? _____

4. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

4.1. Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?

Uma Duas Três a cinco Mais de cinco

4.2. Qual o rendimento mensal da família?

até 1 Salário Mínimo (SM) de 1 a 2 SM de 3 a 4 SM

de 5 a 6 SM de 6 a 10 SM

Mais de 10 SM

4.3. O emprego da pessoa responsável pela maior fonte de renda do domicílio é?

- Federal Estadual Municipal Conta própria
 Aposentado (a) bolsa família / educação etc Empresa privada

4.4. Em termos de porcentagem, quanto da renda familiar provém da bolsa família/educação e aposentadoria?

- 0% Até 25% Entre 26 e 50% Entre 51 e 75 Entre 76 e 100%

4.5. Qual a atividade profissional no momento da pessoa responsável pela maior fonte de renda do domicílio?

4.6. Ocorre a migração mesmo que temporária para outras regiões ou em cidades próximas para trabalhar?

- Não Sim – Qual tipo de atividade ?
-
-

4.7. Como ocorre a educação das crianças?

- Escola Rural Escola na Cidade

4.8. Como ocorre a educação dos jovens?

- Escola Rural Escola na Cidade

4.9. Como ocorre a educação dos adultos?

- Escola Rural Escola na Cidade

4.10. A educação formal (dentro e fora da comunidade) leva em conta a cultura local ou é totalmente fora do contexto sócio econômico da comunidade?

- Leva em conta a cultura local
 Fora do contexto sócio econômico da Comunidade

4.11. Em caso de doença na família, onde recebe tratamento?

- No posto médico ou hospital
 Vai para outra cidade (qual): _____
 Faz tratamento com remédios naturais
 Não faz nada
 Outros: _____

4.12. Quando recebe o tratamento fora da comunidade, qual é a distância percorrida?

- até 10 km Entre 10 e 30 km Mais de 30 km

4.13. Quando recebe o tratamento fora da comunidade como se locomove para atendimento médico?

() Veículo próprio () Veículo do vizinho () Carro tração animal;
 () Outro Qual? _____

4.14 Quais as doenças mais comuns na família?

() Malária () Febre amarela () Lepra () Tuberculose () Leishmaniose () Sarampo
 () Verminose () Diarréia () Catapora () Gripe () Diabetes () Problemas cardíacos
 () Diabetes () Gastrite () Anemia () intoxicação por agrotóxicos
 () Outras: _____

4.15 Faz uso de plantas medicinais?

() Sim Por que? _____
 () Não Por que? _____

4.16 De onde vem o conhecimento de uso de plantas medicinais?

() De conhecimento tradicional familiar.
 () De conhecimento oriundo de contatos com fontes externas à cultura local (migrantes ou veículos de comunicação).
 () De contatos com técnicos (médicos, enfermeiros, biólogos, professores, etc).
 () Outros: _____

4.17 Quais as plantas medicinais usadas pela família?

4.18 Quais as que têm plantadas em sua casa / propriedade?

4.18 Qual o sexo do principal responsável pelo uso de plantas medicinais na família?

() Masculino () Feminino

4.14 Costuma fazer trocas de mudas com outras pessoas da comunidade?

() Não () Sim

5. LEVANTAMENTO DA PROPRIEDADE

5.1. Qual o tamanho da propriedade? _____

5.2. Existe curso d'água dentro da propriedade?

() Sim () Não

5.3. De onde vem a água para o uso doméstico?

() Represa () Poço () Mina () Outro: _____

5.4. De onde vem a água para as plantações/animais?

() Represa () Poço () Mina () Outro: _____

5.5 A a água é de boa qualidade?

() Sim () Não

5.6. A água é em quantidade suficiente?

() Sim () Não

5.7. Como teve acesso a este lote?

6. PRODUÇÃO

6.1 Quais as técnicas e manejos para produção de seus alimentos / produtos ?

6.2. Usa técnicas agroecológicas/orgânicas?

() Sim () Não

6.3. Tem certificado de produtos orgânicos?

() Não () Sim : () individual () coletiva

6.4. Trabalha com rotação de cultura?

() Sim () Não

6.5. Faz composto, biofertilizante ou húmus?

() Não

() Sim Qual deles?

6.6. Utiliza o plantio direto?

() Sim () Não

6.7. Quais os principais produtos da propriedade:

6.8. A produção da propriedade é apenas para o autoconsumo?

Sim Não – Siga 6.9

6.9. A comercialização dos produtos é feita através:

Atravessador Venda direta - feiras Cooperativa Trocas (escambo)

6.10. Produz artesanato?

Sim. Quais _____ Não

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 EMBRAPA MEIO AMBIENTE
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
 DESENVOLVIMENTO RURAL

FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO

1.1 Com quem aprendeu a usar e reconhecer (identificar) as plantas ?

Planta utilizada / nome (s) vernacular (es):

1.2 Essa planta é?

Cultivada

Coletada (tipo de local onde ocorre) (cerrado, mata atlantica, floresta semi decídua/ caatinga / terreno alagado/ sombra /

1.3 Para qual doença(s) é utilizada?

1.4 A parte da planta utilizada é?

Raiz Entre-casca Fruto Casca Resina

Semente Folha Óleo Planta inteira Flor Bulbo

Látex Caule Broto Outros: _____

1.5 Como são feitas as preparações terapêuticas?

Chá Compressa Inalação Lavagem Tintura Banho

Emplasto gargarejo Azeite Sumo Maceração Ungüento

Suco Xarope Outros: _____

APÊNDICE C: Registro Fotográfico das Plantas Medicinais na Comunidade do Cedro



Bixa orellana L.
Urucum



Melissa officinalis L.
Erva-Cidreira



Zingiber officinale Roscoe
Gengibre



Baccharis trimera L.
Carqueja



Mentha spicata L.
Vick



Ocimum gratissimum L.
Alfavacão